

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Carolina Telis Garcia

Violências na Periferia em Tempos Pandêmicos:
uma perspectiva fenomenológica

Mestrado em Educação: Psicologia da Educação

São Paulo
2023

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Carolina Telis Garcia

Violências na Periferia em Tempos Pandêmicos:
uma perspectiva fenomenológica

Mestrado em Educação: Psicologia da Educação

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Educação: Psicologia da Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Luciana Szymanski Ribeiro Gomes.

São Paulo

2023

Banca Examinadora

À todas as meninas, garotas e mulheres
que lutam por seus sonhos (mesmo que
ainda não tenham encontrado).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento: 001

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à Oxum e Oxóssi, mãe e pai de cabeça, a todos os Orixás que me acompanham, às minhas entidades e outras que estiveram ao meu lado e abriram as portas que precisei.

À minha mãe, a mulher mais guerreira que conheço, que segurou o mundo para que eu pudesse realizar minha graduação e agora o mestrado (não vou escrever muito, nós duas somos choronas demais pra textão).

Insuportável, por ter me apoiado nesses meses.

À Luciana, mais que uma orientadora, foi uma segunda mãe. Sem seu incentivo eu jamais teria sequer considerado cursar o mestrado.

Às professoras e ao professor do PED, principalmente Mimi e Ronca, por todo o apoio e carinho.

Ao Edson, o programa não funcionaria um dia sequer sem você.

Às minhas maravilhosas colegas de turma, o nome do nosso grupo faz jus ao que criamos, um verdadeiro suporte emocional para todos os momentos.

Ao ECOFAM, que me proporcionou contato com diversas pessoas, muitas que pretendo levar por muitos anos.

À Comissão de Bolsas do programa, a permanência no mestrado não teria sido possível sem a concessão da bolsa.

À Associação Amigos de Pianoro, por terem aberto suas portas para o grupo de pesquisas e terem sempre me recebido tão bem, espero ter contribuído para o trabalho incrível realizado pelos equipamentos.

Às maravilhosas/os colegas que conheci nos programas de Educação, são muitos cafés devidos, mas que irei cobrar com carinho.

À banca examinadora, por todos os conselhos e ajuda.

Aos meus amigos de infância/adolescência, por terem me inspirado,
mesmo que indiretamente, a olhar para a realidade que nos cercou.

*“Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: **nkali**. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer ‘ser maior que o outro’. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de **nkali**: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder.*

O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva.”

(Chimamanda Ngozi Adichie - O perigo de uma história única)

RESUMO

Esta pesquisa, de abordagem fenomenológica e caráter participativo, dialógico e interventivo, inaugura um projeto do grupo de pesquisas ECOFAM que busca discutir a questão dos direitos humanos, na perspectiva de suas violações, especialmente em ambientes educacionais. Atualmente, o projeto mais amplo conta com um conjunto de pesquisas sobre diversos temas, tais como educação inclusiva, corporeidade, educação colaborativa e ações de adolescentes no processo de enfrentamento às violações de direitos humanos na periferia de São Paulo. Este trabalho conversa com esse conjunto de pesquisas e pretende compreender as vivências de profissionais de equipamentos de educação na periferia em relação dessas violações e violências. Considera, para tanto, o contexto da Pandemia de COVID-19 que amplificou as desigualdades em todo o mundo e teve efeitos catastróficos nos bairros mais vulneráveis do país. O objetivo geral da pesquisa é promover reflexões sobre o tema das violências junto às/aos gestoras/es e educadoras/es dos equipamentos. Seu objetivo específico é criar espaços em que se possa sistematicamente discutir a questão dos direitos humanos, especialmente em tempos de fragilidade democrática, bem como sistematizar as vivências. Para alcançar esses objetivos, em meio a um acompanhamento que durou cerca de dois anos, foram realizados Encontros Reflexivos com profissionais de um Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) e dois Centros de Educação Infantil (CEI) na Brasilândia, bairro da cidade de São Paulo, ao longo de dois meses. Os encontros foram gravados, transcritos e analisados a partir da análise hermenêutica de sentido, organizadas em "constelações" denominadas de "Crianças e adolescentes", "Violências e Justiça" e "Enfrentamentos". A investigação revelou apropriação da situação da periferia em relação ao tema e abriu espaço para que a reflexão tivesse continuidade na pós-pandemia, especialmente em tempos de discussão acirrada sobre a democracia do país, tal como este que atravessamos. A criação desses espaços e a necessidade de desenvolver estratégias de enfrentamento fortalecem a comunidade e abrem possibilidades para futuras pesquisas e intervenções.

Palavras-chave: Violência; Direitos Humanos; Pandemia; Educação; Fenomenologia.

ABSTRACT

This research, on a phenomenological approach and a participative, dialogic and interventional character, inaugurates a project from the research group ECOFAM that seeks to discuss the human rights matter, on the violations perspective, especially at educational environments. Currently, the major project involves a set of researches on different subjects, such as inclusive education, corporeity, collaborative education and teenagers' actions against human rights violations at the outskirts of Sao Paulo. This work talks with the other group projects and intends to understand the experiences of educational equipment's professionals in relation to those rights violations. Considers, for that, the COVID-9 pandemic context that amplified the inequalities all over the world and had catastrophic effects on the more vulnerable neighborhoods of the country. The general objective of the research is to promote reflections about the violences theme with managers and educators of the institutions. Our specific objective is to create spaces where it is possible to systematically discuss the human rights topic, especially during times of democratic fragility, as well as systematize the experiences. To reach those goals, amid a follow up that lasted over two years, we held reflexive meetings with professionals from a Center for Children and Teenagers (CCA) and two Children Education Centers at Brasilândia, neighborhood of Sao Paulo, for the duration of two months. The meetings were recorded, transcribed and analyzed from the hermeneutics of meanings perspective, and organized on "constellations" named "Children and Teenagers", "Violences and Justice" and "Confrontations". The investigation disclosed an appropriation of the outskirts situation about the theme and opened space for the discussion to continue after the pandemic, especially during moments of heated discussions about democracy in the country, like the one we currently go through. The creation of these spaces and the necessity to develop confrontation strategies strengthen the community and open the possibility for future research and interventions.

Key words: Violence; Human Rights; Pandemic; Education; Phenomenology.

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCA - Centro para Crianças e Adolescentes

CEI - Centro de Educação Infantil

COVID-19 - Coronavirus Disease (Doença do Coronavírus)-2019

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ECOFAM - Práticas Educativas e Atenção Psicoeducacional na Escola, Família e Comunidade

GADS - Grupo Atividade Docente e Subjetividade

Ideb - Índice de Desenvolvimento na Educação Básica

OMS - Organização Mundial da Saúde

ProUni - Programa Universidade para Todos

ROTA - Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar

SGDCA - Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SME - Secretaria Municipal de Educação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da cidade de São Paulo com bairro Brasilândia em destaque	36
Figura 2 - - Relação de datas e temas dos encontros sobre direitos das crianças e dos adolescentes e violências e justiça	39
Figura 3 - Quadro descritivo das etapas dos Encontros Reflexivos e seus objetivos.....	40
Figura 4 - Falas e unidades de sentido que constituem a constelação “Crianças e Adolescentes” dizendo respeito aos sentimentos percebidos.....	43
Figura 5 - Falas e unidades de sentido que constituem a constelação “Crianças e Adolescentes” dizendo respeito aos direitos de crianças e adolescentes.....	44
Figura 6 - Falas e unidades de sentido que constituem a constelação “Crianças e Adolescentes” dizendo respeito às violências sofridas por crianças e adolescentes.....	46
Figuras 7 e 8 - Falas e unidades de sentido que constituem a constelação “Violências e Justiça” dizendo respeito aos sentimentos percebidos nos encontros.....	47
Figura 9 - Falas e unidades de sentido que constituem a constelação “Violências e Justiça” dizendo respeito às formas de violência implícitas.....	48
Figura 10 - Falas e unidades de sentido que constituem a constelação “Enfrentamentos” dizendo respeito às estratégias gerais de enfrentamento.....	50
Figura 11 - Falas e unidades de sentido que constituem a constelação “Enfrentamentos” dizendo respeito às estratégias específicas de enfrentamento.....	51

SUMÁRIO

Apresentação: <i>Busco sentidos</i>	13
1. Sobre ViolênciaS: <i>Busco raízes</i>	19
1.1 Violência policial e de Estado	22
1.2. Violências contra Crianças e Adolescentes	25
1.3. Na Pandemia	27
2. Método: <i>Busco caminhos</i>	33
2.1. O que é o caminho	33
2.2. Participantes: O território e nossas parcerias	35
2.2.1 Vulnerabilidades e violências	37
2.3. Os momentos da pesquisa	38
3. O que apareceu: <i>Busco estrelas</i>	41
3.1. Narrativas sobre Crianças e Adolescentes	42
3.2. Narrativas sobre Violências e Justiça	47
3.3. Narrativas sobre Enfrentamentos	49
4. Considerações finais: <i>Busco des-fechos</i>	52
5. Referências	55
6. Anexos	59
6.1. Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE)	59
6.2. Transcrições	62

Apresentação: *Busco sentidos*

"Há conhecimento de dois tipos: sabemos sobre um assunto, ou sabemos onde podemos buscar informação sobre ele."

(Samuel Johnson)

"Talvez você esteja buscando nos galhos o que só encontramos nas raízes"

(Rumi)

Fui criada em uma daquelas regiões conhecidas como periferia, que apenas não se chamam favelas porque os moradores entendem que esse é um nome ofensivo. Comunidade seria uma forma mais adequada e aceita de denominar essas regiões. A escola que frequentei durante todo o ensino fundamental era quase um clichê de escola periférica: vidros quebrados, grades nas janelas, mesas, cadeiras, paredes e portas quebradas e "pichadas" e um corpo docente mal preparado para lidar com a grande maioria de alunas/os que só estava ali pelo leite em pó fornecido pelo governo para aquelas/es com 75% de presença nas aulas. Vivendo nesse contexto, passei a ver o fenômeno da violência como algo natural, situações como a violência policial, roubos, violação dos direitos humanos, morte de amigos se tornaram parte do cotidiano.

A escola que frequentei durante o ensino médio era diferente, pertence ao Centro Paula Souza que congrega as melhores escolas técnicas em nível médio e técnico do estado de São Paulo. Essa escola localiza-se no bairro da Brasilândia (onde essa pesquisa toma forma e se desenvolve), o que me permitiu cultivar um vínculo com a região. Quando, graças ao ProUni e ao incentivo da minha família (especialmente minha mãe), fui aprovada no curso de psicologia da PUC-SP adentrei um mundo elitizado (dentro e fora do campus), no qual pude perceber o quanto as situações que, para mim e para tantas outras pessoas eram comuns ou "naturais", são, na verdade, dignas de atenção. Percebi, então, que as diferentes classes sociais não representam apenas diferente poder aquisitivo e, sim, que elas representam diferentes mundos. Naquele de onde eu venho, se um jovem é parado pela polícia e acham com ele alguma substância ilícita, ele leva, no mínimo, uma "surra". Já no mundo ao qual fui apresentada, esse mesmo jovem será levado à delegacia e seus pais/responsáveis serão chamados (praticamente inexistindo uma punição). Na realidade, isso acontecerá se ele for abordado, o que dificilmente ocorrerá.

Ser bolsista em uma universidade elitizada traz diversas dificuldades: meu primeiro ano de faculdade foi difícil, eu não estava no mesmo nível acadêmico de meus colegas e tive dificuldade para acompanhar as aulas e as discussões que tinham sido planejadas para quem recebeu uma educação mais estruturada, as quais envolviam termos e nomes que eu nunca tinha ouvido antes. Conseguir o material que tinha sido base para as aulas também não era fácil, mesmo as cópias eram caras e era necessário priorizar as disciplinas nas quais eu tinha mais problemas. Criar amizades foi algo mais complexo, já que eu não tinha condições de participar de eventos acadêmicos, como as festas e jogos universitários.

Ao longo do tempo, fui ficando mais confortável: já tinha aprendido a manter o Google sempre aberto para pesquisar termos como “dicotomia” e informações que precisava ter de imediato, encontrando o material das disciplinas em arquivos PDF; acompanhava bem melhor as aulas e apreendia mais do conteúdo nelas apresentado. Comecei a participar dos times da faculdade, o que me rendeu mais amizades; passei a sentir que era um pouco mais pertencente a ela. O terceiro ano foi uma surpresa: entrei para a Atlética de Psicologia, tendo contato com veteranas e calouras, algo que abriu meus olhos para as possibilidades de carreiras e áreas de estudo da psicologia. No quarto ano, comecei a envolver-me realmente com estágios na educação e na clínica, mais consistentes em termos de ação e duração que lidavam com queixas escolares e reforçaram meu interesse pela educação, algo que se mantém até hoje.

Durante os meus anos de graduação pude conectar-me com uma área que, pela minha trajetória de vida, sempre nutri um carinho e um interesse muito grande: a da psicologia criminal, que me permitiu refletir e pesquisar sobre diversas dimensões da relação da psicologia com uma justiça que entendo ser preconceituosa, por muitas vezes pautar suas decisões, sobretudo, no nível sócio econômico e na raça das pessoas, por tratar os jovens brasileiros de maneiras tão diferentes em muitos e diversos equipamentos e entidades estatais, aceitando o mito de que a criminalidade é intrínseco à pobreza. Desconstruir isso tudo foi outro fator importante que me levou ao meu projeto de pesquisa.

O quinto ano de faculdade foi atravessado pela pandemia COVID-19. Os estágios não puderam ocorrer como previsto e todos nós, alunas/os e professoras/es, estávamos confusos com a novidade da situação de isolamento. As/os docentes

esforçaram-se para adaptar-se ao modelo virtual, de modo a poder delinear os estágios das/os alunas/os. Meu estágio de educação acabou sendo uma experiência extremamente rica. Junto à supervisora e seu grupo de pesquisa de mestrado e doutorado, estruturamos um serviço de escuta virtual, que englobava plantões e reflexões, levando-me a realizar mais de 40 plantões psicológicos com pessoas de todos os perfis e faixas etárias, cada uma delas com múltiplas demandas. Por convite dessa mesma supervisora e membros do projeto, fui inserida no grupo de pesquisa “Práticas Educativas e Atenção Psicoeducacional na Escola, Família e Comunidade” – ECOFAM -, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Após a finalização dos estágios, esse grupo ainda abriu para mim uma grande porta para o mundo da pesquisa acadêmica, levando-me a produzir, com algumas estudantes de pós-graduação, um capítulo sobre o nosso estágio, o qual integrou o volume 5, da coletânea "CONTRIBUIÇÕES EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: relatos de pesquisa", desse mesmo Programa. Foi também com o apoio e incentivo dessas mesmas pessoas que hoje faço parte do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP, em Educação: Psicologia da Educação, com uma bolsa CAPES.

O grupo ECOFAM é formado por pesquisadoras/es cujas investigações se dão na modalidade de pesquisa de cunho interventivo e dialógico (SZYMANSKI e SZYMANSKI, 2013) e tem uma parceria com a Associação Amigos de Pianoro da região da Brasilândia, cidade de São Paulo, desenvolvendo pesquisas que se voltam às demandas da região desde 1993. Em agosto de 2021, ainda em tempos de pandemia, foi feita uma reunião virtual com as gestoras e educadoras de diversos equipamentos públicos de educação, para delinear uma demanda que já vinha se fazendo presente. Participaram dela profissionais de um Centro para Crianças e Adolescentes (CCA)¹ e de dois Centros de Educação Infantil (CEI)². O encontro produziu uma série de demandas/perguntas que, no âmbito das pesquisas participativas, se tornam, também, perguntas dos pesquisadores. Vale mencionar que houve a preocupação inicial de se falar sobre os direitos humanos, mas como esse é um tema amplo e muito abrangente por envolver diversos subtemas,

¹ Equipamento público que deve desenvolver “atividades com crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e onze meses, tendo por foco a constituição de espaço de convivência a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária”. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecaao_social_basica/

² São “unidades educacionais [de] espaços coletivos privilegiados de vivência da infância” e atendem crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. Disponível em: <https://www.contratandoprofessores.com/2016/05/entenda-diferenca-entre-ceis-emeis.html>

após as conversas com a equipe de pesquisadoras/es foi possível delimitar temas de maior interesse: direitos das crianças e adolescentes, direitos das mulheres e violências e suas interfaces com a Psicologia e a Justiça. A partir dessa reunião foram organizados, juntamente com estagiárias/os do quinto ano de Psicologia da PUC-SP, Grupos Reflexivos³ com as/os trabalhadoras/es dos equipamentos que aconteceram semanalmente de Setembro a Novembro, nos quais foram realizadas discussões relacionadas com os temas. Tal projeto não apenas inspirou essa pesquisa, mas a transcrição dos encontros trata-se da fonte de “dados” que serão analisados.

Partindo do tripé constituído pela demanda dos equipamentos, aumento dos índices de violência durante a pandemia (a ser caracterizado no capítulo “Sobre ViolênciaS”) e minha própria história de vida, nasce o problema que buscaremos responder nesta pesquisa:

Como profissionais da educação vivenciaram as violações de direitos humanos na periferia de São Paulo durante a pandemia de COVID-19?

O objetivo geral, ao abordar esse problema, é promover reflexões sobre o tema da violência junto às/aos gestoras/es e educadoras/es dos equipamentos. Já os objetivos específicos deste trabalho são criar espaços em que se possa sistematicamente discutir a questão dos direitos humanos, especialmente em tempos de fragilidade democrática, e sistematizar as vivências das participantes sobre o tema. Esse estudo justifica-se, socialmente, por dois motivos: em primeiro lugar, trata-se de responder a uma demanda trazida pelas pessoas que atuam no próprio equipamento e, em segundo lugar, por trazer um olhar para as questões das violações dos direitos humanos na periferia. Do ponto de vista teórico, esse estudo avança no sentido de publicar uma pesquisa de caráter interventivo, que possui um histórico de luta no meio acadêmico (como nas pesquisas realizadas pelo Grupo Atividade Docente e Subjetividade - GADS - coordenado pela professora Wanda Maria Junqueira de Aguiar, e pelo ECOFAM, conforme a pesquisa de Iniciação Científica “Escola, Família e Comunidade numa perspectiva fenomenológica: revisitando ações e pesquisas do grupo ECOFAM” - 2022), e por trazer aspectos da abordagem fenomenológica para o diálogo com um fenômeno que, de maneira geral, não foi apresentado pelos seus pensadores iniciais.

³ A ser apresentado no capítulo do método como procedimento.

A respeito do tema principal do trabalho, violências, entendemos como um fenômeno sociocultural intrínseco às desigualdades, de múltiplas determinações e apresentações que, em geral, pode ser caracterizada de diversas formas, entre elas como uma expressão das relações de poder de uma pessoa ou um grupo sobre outra/o, conforme será apresentado em capítulo próprio. Entre as diferentes facetas podemos pontuar a violência contra: a juventude, a população LGBTQIA+, as pessoas negras, os indígenas, as pessoas com deficiência, além da violência de Estado (cometida pelo Governo e suas instituições, tais como a polícia), a violação de direitos básicos, a violência doméstica/intrafamiliar, a violência no ambiente de trabalho etc. Essas múltiplas violências podem, ainda, apresentar-se de múltiplas formas: aquelas mudas, que não deixam marcas visíveis, que ainda estamos aprendendo, como sociedade, a identificar - ameaças, preconceitos, opressão, negligência e abandono (individuais ou de grupos populacionais), abusos psicológicos - e aquelas que gritam, que coloquem corpos e deixam marcas visíveis de destruição - uso de força física nas relações familiares, guerra, torturas físicas, abuso da autoridade policial. Esses fatores tornam o fenômeno um problema não apenas de segurança pública, mas também de saúde. Aqui, focaremos nas violências derivadas de violações de direitos humanos.

Antes de apresentar os momentos deste trabalho, quero retomar as epígrafes no início do capítulo. Para mim, elas significam que devemos buscar aquilo que não sabemos no lugar certo, não de forma superficial “nos galhos”, mas sim “nas raízes”, profundamente, principalmente quando falamos de um fenômeno que se apresenta de maneiras tão distintas em diferentes contextos e com diferentes pessoas. É essa reflexão que eu trago para o título de cada capítulo. Este capítulo de apresentação chama-se “Busco sentidos”, pois entendo que o tema deste trabalho nasce, em parte, dos sentidos que busquei e construí e continuo buscando e construindo ao longo da minha história. O primeiro capítulo traz uma visada sobre as Violências, suas dimensões e características, na especificidade do território aqui em foco e na do momento que vivemos (a pandemia de COVID-19), o nome “Busco nas raízes” foi escolhido pois, conforme Rumi, é preciso buscar os conhecimentos em suas raízes, suas possíveis origens, formatos e profundidades. O segundo capítulo é onde abordarei o método utilizado que, conforme explicarei, é o caminho que guia a/o pesquisadora/pesquisador na fenomenologia de Heidegger, daí o nome “Busco caminhos”. O terceiro capítulo é onde trago os “resultados”: discussões com as/os participantes, nossas reflexões e planejamentos, o

nome “Busco estrelas” faz alusão ao método de análise utilizado, chamado Constelações. O quarto e último capítulo chama-se “Busco des-fechos” em referência ao texto de Pompéia (2013) no qual o verbo “desfechar” é analisado como não apenas um fechamento, mas também como uma possível abertura, que “tira alguma coisa e põe outra no lugar” (p. 68), nesse caso tiramos algumas respostas para nosso problema de pesquisa e colocamos tantas outras perguntas no lugar.

1. Sobre ViolênciaS: *Busco raízes*

“Nós acreditamos que estamos perante fenómenos de violência apenas quando essa tensão assume proporções visíveis, quando ela surge como espectáculo mediático. Mas esquecemos que existem formas de violência oculta que são gravíssimas.”

Mia Couto

O título desse capítulo - “ViolênciaS” - foi cuidadosamente pensado, com objetivo de dar ênfase à multiplicidade deste fenômeno, ao seu caráter multifacetado, a sua complexidade, conforme pretendemos abarcar neste item, e “Busco nas raízes” pois, conforme Rumi (epígrafe do primeiro capítulo), é preciso buscar os conhecimentos em suas raízes, aqui entendidas como elas se entranham na terra (território), seus formatos e profundidades.

É importante ressaltar que todas as formas do fenômeno em foco derivam e relacionam-se profundamente com violações de diferentes direitos humanos (direito à alimentação, moradia, saúde, educação e segurança não chegam a milhares de pessoas diariamente) que fazem parte de um ciclo maior, onde estão ligadas às questões de desigualdade social que, por sua vez, são intrínsecos ao modelo socioeconômico capitalista ao qual a maioria dos países, inclusive o nosso, aderiram. Esses direitos fundamentais foram descritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e assinada pelos 193 países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo o Brasil. A Declaração traz em seu preâmbulo:

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum, [...] (ONU, 1948)

Assim, a própria Declaração determina a importância de se garantir os direitos de todos os seres humanos, independente de raça/cor/etnia, crença, idade, gênero etc. A ausência desses direitos gera um ambiente incompatível com a vida humana digna.

Foi possível notar durante nossas pesquisas que existem diversas definições para o termo “Violência”. A Organização Mundial da Saúde (OMS) trouxe, em 1996, a definição:

O uso intencional de força física ou poder, real ou como ameaça contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, desenvolvimento prejudicado ou privação. (OMS, 1996 apud OMS, 2014, p.2)

Tal definição, de maneira ampla, abarca diversos tipos de violência que é, sem dúvida, um termo polissêmico, com múltiplos sentidos, que vão desde o de homicídio até o de maus-tratos, passando por abusos sexuais e psicológicos, negação aos direitos básicos e assédio moral (SACRAMENTO e REZENDE, 2006).

Como traz Ferreira (2002):

A violência é um fenômeno que se desenvolve e dissemina nas relações sociais e interpessoais, implicando sempre uma relação de poder que não faz parte da natureza humana, mas que é da ordem da cultura e perpassa todas as camadas sociais de uma forma tão profunda que, para o senso comum, passa a ser concebida - e aceita como natural - a existência de um mais forte dominando um mais fraco, processo que Vicente Faleiros (1995) descreve como a “fabricação da obediência”. (p. 19)

Apesar de a violência ser uma fabricação social que atinge todas as relações em todas as classes sociais através de toda a história da humanidade, é possível notar que intensifica-se em determinadas culturas e momentos, e se apresenta de formas diferentes nas camadas socioeconômicas. Ainda, conforme Trassi e Malvasi (2010), a expressão do fenômeno pode representar uma crítica social, como a reivindicação por direitos trabalhistas, o movimento antiglobalização a partir de 1999, o movimento Black Lives Matter (Vidas Negras Importam) nos EUA em 2020 e os protestos indígenas em Brasília em 2022. Os dois autores pontuam alguns aspectos relevantes na discussão contemporânea da violência: sua proeminência sinaliza e situa no debate público aspectos como a desigualdade social e a intolerância religiosa, a transnacionalização e a discussão instantânea possibilitadas pela globalização e o avanço das tecnologias, e a “banalização” do fenômeno caracterizada pela socialização das gerações mais novas em um ambiente onde a “a violência é ingrediente permanente da cultura” (FIGUEIREDO, 1995) e pela mediatização da violência de forma a transformá-la em espetáculo.

A espetacularização da violência não é um fenômeno recente, primeiramente Debord (1967) pontua que “o espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação [...] não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” (p. 14). Foucault (1987) retoma, ao falar sobre a evolução da Justiça e o “nascimento da prisão”, a história das punições

desde o século XVIII onde os suplícios eram espetáculos encarregados de punir os criminosos de forma pública. Tais punições dependiam, é claro, do crime e do próprio criminoso, os suplícios dos mais pobres duravam horas e envergonhavam suas famílias, enquanto os dos mais ricos eram, via de regra, a decapitação. Este modelo penal sofre mudanças entre o final do século XVIII e começo do século XIX, quando “a execução pública é vista então como uma fôrnalha em que se acende a violência” (p. 14).

Em nosso país, não é possível falar de violência sem voltar a 1500 com a (violenta) invasão - muitas vezes tratada em cursos de história como “descoberta” - das Américas. Invasão ou descoberta, que são termos bastante diferentes, nos remetem ao lugar de onde estamos falando. Nas décadas de 1960 e 1970 desenvolveu-se uma escola de pensamento na América Latina chamada “decolonialidade” cujos pensadores centrais se reuniam principalmente na Universidad Nacional de Cuyo, termo nascido do entendimento de que a colonização não foi um evento, mas sim um processo. Segundo Mignolo e Walsh (2018), decolonialidade significa “resistência e recusa”, uma resposta epistêmica e existencial contra as colonialidades que ocorreram e ainda ocorrem. O processo de colonização, especialmente do tipo exploratória que se deu na América Latina, gerou práticas de exploração e dominação que se perpetuaram ao longo de séculos e deram origem ao que hoje chamamos de violência estrutural, um tipo de violência “embutida” na estrutura política, econômica e simbólica da sociedade e manifesta-se, geralmente, por meio da dominação, exploração, desigualdade e práticas de marginalização, abandono e descaso (GALTUNG, 1969). Autoras/es passaram a entender e pesquisar diversos tipos de violência a partir de uma visão decolonial, como a contra a mulher, de Estado e as violências derivadas do racismo estrutural que, conforme pontua Santos (2022), é inaugurado pela modernidade a partir do processo colonizatório, um genocídio que “[...] hierarquizou humanos entre os que possuem o Ser da razão e os não racionais, quase animais” (p. 107). Ainda, o pensamento decolonial ultrapassa uma visão científica, trata-se de uma posição política que, quando aplicada ao fazer ciência, busca desconstruir a visão eurocêntrica que fundamenta muitas teorias modernas (inclusive a fenomenologia).

No território onde esta pesquisa se desenvolve vivenciamos todas elas e também suas especificidades, por isso nossas rodas de conversa relatadas no item *Método - momentos da pesquisa* têm temas específicos. Mas é importante entender que o pensamento decolonial aponta para a base de todas essas violências. Racismo é violência

e é estrutural, machismo é violência e é estrutural, e assim por diante, o que nos torna um país cujo DNA é constituído por violências.

A seguir descreveremos, de forma ampla e generalizada, algumas das formas de violência que são discutidas ao longo da nossa pesquisa; nossa intenção com isso é correlacionar aspectos mais teóricos e históricos que neste item colocaremos e a narrativa presente nos encontros realizados e que tematizaram violências específicas. Nesta pesquisa as questões raciais e de gênero se fazem presentes de maneira transversal e interseccional, assim como é destacado em diferentes momentos como na ênfase sobre os dados que demonstram que negros tem mais chances de serem mortos do que brancos e nas estatísticas específicas sobre a violência contra a mulher, porém, por entendermos que não haveria tempo hábil para se fazer uma discussão justa e profunda sobre esses temas, acreditamos que esta será uma tarefa para trabalhos futuros.

No item Método - *Participantes: O território e nossas parcerias*, onde o território será caracterizado, iremos fazer uma descrição de forma mais específica para facilitar a contextualização em relação ao desenho da pesquisa.

1.1 Violência policial e de Estado

Não é possível rastrear um ponto de partida fixo para o papel direcionado às instituições policiais; ao longo de toda a história humana é possível identificar que, na distribuição de papéis, havia sujeitos responsáveis inicialmente pela segurança dos governantes. No Brasil é necessário ressaltar que a historiografia da polícia é recente, conforme Bretas e Rosenberg (2013) o tema era abordado somente por parte dos próprios arquivos oficiais e ignorado pelas ciências sociais, e mesmo seu início acadêmico foi lento, principalmente pela dificuldade de acesso à informação, algo que ocorre mesmo nos países mais democráticos. Os autores trazem que a história da polícia brasileira pode ser considerada a partir de 1808 com a vinda da família real portuguesa e a criação da Intendência Geral de Polícia em 1808 e da Guarda Real de Polícia no ano seguinte, mas também pontuam que autoras, seguindo o pensamento de Foucault, fazem uma remissão ao papel policial em Portugal no século XVIII, retomando que as primeiras instituições do tipo no nosso país seguiam modelos europeus. Importante aqui lembrar que a Guarda Real no Império possuía uma função específica de controle social e repressão em uma sociedade escravista, colocando o corpo negro como objeto de um foco que perdura ainda

hoje. A instituição passa a ter um papel missionário, representando o Estado em partes do país onde este ainda não se fazia presente, porém passaram a se integrar ao funcionamento local implementando um “uso da força física fora de qualquer controle” (BRETAS e ROSEMBERG, 2013, p.169).

A Primeira República, instituída em 1889, trouxe uma grande mudança para o funcionamento das instituições de segurança pública e estabeleceu um lugar de maior visibilidade e representação social da figura do policial, marcando o começo da popularização da literatura policial e sua presença em peças teatrais e obras musicais. Porém, o golpe que deu início à Era Vargas e, posteriormente, o Golpe de 1964 que iniciou a Ditadura Militar ocasionaram em uma reviravolta na função dos policiais, abrindo o que conhecemos como polícia política e é objeto de diversas pesquisas que:

“São trabalhos que se interessam pela variante política da atuação policial, com o fito de mostrar, sob esse cenário de exceção, as agruras do controle social aplicado pelos governos ditatoriais, principalmente o governo Vargas, período para o qual os arquivos são mais copiosos. Em contrapartida, esses estudos destacam os grupos étnicos e facções políticas — italianos, judeus, alemães, japoneses, comunistas, anarquistas — que se mostraram mais afeitos às exações de policiais, que serviram sempre como instrumento destacados para a racionalidade repressora do Estado.” (BRETAS e ROSEMBERG, 2013, p. 163).

Esses momentos históricos deram origem à polícia que conhecemos hoje, além da modificação na função e forma de atuação (mais repressiva e violenta), instituições inteiras como a Polícia Militar e as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTAS)⁴ em São Paulo foram instituídas e se mantêm até os dias de hoje.

Essa retrospectiva nos permite entender como chegamos a um momento em que parte da população (a preta e periférica), ao invés de sentir segurança, teme a figura policial.

Nos encontros realizados neste trabalho foi utilizado o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021 que traz dados sobre os índices de violência no ano de 2020, com especial atenção aos dados de violência policial: em 2020 foi identificado o maior número de mortes decorrentes de intervenção policial desde 2013 (crescimento de 190%, mais de 17 mortes por dia num total de 6.412 no ano), em São Paulo as mortes por intervenção policial caracterizam quase 20% de todas as mortes violentas intencionais, a cidade é a

⁴ Uma exemplificação da violência perpetuada pela ROTA é o livro de Caco Barcellos de 1992 intitulado Rota 66.

segunda com mais mortes causadas por policiais (390, atrás apenas da cidade do Rio de Janeiro), o perfil das vítimas consiste em pessoas do sexo masculino (98,4%), negras (78,9%) com idade entre 18 e 24 anos (44,8%). Atualizamos aqui os dados com base no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022: o total de mortes decorrentes de intervenção policial teve uma pequena queda para 6.145 no ano (cerca de 4% menor que em 2020), o Estado de São Paulo teve a maior diminuição registrada (30%) que deriva de algumas mudanças ocorridas na instituição como o uso obrigatório de câmeras nas fardas policiais, o perfil das vítimas acentuou-se para 99,2% do sexo masculino e 84,1% de negros (sendo importante ressaltar que entre os dois anos houve uma retração de 30% na mortalidade de brancos mas um aumento de mais de 5% de negros).

É importante ressaltar que a polícia ainda é um equipamento público e por trás de seu funcionamento que muitas vezes beira a legalidade há toda uma máquina pública: o Estado.

Marilena Chauí desenvolve em seu texto⁵ a ideia de que o autoritarismo social é simultaneamente origem e forma de violência no Brasil:

Podemos, portanto, falar em autoritarismo social como origem e forma da violência no Brasil. Situação, agora, ampliada e agravada pela política neoliberal, que não faz senão aprofundar o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses do mercado ao desviar o fundo público, destinado aos direitos sociais, para financiar o capital, de tal maneira que tais direitos são privatizados ao serem transformados em serviços vendidos e comprados no mercado, aumentando exponencialmente a divisão social e a desigualdade das classes sociais. (CHAUÍ)⁵

A autora pontua que no Brasil, especialmente no governo de Jair Bolsonaro, a existência da violência é negada no momento em que acontece por meio de imagens e processos. As imagens que ocultam a violência real, e que pretendem determinar a violência como algo que ocorre fora das instituições políticas e as coloca como impotentes, são: chacina e massacre (assassinato em massa de pessoas indefesas - crianças, moradores de periferia, indígenas, em situação de rua, etc.), indistinção entre polícia e crime (participação de forças policiais no crime organizado), guerra civil tácita (movimento dos sem-terra, embate entre indígenas e garimpeiros, homicídios e furtos em pequena e média escala, etc.), vandalismo (assaltos a lojas e mercados, depredações de edifícios e transporte públicos), fraqueza da sociedade civil (ausência de entidades e organizações sociais), debilidade das instituições políticas (refere-se à corrupção presente

⁵ <https://www.brasil247.com/blog/o-autoritarismo-social-como-origem-e-forma-da-violencia-no-brasil>

nos três poderes), insegurança (ausência de ordem e estabilidade). Os procedimentos ideológicos que dissimulam a violência real: a exclusão (que trata o brasileiro como não-violento e o agente violento como não-brasileiro), a distinção (entre essencial - brasileiros não são violentos - e acidental - violência é um acontecimento localizado em um momento e espaço definidos, uma onda ou surto), o jurídico (a violência pertence aos campos da criminalidade e violência, determinando o agente violento - a classe trabalhadora e negra - e legitimando a ação policial contra as classes mais vulneráveis), o sociológico (trata a onda ou surto de violência como algo localizado em momento específico, em geral de anomia - momento de transição das populações que migram de regiões mais pobres para mais ricas tendam a praticar atos violentos isolados até que novas formas de sociabilidade estejam instaladas) e a inversão do real (onde o racismo é considerado uma proteção natural contra a inferioridade de outras etnias, o machismo uma proteção à fragilidade feminina, a lgbtfobia proteção aos valores da família tradicional, etc.).

Como Chauí encerra em seu texto, a pandemia escancarou uma das maiores questões na nossa sociedade, a luta de classes entre a miséria absoluta e a opulência máxima, alavancada por um governante cínico e cruel.

1.2. Violências contra Crianças e Adolescentes

A violência contra crianças e adolescentes é fato ao longo de toda a história da humanidade (NEPOMUCENO, 2002), mesmo que a forma como essa violência ocorre não seja mais a mesma (na Grécia Antiga, por exemplo, crianças nascidas com malformações eram abandonadas e deixadas para morrer). Hoje são diversos os formatos em que isso se apresenta: maus-tratos, abandono, trabalho infantil; podendo ser causado por violências físicas, psicológicas, sexuais. Um dos principais mecanismos de enfrentamento dessa situação foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Legalmente, no Brasil crianças são consideradas as pessoas com idade entre 0 e 11 anos, adolescentes entre 12 e 18 anos e jovens entre 15 e 29 anos (a lei estabelece que para aqueles entre 15 e 18 anos deve-se primeiramente aplicar as normas previstas no ECA, mas estes também devem ter direito às políticas públicas destinadas para a juventude). A Constituição de 1988 trouxe grandes avanços e quebrou com a visão anterior (que dividia essas faixas entre dois tipos de “menores” - os direitos de maneira geral, sem se preocupar com a situação de vulnerabilidade, e os em “situação irregular”)

ao instituir que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e o ECA, que adotou a Doutrina da Proteção Integral:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Entre as muitas normas do Estatuto, o seu 4º artigo determina que ao menor de 18 anos deve ser garantida absoluta prioridade a efetivação dos direitos à dignidade, saúde, alimentação, segurança, educação, lazer, moradia, etc. Absoluta prioridade é determinada como:

a) A primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) A precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) A preferência na formulação e na execução das políticas sociais; e d) A destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (BRASIL, 1990)

Duas das principais contribuições do ECA são a revolução legal no trato dos menores em situação de conflito com a lei (determinando-os como inimputáveis - que não podem ser legalmente responsabilizados - e que a “punição” deve ser por meio de medidas socioeducativas - medidas de responsabilização e conscientização que objetivam proporcionar ao adolescente novas compreensões dos valores da vida com intervenções que resgatem seus direitos fundamentais) e, a partir da Doutrina da Proteção Integral, formular e instituir políticas públicas que objetivam cumprir essa doutrina, sendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) o principal sistema para esse cumprimento, através do qual todas as instâncias públicas governamentais e da sociedade civil devem se articular e integrar.

Sobre a violência contra a criança e o adolescente o Atlas da Violência 2021 e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022 trazem dados importantes: em 2021 houve quase oito mil registros criminais de abandono de incapaz em todo o território nacional (de 0 a 17 anos de idade), mais de 1.700 registros de pornografia infantil (de 0 a 17 anos), mais de 19 mil de maus tratos, mais de 18 mil por lesão corporal dolosa em contexto de violência familiar, 60% das vítimas de estupro são menores de 13 anos.

As maiores vítimas de homicídio serem jovens entre 15 e 29 anos não é um fato exclusivo do Brasil, porém é acentuado no continente americano onde há maior ação do crime organizado. Em 2019, de todos os homicídios no país, 51% das vítimas estavam

entre essa faixa etária. Em 2021, 74% das vítimas de morte por intervenção policial e 50% das vítimas de homicídio doloso tinham entre 0 e 29 anos.

1.3. Na Pandemia

Como foi dito, as violências intensificam-se em determinados momentos históricos e apresentam-se de maneiras diferentes nas camadas sociais, portanto faz-se necessário um delineamento do fenômeno primeiramente no contexto pandêmico e então, no próximo capítulo, especificamente no território no qual iremos atuar nessa pesquisa.

Em 11 de Março de 2020 a OMS determinou a situação de Pandemia Global do Novo Coronavírus (Coronavirus Disease - COVID-19), cujos primeiros casos foram informados em 31 de Dezembro de 2019⁶. Trata-se de uma doença respiratória que contaminou milhões de pessoas e matou mais de 600 mil apenas em nosso país até o momento. Por ser uma doença altamente contagiosa através da inalação do vírus, entre as medidas de contenção foram determinados o isolamento e distanciamento social e o uso de máscaras em locais públicos durante mais de um ano.

O primeiro caso da doença no Brasil foi detectado no dia 26 de Fevereiro de 2020. É necessário destacar que a primeira morte pela doença no país ocorreu em 12 de Março de 2020, uma mulher de 57 anos que trabalhava como diarista e tinha sido internada em um hospital municipal da zona leste de São Paulo⁷.

Tanto a doença quanto as medidas de controle da pandemia escancararam as desigualdades na sociedade brasileira, tendo impacto direto no sistema de saúde, acesso a bens como alimentos e medicamentos e a exposição dos grupos mais vulneráveis, que foi e é sentido mais gravemente pelas populações mais pobres. “Nas favelas, o distanciamento social e a adoção de práticas de isolamento e quarentena são mais complicadas, tanto por questões de densidade populacional quanto pelos seus impactos econômicos numa população mais vulnerável” (Observatório da Covid-19, FIOCRUZ)⁸.

⁶ <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>

⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2022/03/ha-dois-anos-morria-a-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil.shtml>

⁸ <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia> e <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19-covid-nas-favelas>

Só no primeiro mês de isolamento houve um aumento de aproximadamente 17% nas denúncias de violência contra a mulher (segundo dados do Ligue 180, Carta Capital⁹).

A revisão de literatura foi feita no diretório da Scielo com o objetivo de realizar um levantamento sobre a violência durante a pandemia da COVID-19. Utilizamos as palavras-chave “violências” AND “pandemia”, o que tornou desnecessário o uso de filtro de ano de publicação, que resultou em 46 artigos dos quais, após uma avaliação a partir dos resumos e principais temas, selecionamos alguns para contribuir com a nossa discussão.

O primeiro artigo (OLIVEIRA *et al*, 2022) trata-se do relato de uma pesquisa qualitativa realizada com sete profissionais da educação do Ensino Fundamental e Médio de um município no estado de São Paulo sobre as violências contra crianças e adolescentes nos primeiros meses da pandemia. As entrevistas foram analisadas e as falas foram separadas em dois grandes temas: “Violência e pandemia” e “(Não) percepção de possibilidades de atuação”. Os resultados mostraram que há um entendimento de que a pandemia e o isolamento social, maior tempo de contato, dificuldades familiares e conflitos parentais podem resultar no aumento de casos de violência doméstica/intrafamiliar, que já ocorria antes, e maior dificuldade na identificação, uma vez que as/os educadoras/es reforçaram a escola como o único espaço de reconhecimento e intervenção desses casos, além de uma preocupação com as implicações à saúde mental das crianças e adolescentes. Houve ainda falas de culpabilização das crianças em relação às violências sofridas. Apesar desse entendimento, as educadoras não conseguiram formular possibilidades de enfrentamento, dado o afastamento físico do ambiente escolar e as dificuldades de tratar “temas sensíveis” à distância, porém foi dada importância à existência de uma rede de proteção que envolva, principalmente, o Conselho Tutelar.

O artigo de Corrêa *et al* (2021), trazido em um Dossiê, teve como objetivo discutir algumas das formas de violência em um território periférico de Cubatão (SP) antes e durante a pandemia considerando as intersecções de raça e gênero, para isso utilizou dados de três projetos realizados com quatro lideranças comunitárias do bairro entre 2017 e 2020, o que permitiu a análise dos efeitos do primeiro momento da pandemia no território, coletados através de observações participantes e entrevistas semidirigidas.

⁹<https://www.cartacapital.com.br/saude/violencia-domestica-na-quarentena-como-se-proteger-de-um-abusador/>

As entrevistas e anotações dos diários de campo foram processadas em software para a identificação de categorias analíticas: a violência estrutural e suas intersecções (onde foi pontuado pelos participantes a – não - atuação das políticas públicas mesmo na garantia de direitos básicos como a burocratização para a retirada de marmitas do programa da Prefeitura, a péssima condição das insuficientes cestas básicas e o não acesso ao Auxílio Emergencial durante a pandemia e o sucateamento dos poucos programas que de fato funcionavam no bairro como a Unidade de Saúde da Família); a violência contra as mulheres (aumento das demandas e responsabilidades das mulheres principalmente no papel de cuidadoras de alguém e da casa, sobre carga da dupla/tripla jornada de ter ainda que suprir o afastamento das escolas e educadoras/es, aumento das agressões e casos de feminicídio que nasce do sentimento de posse que o patriarcado permitiu que os homens desenvolvessem) e a violência policial (cuja atuação racista, sexista e classista gera sentimento de insegurança e injustiça na população periférica, que acaba por recorrer às Igrejas ou às organizações criminosas, principalmente do tráfico).

As autoras Malta *et al* (2021) analisaram como o fenômeno da violência de gênero estava sendo apresentado nos primeiros meses da pandemia de COVID-19, considerando o pressuposto de que o contexto pandêmico e suas consequências colocam em maior vulnerabilidade as mulheres e seus direitos, utilizando textos brasileiros publicados na internet. Os textos foram encontrados na plataforma de pesquisa Google a partir do uso de determinadas palavras-chave e então organizados em categorias para a análise qualitativa: tipo de fonte, posição ideológica da fonte e análise do conteúdo e frequência. A maioria dos textos (72%) são do gênero jornalístico nacional e regional, seguido por textos governamentais (11%), jurídico, organizações intergovernamentais e sindicatos/partidos (4% cada), institutos e associações (3%) e instituições de ensino (2%), o que também justifica a conclusão de que 75% das fontes não possuem uma posição ideológica explícita, seguido por posição explícita de esquerda (15%), feminista (7%) e explícita de direta/conservadora (3%). Quanto ao conteúdo dos textos percebeu-se que mais de 40% apresentaram ações de combate a violência doméstica, 19% informam como denunciar ou se proteger, mas apenas 14% discutem outras relações de gênero e a pandemia, 8% discutem o machismo como causa dessa violência, 7% tratam das diferentes formas de violência de gênero e 2% incluem marcadores sociais. Quase 15% apontam as questões de desigualdade de gênero nas questões da sobrecarga do trabalho doméstico e a maioria das profissionais de saúde serem mulheres.

A análise qualitativa foi realizada criando-se categorias a partir do levantamento quantitativo, sendo elas “*personalidades que afiançam a informação*”, “*ações de combate contra a violência*”, “*para além da violência de gênero*”, “*o machismo como causa*” e “*intersecções que complexificam as relações de gênero*”. Devemos aqui pontuar algumas constatações: apesar de mais de 40% do conteúdo apresentar alguma entidade ou personalidade que endosse as informações, menos de 6% mencionam movimentos ou organizações não governamentais especializados na discussão de gênero e defesa da mulher, sendo citados principalmente a OMS e seu secretário-geral e, em seguida, o Papa Francisco e a Igreja Católica “*cujas bases se estruturam em relações de poder desiguais e na dominação masculina*” (p. 854). Além disso, ainda que uma parte significativa dos textos tenha apresentado informações sobre ações de enfrentamento, a maioria sobre aplicação e renovação automática das medidas protetivas e os canais virtuais de denúncia, as autoras ressaltam que nem todas as mulheres possuem os meios para acessar esses canais e, por conta da pandemia e medidas de isolamento social, houve restrições de atendimento em diversos setores que limitaram a rede de apoio às vítimas.

Ribeiro-Júnior *et al* (2021), para seu estudo, partiram da afirmação de alguns autores internacionais sobre os possíveis impactos da pandemia e do isolamento social, principalmente na questão da violência e trauma (diminuição de alguns tipos de crimes e aumento de outros, diminuição das denúncias de violência doméstica em função da falta de oportunidade de denúncia por parte das vítimas e redução no contato com pessoas fora do ambiente doméstico, aumento de incidentes com armas de fogo etc.), ressaltando que, quando o artigo foi escrito e publicado, ainda não havia publicações correlacionando dados de violência com a pandemia no Brasil. Eles buscaram avaliar as características dos dados coletados através de uma pesquisa nos bancos do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Secretaria de Segurança Pública (SSP) de São Paulo referentes aos anos de 2019 e 2020 entre os meses de janeiro a maio considerando diversos tipos de trauma e violência (no SUS por violência física, sexual, estupro, força corporal/espancamento, por arma branca e arma de fogo; na SSP por homicídio doloso, homicídio doloso e culposos por acidente de trânsito, lesão corporal dolosa e culposa, lesão corporal culposa por acidente de trânsito, estupro e feminicídio)

Sendo feita uma análise estatística, foi identificada uma diminuição expressiva das taxas em todos os tipos de violência pesquisados entre março e maio de 2020 quando comparados ao mesmo período do ano anterior, o que não foi visto nos meses de janeiro

e fevereiro (antes dos primeiros casos de COVID-19 na cidade), permitindo o delineamento de uma correlação entre a pandemia e o isolamento social e os casos de trauma e violência. Tal relação pode ser justificada, conforme os autores supõem com base na revisão de literatura, pela adesão ao isolamento, que reduziu o fluxo de pessoas nas ruas, e diminuição de denúncias. Contudo é pontuado que, pelo estudo ter utilizado dados apenas dos primeiros meses do novo contexto mundial, é necessária uma atenção para uma possível alteração futura nesses índices, tendo-se em vista novas mudanças na situação socioeconômica nos meses seguintes.

Para discutir a resposta e os desafios da assistência a mulheres em situação de violência nos primeiros meses da pandemia, Campos, Tchalekian e Paiva (2020) realizaram entrevistas com trabalhadoras de três serviços de acolhimento em diferentes regiões da cidade de São Paulo que atendem famílias e pessoas em situação de risco e fazem o acolhimento de mulheres vítimas de violência. As falas foram organizadas em unidades de significação: “vulnerabilidade social no território investigado”, “alteração de protocolos de atendimento”, “políticas públicas e medidas implementadas na primeira fase da pandemia” e “silenciamento e invisibilização da VCM nos primeiros meses da epidemia”. As autoras concluem que “fatores que aumentam a vulnerabilidade social à VCM, como falta de renda, a fome, o desemprego, se somam à precarização de programas que a mitigariam” (p. 13), ainda tendo um Governo que desqualifica tanto a questão da violência contra a mulher quanto a gravidade do novo coronavírus. Entre os desafios encontrados pontuou-se a diminuição da procura dos serviços, muitas usuárias perderam o acesso à comunicação remota e profissionais passaram a usar recursos pessoais sem cuidado com os protocolos éticos, qualificação das equipes para lidar com o contexto específico trazido pela pandemia e o precário diálogo entre os serviços sociais e judiciais.

Ainda, partindo do histórico impacto de crises econômicas na desigualdade de gênero e insegurança alimentar e as possibilidades de enfrentamento através do apoio social, Sousa, Ditterich e Melgar-Quíñonez (2021) tiveram como objetivos avaliar as percepções de desigualdade de gênero e insegurança alimentar em momentos de crise econômica, medir a associação dessas percepções e o apoio social e analisar a resposta governamental em países latino-americanos nesses momentos. Para isso foram utilizados dados coletados pelo Gallup World Pool (GWP) em uma pesquisa transversal realizada em 18 países entre 2014 e 2017, no formato de questionário, analisados de forma quantitativa. Foi observado um aumento da percepção da desigualdade de gênero,

principalmente entre os entrevistados que sofrem de insegurança alimentar, que possuem baixo apoio social e as mulheres. Entendeu-se a partir de uma discussão com outras pesquisas que pessoas, em especial mulheres, com maior apoio social tem maior segurança alimentar, o que gera uma preocupação pois durante o isolamento necessário na pandemia o apoio social foi e é enfraquecido.

Entre os dados de resposta governamental, a Organização Pan-Americana de Saúde reuniu orientações de políticas públicas como a manutenção de espaços de acolhimento a mulheres em situação de risco, orientação aos profissionais de saúde sobre serviços e ferramentas de auxílio às mulheres e conscientizar a população sobre o aumentado risco de violência doméstica, a importância de fortalecimento da rede de apoio social e as ferramentas e locais de auxílio. Foi ainda pontuada a importância de uma intervenção para garantir às mulheres acesso a renda e alimentos, além de haver aumento nas políticas de proteção social.

2. Método: *Busco caminhos*

“Deve-se reconhecer e deve-se aprender a lidar com o caráter político e ideológico de toda e qualquer atividade científica e pedagógica”

Brandão & Borges¹⁰

Essa pesquisa busca entender como profissionais da educação vivenciaram as violações de direitos humanos na periferia de São Paulo durante a pandemia de COVID-19. Para aprofundar essa questão, nos pautamos no pensamento fenomenológico, tal como será apresentado a seguir, inclusive na discussão sobre o termo "Método", já que tal pensamento prescinde de corpo teórico, mas é caracterizado fundamentalmente por uma discussão metodológica.

2.1. O que é o caminho

Para Heidegger (2009), o método, (cuja etimologia é entendida como *meta* - além - e *hodos* - caminho) é um “caminho que leva a algo” e, no caso da pesquisa, esse algo é a resposta ao problema de pesquisa que foi elaborado. De acordo com Szymanski e Szymanski (2022), esse caminho que, na pesquisa participativa e dialógica é construído na parceria das/os pesquisadoras/es com as instituições/comunidades, se torna um “envolvimento metodológico”. No caso desta pesquisa, iremos seguir caminhos que se entrelaçam: a pesquisa com fundamento no pensamento fenomenológico e a pesquisa participativa e dialógica.

Entendemos que devemos começar pelo começo (por mais redundante que essa frase soe, ela ainda é verdadeira) e, por isso, começemos pelo próprio “fenômeno” (*phainestai*). Partindo da etimologia dessa palavra, que significa “o que se revela, o que se mostra em si mesmo”, Heidegger (2005) ressalta que esse “um que se mostra” não se limita a um conceito e, como está para além de conceitos, mostra-se de forma singular nos diferentes territórios, contextos e pessoas envolvidas: “pode-se mostrar por si mesmo de várias maneiras, segundo sua via e modo de acesso” (HEIDEGGER, 2005, p. 58). Aqui, então, retomamos a importância da apresentação deste trabalho que mostra uma trajetória única (assim como todas são) e com muitos privilégios de inserção acadêmica,

¹⁰ BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. **A pesquisa participante:** um momento da educação popular. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62, jan./dez 2007.

mesmo que ligados a um contexto específico político e econômico possível quando da entrada na universidade que, diga-se de passagem, tem desmoronado a passos largos na atual conjuntura. É necessário pensar nesses privilégios, pois “[...] é fundamental a consciência de que, como pesquisador(a), você está necessariamente vivenciando o processo a partir de uma perspectiva” (SZYMANSKI e SZYMANSKI, 2022, p. 243).

Pode parecer, nesse momento, que uma pesquisa que se fundamenta na fenomenologia (*phainestai* - fenômeno - e *logos* - estudo) vai de encontro ao pensamento tradicional e hegemônico das pesquisas quantitativas positivistas. Não obstante, conforme Cabral et al. (2019):

Há, aqui, a convicção de que as múltiplas e diversas abordagens qualitativas podem contribuir para a construção de conhecimento [...] configurando, mais especificamente, um campo de experimentações fecundas - e não experimentos rigidamente controlados e reproduzíveis - para a democratização da pesquisa. (p. 12)

Assim, a escolha por um método que quebre a posição hegemônica e que democratize a pesquisa “[...] nos aproxima[m] de uma militância em relação ao ato de pesquisar” (SZYMANSKI e SZYMANSKI, 2022, p. 241). Queremos lembrar que estamos falando de uma pesquisa que estuda o fenômeno tal como ele está ocorrendo em um bairro periférico de São Paulo (a ser contextualizado a seguir), onde o ato de pesquisar “desencadeia o que chamamos de ‘efeitos emancipadores’” (p. 241).

Lembramos que, segundo Critelli (1996), para o nosso modo de pesquisar, mais importantes do que os instrumentos de coleta de dados, são “o *que se quer saber*, paralelamente ao *modo da interrogação*” (p. 26). Ou seja, a pesquisa que queremos fazer incide sobre seu tema e cuida da forma como a pergunta que guia o problema de pesquisa é feita. Desse modo, reforçamos que, para nós, esses dois aspectos são pensados de maneira participativa e dialógica, já que a pergunta que forma o problema de pesquisa precisa dialogar com as demandas da/o pesquisadora/pesquisador e das/os participantes.

A pesquisa participativa é uma prática diversificada e muito utilizada, principalmente por pesquisadoras/es das áreas de ciências humanas, cujo foco está nos fenômenos sociais. Trata-se de uma forma de pesquisa que, mesmo em diferentes formatos, sempre se baseia em “um envolvimento - em alguns casos, um comprometimento – entre [a] o [pesquisadora] pesquisador e aquilo, ou aquele, que [ela]

ele investiga” (BRANDÃO, 2008, p. 8), para que se possa conhecer profundamente algum movimento social ou cultural.

A pesquisa dialógica é entendida como uma pesquisa que conversa com as demandas da instituição ou do território no qual o problema tem origem, transformando-as em uma formulação mais precisa do problema em estudo. É baseada na dialogicidade de Paulo Freire e utilizada principalmente quando se trabalha na área educacional considerando que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1980, p.69).

Destacamos aqui que pesquisas neste cunho fenomenológico, participativo, dialógico e interventivo tendem a quebrar com alguns princípios já engessados na pesquisa tradicional como generalização, objetividade e neutralidade. Primeiramente é necessário reforçar que qualquer pesquisa, desde o início de sua formulação, depende da própria trajetória da/o pesquisadora/pesquisador, sua visão de mundo irá também guiar sua visão científica e a forma como a pesquisa se desenvolve. Por isso, e entendendo que os fenômenos se mostram de maneiras diferentes em contextos diferentes para pessoas diferentes, a proposta de generalizar os achados de um projeto torna-se inviável. Da mesma forma, a posição de comprometimento e envolvimento com o trabalho por parte da/o pesquisadora/pesquisador desfaz a tentativa de objetividade e neutralidade.

2.2. Participantes: O território e nossas parcerias

As/os participantes¹¹ desta pesquisa são mulheres e homens trabalhadoras/es (educadoras, gestoras, diretor/presidente da associação e auxiliares administrativos, educacionais, de cozinha e de limpeza) dos equipamentos geridos pela Associação Amigos de Pianoro, fundada em 1992 pela Paróquia Bom Pastor conveniada à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e com a Secretaria Municipal de Educação (SME). Seu objetivo é proporcionar espaços potentes no território do Jardim Paulistano, distrito da Brasilândia, para compreender as demandas dos moradores sobre suas necessidades. Esses espaços são: o CCA Enrico Giusti, o CEI Francesco Persiani e o CEI Jardim dos Francos. O nosso grupo de pesquisa estabeleceu

¹¹ Como toda pesquisa envolvendo seres humanos, Esta pesquisa obedece a determinações do Comitê de Ética da PUC/SP e tem a autorização de consentimento e uso dos envolvidos para uso científico-acadêmico (submetido através da Plataforma Brasil sob CAEE 57114022.9.0000.5482). As participantes assinaram o TCLE, cujo modelo encontra-se no anexo 6.1.

parceria com a Associação desde a década de 1990, na medida em que ela recebe os alunos de estágios do 5º ano de Psicologia e acolhe mestrandas/os e doutorandas/os que realizam pesquisas participativas e dialógicas que conversem com suas demandas. Esta pesquisa, por envolver seres humanos, foi aprovada pelo Comitê de Ética da PUC-SP.

O território no qual nossa pesquisa se desenvolve, a Brasilândia, está localizado na zona norte de São Paulo, possui uma área de aproximadamente 21 km². Sua ocupação teve início próximo aos limites da Freguesia do Ó, e a área, que antes era formada por sítios e chácaras de cana de açúcar, passou a ter núcleos residenciais a partir da década de 1930. Nas décadas de 50 e 60, muitas famílias vindas do interior do estado e do nordeste do país em busca de emprego se estabeleceram na região¹².

Figura 1 - Mapa da cidade de São Paulo com bairro Brasilândia em destaque



Fonte: Wikipédia¹³

¹²https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/freguesia_brasilandia/historico/index.php?p=142

¹³ Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasilândia_\(distrito_de_São_Paulo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasilândia_(distrito_de_São_Paulo)). Acesso em 2 de Março de 2022.

De acordo com os dados publicados pelo Mapa da Desigualdade 2022, se trata de um dos bairros mais populosos da cidade, com mais de 283 mil pessoas, sendo, em sua maioria, jovem e não branca: estima-se que cerca de 50% dos moradores da Brasilândia sejam pretos ou pardos e 47% tenham de 0 a 29 anos. Além disso, cerca de 52% são mulheres e, de todos os nascimentos no ano de 2020, 12,5% eram de mães com 19 anos de idade ou menos (a terceira maior taxa na cidade). É o segundo bairro com o maior número de assentamentos informais (favelas) e com mais moradias em situação de risco geológico e hidrológico. Como será apresentado no próximo capítulo, trata-se de um território de grande vulnerabilidade, que aparece nos índices do Mapa 11 vezes entre os dez bairros mais vulneráveis.

A pandemia de COVID-19 teve efeitos muito fortes no território, que, por semanas, teve o maior número de mortes do município de São Paulo. Ainda em 2020, alguns meses após o decreto de situação de pandemia mundial, foi realizado um encontro virtual entre o ECOFAM e as lideranças da Brasilândia (incluindo a Associação Pianoro e a Rede de Ação Comunitária - RAC) onde surgiram demandas que dialogam o nosso tema, como:

“[...] propostas, criatividade e conhecimento especializado, na interface da psicologia e educação, para a lida de tão complexa situação; exaltaram o sentimento de angústia e sofrimento tanto das famílias, quanto das/os educadoras/es e pessoas que estão na linha de frente do enfrentamento, diante dos intensos desafios que na pandemia se acirram, passando pela fome, morte, violências de várias naturezas, como especificamente a violência contra a mulher, violência policial, violências contra crianças, adolescentes e idosos.” (TELIS *et al*, 2021, p. 243 - 244)

2.2.1 Vulnerabilidades e violências

Um panorama mais amplo acerca do fenômeno pode ser encontrado no capítulo Sobre ViolênciaS, neste item iremos especificar questões relativas ao território em foco. De acordo com os Mapas da Desigualdade 2021 e 2022, que trazem dados dos anos anteriores, trata-se de um dos bairros com menos oferta de trabalho formal e o que possui a menor remuneração média no município.

As vulnerabilidades na saúde são de gravidade: leva-se em média 18 dias para consultas médicas na atenção primária, em 2020 eram 40 dias na Atenção Especializada, 57 para exames especializados e 126 para consultas na área da Psiquiatria¹⁴. É o bairro

¹⁴ Os índices de espera na atenção especializada, para exames especializados e consultas na área de psiquiatria estavam presentes no Mapa da Desigualdade 2021, mas não no de 2022.

com maior mortalidade de pessoas abaixo dos 60 anos e maior proporção de óbitos de pessoas internadas, por subprefeitura. É também uma das regiões com menos leitos nas Unidades de Internação Intensiva (UTI) e foi o distrito com o maior número de mortes no município nos primeiros meses da pandemia: segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), de todas as mortes no bairro em 2020 quase 20% foi por COVID-19, em 2021 essa porcentagem subiu para 26%.

Na educação, são em média 8 dias de espera para vagas em creches (uma grande diferença do ano anterior, em que essa espera era de em média 50 dias), 99% das crianças estavam matriculadas em escolas públicas no Ensino Básico, 8% das crianças do ensino fundamental estão no quadro de distorção idade-série e o distrito ficou entre as 11 piores notas no Índice de Desenvolvimento na Educação Básica (Ideb).

As possibilidades de cultura e prática de esportes são quase nulas dentro do território, requerendo mobilidade das/os moradoras/os, a proporção de centros culturais, casas e outros espaços de cultura para cada 100 mil habitantes é de 0%.

Os dados de violência trazem que a cada dez mil mulheres entre 20 e 59 anos de idade, 232 sofreram algum tipo de violência de acordo com a Lei Maria da Penha e 2 foram vítimas de feminicídio (o quinto maior número na cidade), é necessário percorrer em média 7km para realizar uma denúncia de violência contra a mulher em uma Delegacia de Defesa da Mulher. A cada 100 mil pessoas, 8 foram vítimas de homicídio e a cada 100 mil jovens entre 15 e 29 anos, 14 foram assassinados (em 2020 esse número era de 35 homicídios). O bairro possui baixas taxas de violência policial e morte por intervenção policial nos anos de referência que pode ser justificada principalmente pela instalação de câmeras que não podem ser desligadas manualmente nos uniformes, segundo a própria ouvidoria da polícia¹⁵.

2.3. Os momentos da pesquisa

Como introduzido no capítulo de Apresentação, em agosto de 2021 foi feita uma reunião com as gestoras e educadoras dos equipamentos públicos de educação apresentados anteriormente, para delinear uma demanda que já vinha se fazendo presente, principalmente um espaço de discussão sobre direitos humanos. Esse, porém, é um tema

¹⁵<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/sp-numero-de-mortes-em-intervencoes-policiais-caiu-diz-ouvidoria>

amplo e abrangente que envolve diversos subtemas, portanto, após conversas entre a equipe de pesquisadoras/es e participantes, foi possível delimitar temas de maior interesse: direitos das crianças e adolescentes, direitos das mulheres e violências e suas interfaces com a Psicologia e a Justiça. A partir desse encontro foram organizados, juntamente com estagiárias/os do quinto ano de Psicologia da PUC-SP, Grupos Reflexivos (a serem apresentados a seguir) com as/os participantes (educadoras, gestoras etc.) que aconteceram semanalmente no período de dois meses, nos quais foram realizadas discussões relacionadas com os temas. O quadro abaixo mostra o cronograma dos grupos, destacados em azul estão os encontros cujas transcrições foram escolhidas para análise.

Figura 2 - Relação de datas e temas dos encontros sobre direitos das crianças e dos adolescentes e violências e justiça, os encontros escolhidos para serem analisados neste trabalho encontram-se destacados em azul

Crianças e Adolescentes		Violências e Justiça	
Data	Tema	Data	Tema
13/set	Apresentação	09/set	Apresentação
20/set	ECA	23/set	Violência Histórica e Social
27/set	Situações Violações de Direitos	30/set	Violência Policial e de Estado
04/out	Violência	14/out	Violação de DH
11/out	Violência	21/out	Encerramento
18/out	Enfrentamentos		

Fonte: elaboração da autora.

Foi utilizado como procedimento o Encontro Reflexivo, uma prática psicoeducativa que tem por objetivo buscar soluções e/ou alternativas para uma questão, entendida como uma demanda comum de um grupo de pessoas. Conforme Szymanski e Szymanski (2014), essa prática tem fundamentação nas teorias de Kurt Lewin (e seus estudos de pequenos grupos), de Paulo Freire (na “valorização da autonomia” - p. 11) e, também, de Jacob Levy Moreno (a teoria psicodramática). As participantes desses grupos costumam ser, nas pesquisas por nós realizadas, pertencentes ao mesmo território e/ou trabalhadoras das associações e/ou equipamentos com os quais temos parceria.

O termo “encontro” possui diversas definições, como “chegar um diante do outro [...]”; “ação ou efeito de descobrir, de achar [...]”; “embate [...]”, “combate ou enfrentamento [...]”; “competição, disputa [...]”; “reunião de pessoas ou especialistas para discutir determinado assunto ou tema [...]”; “conjuntura [...]” (HOUAISS e VILLAR,

2001, p. 1137). Tais definições, que variam desde formas as mais pacíficas até as mais agressivas, contém o objetivo da nossa prática de “co-construir uma situação dialógica e transformadora, mas com a consciência de que esse processo não ocorre sem conflitos, mediações e superações, que propiciam soluções novas para as questões trazidas pelos protagonistas” (SZYMANSKI e SZYMANSKI, 2014, p. 12).

O processo dos encontros, descritos por Szymanski e Szymanski (*ibid.*), ocorre em cinco diferentes etapas que dialogam entre si e se complementam: o planejamento; a atividade preparatória e vivencial; narrativas e reflexões sobre a etapa anterior; reflexão focada na demanda e síntese final.

Figura 3 - Quadro descritivo das etapas dos Encontros Reflexivos e seus objetivos

Etapas	Objetivo Principal
Planejamento (anterior ao início do encontro)	Compreender a demanda, definir claramente os objetivos do encontro, delinear cada etapa, com descrição das atividades e das questões desencadeadoras
Ativ. Preparatória	Atividades que preparam o grupo para uma reflexão mais profunda e própria (exemplo: leitura de artigos e notícias, assistir vídeos sobre os temas, apresentação com slides)
Narrativas e Reflexões	Levantamento das impressões trazidas pelo momento anterior
Reflexão Focada	Atividade de relacionamento entre a atividade preparatória e o tema central do grupo
Síntese Final	Resumo das discussões de forma a contemplar as principais falas de suas/seus integrantes e levantamento de possíveis temas para o encontro seguinte

Fonte: elaboração da autora.

Os encontros realizados nessa pesquisa ocorreram semanalmente, em geral com as mesmas participantes e foram transcritos (Anexo 6.2), sendo essas transcrições o objeto de nossa análise. Os temas trabalhados em cada semana são considerados “subtemas” (como vertentes) da demanda inicial de trabalharmos Direitos Humanos e Violências. Assim, o planejamento sempre leva em conta possibilidades que dialoguem com o tema principal, a atividade preparatória retoma a síntese do encontro anterior e a síntese final propõe o tema do encontro seguinte.

3. O que apareceu: *Busco estrelas*

“Há coisas que não desaparecem, dentre elas está a violência. A aversão à violência não é algo característico da Idade Moderna. Ela é apenas proteica e, dependendo da constelação social, suas formas de manifestação se modificam.”

Byung-Chul Han¹⁶

Uma vez que nossa pesquisa se propõe a estudar um fenômeno respeitando a especificidade de como ele ocorre para a pesquisadora em um determinado território, escolhemos nos inspirar em um referencial de análise que se entrelaça com o nosso referencial teórico e dialoga com a nossa proposta: a hermenêutica de sentido gadameriana. Como Gadamer (1999) retoma, a palavra “hermenêutica” é de origem grega e relaciona-se a Hermes que, na mitologia grega, é o “mensageiro dos deuses”, o responsável por fazer a comunicação (e tradução) entre o divino e o terreno (deuses e homens). Essa é a definição do objetivo da própria hermenêutica, a partir do século XIX:

“Não é somente a tradição literária que representa um espírito alienado e novo, necessitado de uma apropriação mais correta, mas, antes, tudo que já não está de maneira imediata no seu mundo e não se expressa nele, e para ele, junto com toda tradição, a arte, bem como todas as demais criações espirituais do passado, o direito, a religião, a filosofia etc, encontram-se despojadas de seu sentido originário e dependentes de um espírito que as faça aflorar e intermedie, [...]” (GADAMER, 1999, p. 263).

Seguindo este entrelaçamento, que busca entender o fenômeno como ele se mostra e interpretá-lo, nossa análise tem a tarefa de “desvelar o sentido que se abriu em um determinado encontro, o que coloca em questão a ‘verdade’ do dado e a ‘verdade’ do resultado, bem como refletir sobre alguns desdobramentos do termo ‘verdade’ [...]” (SZYMANSKI, SZYMANSKI & FACHIM, 2019, p. 8). Para esta tarefa, escolhemos analisar as narrativas de acordo com o pensamento fenomenológico hermenêutico, isso significa refletir sobre a verdade que se revelou nos encontros, interpretadas naquele contexto específico, sem neutralidade ou objetividade, sem distanciamento, conforme destacado no capítulo anterior sobre o método.

Para tanto, observamos, a partir dos temas que se repetem ou que dialogam entre si, o que aqui denominamos de unidades de sentido, que são “conjuntos de afirmações referentes a um mesmo tópico que aglutina as vivências, ou as ‘situações dadas’ (*Gegebenheiten*), dados que ‘não são dados de experimentação e de medição, mas

¹⁶ HAN, Byung-Chul. **Topologia da Violência**. Petrópolis: Vozes, 2017.

unidades de sentido' (Gadamer, 2002a, p. 124)" (SZYMANSKI, SZYMANSKI e FACHIM, 2019, p. 20).

Uma vez criadas as unidades, nós as agregamos em grupos maiores, que chamamos de "constelações", em analogia às constelações celestes. Esse processo é subjetivo e "é desejável esclarecer o que orientou a escolha das falas naquele conjunto" (*ibid.*, p. 21). De forma resumida, a formação das constelações passa por três etapas: definição das falas mais "relevantes" (para o nosso objetivo), reunião das falas em unidades de sentido (como representações das vivências) e união das unidades de sentido em constelações. Tais constelações serão analisadas em diálogo com autoras/es relevantes para os temas e dados estatísticos encontrados na pesquisa bibliográfica.

Conforme explicado no capítulo Método - *os momentos da pesquisa* foram realizados diversos encontros ao longo desse trabalho. No primeiro momento os encontros tiveram por objetivo proporcionar discussões temáticas com as/os participantes de acordo com suas demandas a respeito dos Direitos Humanos, foram escolhidos quatro encontros que foram transcritos (Anexo 6.2) e analisados conforme o método descrito. As constelações foram "Crianças e Adolescentes" e "Violências e Justiça", nome dos encontros temáticos, e "Enfrentamentos", um tema recorrente em todos os encontros mesmo de maneira sutil, e as unidades de sentido receberam cores para identificar as falas marcadas nas transcrições. Destaco que, apesar de as constelações estarem organizadas de acordo com os grupos reflexivos, tal não foi previamente planejado, a organização foi feita sem pré-determinações, porém, mesmo havendo profunda comunicação entre os temas das discussões, as falas e unidades de sentido agruparam-se conforme seus respectivos grupos. Durante a apresentação do que apareceu, incluímos contextualizações do momento no qual as falas surgiram em cada encontro, que pode ser acompanhada nas transcrições (Anexo 6.2).

3.1. Narrativas sobre Crianças e Adolescentes

A constelação "Crianças e Adolescentes" pode ser dividida em três aspectos: o primeiro traz sentimentos percebidos nos encontros, o segundo trata de violações de direitos que aconteceram no território e o terceiro traz nas unidades de sentido tipos de violências observados pelas participantes. Os quadros mostram as falas que mais reverberaram nos grupos e as unidades de sentido associadas.

Figura 4 - Falas e unidades de sentido que constituem a constelação “Crianças e Adolescentes” dizendo respeito aos sentimentos percebidos

Constelação Crianças e Adolescentes	
Trecho	Unidade de Sentido
"[...] essa estatística muitas vezes não alcança os bairros mais pobres da periferia, conhecemos pessoas que sofreram tipos de violências que com certeza não foi divulgado na mídia"	Desigualdades
"A gente fica sem saber o que fazer para ajudar essas famílias ou orientar ou encaminhar, o que fazer, fazer uma denúncia, chamar o conselho tutelar, o que fazer diante de situações como essa?"	Dificuldade de atuação

Fonte: elaboração da autora.

As unidades de sentido que trazem os sentimentos percebidos podem ser resumidas na percepção das desigualdades que permeiam, neste caso, até mesmo a visibilidade do que acontece na periferia e das dificuldades de atuação com educandas/os e famílias.

A respeito das desigualdades, o momento da discussão que revelou a fala destacada tratava das estatísticas de violência na cidade de São Paulo contra crianças e adolescentes. A participante pontua casos (desaparecimentos, abuso sexual intrafamiliar) que chegaram ao seu conhecimento, nos quais as equipes tentaram atuar, mas que provavelmente não aparecem em nenhuma estatística, e por algumas razões: primeiro, conforme Piveta (2018) aborda, a mídia possui papel central não apenas na divulgação de casos, mas quando e como essa divulgação ocorre, tal narrativa a respeito da juventude periférica foi definida há muito tempo e o quadro pintado é o de perpetradores da violência, a autora aborda em seu texto que os enunciados jornalísticos de assassinatos de jovens entre 15 e 29 anos legitimam práticas de marginalização e exclusão dessa população; segundo, conforme a discussão realizada no encontro, por haver relutância por parte da população do território em acionar a polícia e outras instituições de segurança pública pelo motivo de, muitas vezes, quando acionadas haver uma posição de descaso no tratamento com as populações periféricas (quando não violenta) e pelos altos índices de morte por intervenção policial (conforme discutido no capítulo teórico, em 2021 74% das vítimas desse tipo de morte tinham de 0 a 29 anos).

A respeito da dificuldade de atuação, as participantes pontuam, em diversos momentos, atribulada comunicação com famílias (que ocorre, talvez, por não haver uma compreensão do papel dos equipamentos); falta de parceria com outros equipamentos e instituições governamentais, tais como o Conselho Tutelar (visto como punitivo para as famílias e educandos e com o único papel de retirar as crianças e adolescentes de suas famílias, o que, dado o desmantelamento constante de serviços públicos, pode não ser uma visão completamente deturpada do que ocorre na região); e desconhecimento de como acionar e realizar um trabalho efetivo em rede envolvendo também a comunidade como um todo.

Figura 5 - Falas e unidades de sentido que constituem a constelação “Crianças e Adolescentes” dizendo respeito aos direitos de crianças e adolescentes

Constelação Crianças e Adolescentes	
Trecho	Unidade de Sentido
"[...] guarda informal, onde é comum famílias assumirem a guarda, às vezes sem ter grau de parentesco direto, por conta de situações que em geral envolvem abandono, violência. Há casos em que a criança, por não ter registro, não tem acesso aos serviços básicos."	Acesso geral aos direitos
"[...] por muitas vezes não existir o conhecimento desse direito e da importância dele, ou acham que é um direito apenas dos outros e não das pessoas do território. "	
"Se fosse só alimento, ainda era mais fácil resolver, mas também falta roupa, brinquedo. Quando fizemos as entrevistas com as famílias, uma das mães disse que não tinha nem arroz pra fazer pro filho [...]"	
"[...] essa é a realidade do nosso bairro, é com isso que a gente convive, e a parte do lazer e cultura, por estar muito distante da maioria deles, eles acabam procurando outras formas, se tivéssemos dentro do bairro um ambiente cultural que fosse de fácil acesso pra eles, como não temos eles vão pro baile funk, procura onde tiver algo, onde tiver diversão pra eles. "	Cultura e Lazer
"[...] quando aconteceu o retorno às atividades presenciais, a EMEI não quis aceitar ele, ela veio conversar comigo, disse que por conta desse possível autismo a escola não queria receber, ele ficava apenas duas horas e ela era chamada para buscar."	Educação

Fonte: elaboração da autora.

As unidades de sentido que falam mais diretamente dos direitos de crianças e adolescentes foram discutidas em uma perspectiva de violações ocorridas em casos em que as equipes foram acionadas ou informadas.

A primeira unidade trata sobre o (não) acesso geral aos direitos, seja por, como no caso abordado, falta de documentos como RG e certidão de nascimento que liguem o responsável (informal) ao menor de idade, seja por falta de conhecimento dos direitos.

Sobre este último, discutimos que em relação a inúmeros direitos, mas principalmente sobre os direitos à lazer e cultura, não há conhecimento da população sobre a existência deles ou como ter acesso ou há uma percepção de que o acesso é somente para outras pessoas, ou seja, não se reconhecem como sujeitos de direitos. No caso dessa percepção partindo de crianças e adolescentes, ela pode se dar pelo fato discutido no capítulo teórico, até a Constituição de 1988 os “menores” não eram vistos como sujeitos de direitos, o que deixa uma marca estrutural na sociedade (assim como o racismo e machismo). Houve ainda discussões sobre a ausência do Estado e atuação de instituições públicas com as famílias em situação de maior vulnerabilidade, colorindo o retrato desenhado na caracterização do território, onde as participantes expõem situações onde famílias não têm acesso a alimentação básica, roupas adequadas (muitas vezes de tamanhos menores do que o necessário e puídas) e as crianças não têm brinquedos adequados muito menos espaços públicos seguros para brincar.

A unidade “Cultura e Lazer” traz uma fala que envolve até mesmo mais do que isso. A conversa parte da ausência de espaços públicos seguros que ofereçam atividades culturais e de lazer, o bairro possui dois equipamentos culturais gratuitos (a Casa de Cultura da Brasilândia e a Fábrica de Cultura, ambos oferecem atividades como peças teatrais, palestras e exposições) e algumas praças e quadras esportivas, que não recebem manutenção adequada e muitas apresentam risco de segurança aos usuários. Para cobrir essa lacuna deixada pelo governo, como em muitas favelas do país os jovens se organizam e criam seus espaços: as Batalhas de Rap e os Bailes Funk se tornam os eventos principais. Porém, no caso dos bailes, efeitos colaterais ocorrem, as organizações criminosas utilizam esse momento para se fazer presentes na comunidade, aumentando a marginalização dos eventos e chamando a atenção das instituições de segurança. O resultado é mais um espaço que coloca crianças e adolescentes em situações de risco.

“Educação” representa um retrato que não é único ou raro no país, a discriminação de crianças com deficiências ou neuroatípicas também é estrutural. As leis que encerravam as escolas especiais e abriram para que essas crianças sejam atendidas nas escolas “normais” são recentes e incompletas, não definem como essas crianças devem ser atendidas (deixando uma brecha que faz com que as “salas de recursos” as mantenham isoladas) ou qual deve ser a formação das educadoras (permitindo a contratação de profissionais que não são capacitadas para realizar o acompanhamento pedagógico adequado). As especificidades que envolvem esse atendimento educacional

especializado levam as escolas a, mesmo sendo obrigadas por lei, rejeitarem alunas/os parte desse grupo, violando o direito integral e universal à educação.

Figura 6 - Falas e unidades de sentido que constituem a constelação “Crianças e Adolescentes” dizendo respeito às violências sofridas por crianças e adolescentes

Constelação Crianças e Adolescentes	
Trecho	Unidade de Sentido
"[...] uma criança que sofria abusos pelo tio, tanto ela quanto a irmã que era menor, e ela nos procurou e desabafou e falou conosco [...] A mãe sabia do que estava acontecendo e não tomou nenhuma providência, nenhuma atitude, porque era irmão dela."	Violência Sexual
"[...] mas a gente fala também de uma violência doméstica que acontece com as nossas crianças dentro de casa e muitas vezes com consciência dos próprios pais ou através de tios, de pais [...]"	Violência Doméstica

Fonte: elaboração da autora.

O último grupo de unidades fala de formas clássicas de violência, casos em que crianças são violadas sexualmente e fisicamente. O que achamos ser de maior importância aqui é o envolvimento das famílias, nesses casos como os agressores. De acordo com a Ouvidoria Nacional¹⁷, entre janeiro e junho de 2022 foram registrados mais de sete mil casos de estupro no país, 77% deles envolviam vítimas com menos de 18 anos, em 36% dos registros as vítimas tinham menos de 11 anos de idade, em 47% das denúncias os abusos eram diários, a maior parte dos agressores possuíam grau de parentesco com as vítimas e os abusos aconteciam dentro das casas que ambos dividem. O Instituto Liberta¹⁸, que atua contra a exploração infantil, reforça que muitas vezes a família decide abafar os casos e aí entra a importância das escolas e outros equipamentos educacionais, proporcionando espaços de seguros para que crianças e adolescentes se sintam confortáveis em fazer as denúncias (o que é confirmado pelo relato que as participantes do encontro trazem), oferecendo atividades educacionais que conscientizem toda a população e, quando necessário, denunciando às instituições responsáveis.

Essa constelação como um todo mostra a realidade de vulnerabilidade a que crianças e adolescentes estão sujeitas, muitas vezes devido à uma atuação seletiva do Estado no território em outros campos que não a defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Porém, também mostra a apropriação que as participantes têm do que ocorre

¹⁷ <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/06/24/criancas-de-ate-11-anos-sao-36percent-das-vitimas-de-estupro-no-brasil.ghtml>

¹⁸ <https://liberta.org.br>

no território e o papel que os equipamentos têm no combate a violações dos direitos humanos, numa tentativa de suprir o que lhes é retirado como direito.

3.2. Narrativas sobre Violências e Justiça

A constelação “Violências e Justiça” será analisada sob dois aspectos: o primeiro são os sentimentos percebidos nas falas das participantes durante os encontros e o segundo fala sobre formas de violência menos explícitas trazidas nas discussões.

Figuras 7 e 8 - Falas e unidades de sentido que constituem a constelação “Violências e Justiça” dizendo respeito aos sentimentos percebidos nos encontros

Constelação Violências e Justiça	
Trecho	Unidade de Sentido
"Hoje nós temos no Brasil duas polícias, nós temos a polícia que serve o branco, o empresário da ponte para lá, e nós temos uma polícia que massacra, maltrata, reprime, é totalmente preconceituosa com o povo que mora da ponte pra cá"	Indignação
"[...] falando da história da polícia e como surgiram as primeiras polícias, você vai percebendo que ela sempre foi para defender um grupo específico, um grupo muito escasso de pessoas"	
"Então nós não temos um critério de aprisionamento e de encarceramento, você vê nitidamente que o intuito é prender e encarcerar pessoas negras e periféricas."	
"[...] se você não tem é porque você não trabalhou, se você não tem é porque você não lutou, aquele que está ali aparecendo na televisão, de repente cometendo um crime ou um ato infracionário é tido como inimigo da periferia, mas não, é só mais uma vítima do estado, é só mais uma pessoa que o Estado negou o direito."	
"Porque eu vejo que as polícias no final elas estão para reprimir a classe trabalhadora, isso é uma realidade. Porque não existe segurança para nós."	Medo
"Ele não passa pelo policiamento, porque a polícia não traz segurança para ninguém. Não traz assim, são pouquíssimas as vezes que a gente vê um caso de um que um policial fez, salvou, evitou. Do contrário, as pessoas sentem medo da polícia."	
"[...] os meninos da quebrada veem uma polícia opressora, uma polícia que eles falam 'o papel da polícia é proteger, mas a gente não se sente protegido'. Os jovens da periferia não se sentem protegido com a polícia."	

Fonte: elaboração da autora.

As unidades de sentido que falam dos sentimentos percebidos ao longo dos encontros são Indignação e Medo.

A primeira envolve falas sobre as desigualdades entre as diferentes classes sociais, neste caso em relação à atuação das instituições de segurança pública (tema do encontro no qual elas aparecem). Trata-se de um retrato já conhecido no Brasil, enquanto diversos vídeos que circulam pelas redes sociais mostram policiais “abaixando a cabeça” ao serem ofendidos pela elite e por políticos, outros vídeos, notícias e estatísticas mostram uma polícia violenta quando frente à população pobre e (geralmente) negra. Partindo da discussão sobre a história das instituições policiais no Brasil (apresentada no capítulo teórico) as participantes do grupo pontuam a historicidade dessa atuação desigual, e partindo de uma discussão sobre a forma como o sistema político e capitalista funciona são destacados dois pontos: a força da meritocracia (que diz que se você não tem, você não lutou por isso, retirando a obrigação do Estado em garantir oportunidades iguais para todos de maneira equitativa) e a força do racismo estrutural (que dá à todos os criminosos uma pele negra no imaginário coletivo, levando ao encarceramento em massa dessa população - CARVALHO, 2018).

A segunda unidade traz, mais do que um sentimento de insegurança, o medo que a população tem de quem deveria garantir sua segurança e proteção. Esse medo vai além das participantes, envolve toda a comunidade, inclusive as crianças e adolescentes. Apesar de nos últimos anos a violência policial no território ter sido baixa, essa mudança não apaga a relação histórica entre favela e polícia, ainda mais se considerarmos as diversas intervenções policiais em periferias nos últimos anos que terminou na morte de muitos jovens (a maioria sem qualquer envolvimento com organizações criminosas).

Figura 9 - Falas e unidades de sentido que constituem a constelação “Violências e Justiça” dizendo respeito às formas de violência implícitas

Constelação Violências e Justiça	
Trecho	Unidade de Sentido
"[...] agem com violência é muitas vezes disfarçada e o quanto às vezes explícita, é disfarçada quando negam os direitos mais fundamentais da pessoa como alimentação, habitação digna, trabalho digno, o acesso à cultura, à educação, o acesso à informação"	Violação de Direitos
"[...] a carga e a jornada de trabalho são pesadas propositalmente para dificultar acesso aos nossos direitos"	
"As pessoas que reproduzem a violência estão reproduzindo o que aprenderam, a sociedade aprendeu dessa forma"	Reprodução

Fonte: elaboração da autora

Sobre as formas de violência menos explícitas levantadas pelas participantes, reforçamos primeiramente que dizem respeito a formas estruturais perpetradas pelo sistema político e social no qual vivemos.

A discussão sobre violências implícitas começa pelas violações de direitos que o Estado permite que aconteça e não enfrenta, como exemplos foram trazidos os direitos à habitação (digna, pois lembramos que no território apesar de haver poucas pessoas em situação de rua, a maior parte das casas são consideradas assentamentos informais), à alimentação (a volta do Brasil ao Mapa da Fome, as “filas do osso”, imagens de pessoas buscando alimento no lixo e as quase nulas políticas de enfrentamento do governo Bolsonaro), ao trabalho digno (milhões de pessoas desempregadas ou em empregos informais, sem acesso aos direitos trabalhistas básicos), à educação (inclui-se aqui não apenas as filas de espera por vagas em creches e escolas públicas, mas também o contínuo sucateamento da educação pública e das políticas de acesso e permanência no ensino superior). Essas violações e o funcionamento do sistema capitalista são estratégias básicas estruturais para manter a população vulnerável sob o controle do Estado.

Sobre estruturas, dizemos ainda da reprodução sistêmica e estrutural de formas mais explícitas e “tradicionais” de violência, de um ciclo vicioso no qual a agressividade e a negação do outro como pessoa se repete e mantém.

3.3. Narrativas sobre Enfrentamentos

A constelação “Enfrentamentos” se diferencia das outras duas por não ter sido tema específico dos encontros realizados, porém ela surge da maneira mais ideal para o nosso tipo de análise: a partir, única e exclusivamente, dos dados coletados. Ela é dividida entre enfrentamentos gerais e estratégias específicas.

Figura 10 - Falas e unidades de sentido que constituem a constelação “Enfrentamentos” dizendo respeito às estratégias gerais de enfrentamento

Constelação Enfrentamentos	
Trecho	Unidade de Sentido
"[...] se tiver emprego para todo mundo, vaga nas universidades, apoio mental e saúde para quem precisa, tem um problema com droga, coisa do tipo eu acho que os índices de violência vão diminuir muito mais do que com maior policiamento e número de pessoas com armas assim."	Enfrentamentos
"[...] o único caminho é trabalho de formiguinha para tentar acessar a informação. Ao acesso à informação, acesso à educação, acesso aos bens, à saúde, é esse é o grande desafio."	
"A C falou sobre rodas de conversa e no início eu tinha falado sobre palestras, eu acho que a gente poderia pensar como estar fazendo essas atividades no nosso território e nos nossos serviços"	
"E a importância de espaços como esse para tentarmos minar essa estrutura pouco a pouco."	
"A educação é freiriana quando ela entende a classe e a realidade do educando e eu acho que esse deveria ser o nosso rumo, entender que as coisas só vão mudar quando trocarmos o nosso olhar pro mundo por um emancipatório e libertador [...]"	

Fonte: elaboração da autora

Os enfrentamentos “gerais” abordam falas que vão desde uma militância interna até estratégias que possam ser colocadas em prática. Destaca-se a importância dada a uma atuação intersetorial que garanta diferentes direitos, para além do aumento do policiamento e armamento da população geral, ações que envolvam políticas públicas de educação, saúde e assistência social.

As participantes entendem que suas ações podem ser potentes no sentido de causar uma mudança real na comunidade, o que as faz buscar com interesse possibilidades que envolvam mais do que apenas as equipes, mas também educandos e famílias.

Figura 11 - Falas e unidades de sentido que constituem a constelação “Enfrentamentos” dizendo respeito às estratégias específicas de enfrentamento

Constelação Enfrentamentos	
Trecho	Unidade de Sentido
"[...] buscamos e tentamos colocar nos nossos jovens que a única saída é realmente a educação, não tem para onde correr. A gente precisa incentivar nossos jovens para ele estar ocupando todos os espaços possíveis de educação, os cursos, precisa estar ocupando esses espaços para que futuramente esses jovens venham ter um diferencial."	Educação
"Quando temos a oportunidade nós fazemos passeios com eles, antes da pandemia e agora no retorno vamos ver de fazer novos, para que eles tenham conhecimento de outros ambientes, outros locais, para que essa realidade venha a ser parte da vida deles."	Cultura e Lazer
"Então nós, a equipe do CEI, nos juntamos e pedimos doação de alimento, conseguimos bastante coisa, até cestas básicas e caixas de leite, eu fiz as entregas com o meu carro."	Alimentação

Fonte: elaboração da autora.

O principal ponto desse aspecto é que as falas trazem situações práticas que foram realizadas pelas equipes, mesmo que em momentos tenha sido relatado um sentimento de dificuldade de atuação.

As participantes reforçam o papel da educação na vida das/os educandas/os, apontando que destacam diferentes possibilidades de futuro, principalmente que envolvam continuidade nos estudos. Existe uma proposta de apresentar às crianças e aos adolescentes não apenas quais são seus direitos, mas como acessá-los, e, ao depararem-se com situações de profunda vulnerabilidade, um esforço para cobrir a ausência e limites das políticas públicas.

Essa constelação representa a potência do papel da associação e dos equipamentos no cotidiano da comunidade.

4. Considerações finais: *Busco des-fechos*

“Todo desfecho efetiva uma passagem. Essa concepção de desfecho nos remete ao papel dos ritos de passagem na história da humanidade.”

Pompéia & Sapienza¹⁹

O nome deste capítulo é inspirado no texto de Pompéia e Sapienza (2014) no qual, ao discutir os significados da palavra “desfecho”, os autores pontuam três possibilidades: desfecho como final e totalidade de uma história; como uma ação ou momento em que algo se concretiza e, ao destrinchar a palavra (des-fecho), como abertura, uma passagem e um novo começo. Esses diferentes significados, e especialmente o terceiro, representam o que queremos trazer nas considerações finais deste trabalho.

Como final/abertura de uma história, buscamos compreender como profissionais da educação vivenciaram as violações de direitos humanos na periferia de São Paulo durante a pandemia de COVID-19. Foi possível entender que são vivências de luta e militância, há uma profunda apropriação da existência das desigualdades e violações de direitos e de como elas ocorrem, e desejo de modificar e melhorar a realidade do território.

Como concretização, esta pesquisa propôs a criação de um espaço de discussão que acreditamos ter sido considerado como importante pelas participantes, possibilitando aprofundamento teórico e reflexões sobre os temas abordados.

A Associação busca atuar da melhor maneira possível, com suas limitações, para diminuir as vulnerabilidades que a população enfrenta no território, fazendo uma operação “tapa-buraco” (não de maneira pejorativa, mas por receber demandas que vão além do que é possível para uma única organização com recursos limitados em um território de proporções municipais) onde o Estado falha. Como exemplos, temos a arrecadação de cestas básicas (que seria obrigação da Prefeitura) e doações de roupas, a abertura das quadras do CCA para a população aos finais de semana dada a ausência de espaços públicos esportivos adequados para a utilização. Entende-se como abertura, passagem e novo começo a necessidade de um maior envolvimento de pesquisadoras não apenas com o bairro da Brasilândia, mas com todas as periferias. Não um envolvimento

¹⁹ POMPÉIA, J. A.; SAPIENZA, A. B. T. DESFECHO: ENCERRAMENTO DE UM PROCESSO. In: **NA PRESENÇA DO SENTIDO: Uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas**. 2 ed. São Paulo: EDUC, p.51 - 68, 2013.

apenas teórico, mas prático e interventivo, que busque desenvolver estratégias de enfrentamento e mude a realidade da população em situação de vulnerabilidade.

Na situação da pandemia, eles buscaram estratégias de sobrevivência, o que sequer faz sentido na perspectiva da universidade. Esta pôde parar seu funcionamento e seguir com sua agenda à distância, no momento do isolamento. O território seguiu em lutas diárias contra a fome e o abandono das instituições de saúde. Enquanto habitarmos juntos mundos tão distintos, que correm riscos tão diferentes, estaremos também reproduzindo pesquisas distantes que estão restritas a um mundo elitizado. Estar no território nos permite fazer ciência de modo mais implicado e entender que a desigualdade é problema de todos nós, além trazer uma validação e visibilidade científicas que obriguem um olhar da sociedade e das instituições governamentais.

Como abertura, propomos uma continuidade de pesquisas neste formato, mantendo a parceria existente. Ao realizar devolutivas com cada equipamento foram levantadas demandas sobre temas nos quais as participantes teriam interesse: educação inclusiva (principalmente com crianças com diagnóstico de autismo), como realizar debates sobre racismo (estrutural), substâncias lícitas e ilícitas e participação política com os educandos e as famílias e como estabelecer vínculos participativos com as famílias. A respeito da primeira demanda, ainda nas devolutivas foi iniciado outro projeto de pesquisa do grupo ECOFAM sobre reflexão sobre o processo inclusivo especificamente de crianças com autismo, com a participação de uma pesquisadora especialista que procura agora responder às demandas e dúvidas das profissionais ali presentes.

Esperamos que a parceria universidade/periferia seja fortalecida de modo que ambos os lados sejam beneficiados: a universidade se enriquece e se imbuí de vida e se aproxima do mundo que pulsa em suas urgências, os equipamentos de educação e seus protagonistas encontram outros espaços para cuidarem de suas demandas e aprofundam a reflexão também a partir de um paradigma de pesquisa científica, o que dá outro tipo de legitimidade. Assim todos crescemos e nos desenvolvemos. Tive, como pesquisadora e moradora do território, uma oportunidade de falar sobre questões que, por um lado, são conhecidas - e por vezes naturalizadas - e parte do cotidiano de muitas pessoas à minha volta. Por outro, distanciadas do mundo acadêmico, ou até presentes, mas discutidas à distância. Espero que minha proximidade contribua para a produção de uma narrativa implicada e preocupada que dê frutos para pesquisas futuras.

Este trabalho foi iniciado com uma trajetória pessoal, e acreditamos que deva ser encerrado da mesma forma. A experiência proporcionada pela realização da pesquisa foi de emoções muito diferentes e intensas, a participação ativa de todas as envolvidas foi uma força motriz, mesmo que a escuta de diversos relatos tenha trazido sentimentos de dor e indignação. A dor de saber que mulheres, jovens e crianças sofrem todos os dias, que mães não conseguem dar aos seus filhos a alimentação mínima, a indignação pela certeza de que o governo tem ciência do que acontece e apenas não se importa. A esperança de um futuro melhor e mais seguro.

5. Referências

- BRASIL. **Artigo 122**, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>
- BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>
- BRANDÃO. C.R. **Pensando a Pesquisa Participante**. 1987. 3ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v.6, p.51-62, jan./dez 2007.
- BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, v. 14, n. 26, p.162-173, jan./jul. 2013.
- CABRAL, B.; SZYMANSKI, L.; MOREIRA, M. I.; SCHMIDT, M. L. Construção de conhecimento na relação com alteridades: ética e política em pesquisas qualitativas. In: **Práticas em pesquisa e pesquisa como prática: Experimentações em psicologia**. 1. Ed. Curitiba CRV, p.11-19, 2019.
- CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B.; PAIVA, V. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: VULNERABILIDADE PROGRAMÁTICA EM TEMPOS DE SARS-COV-2/ COVID-19 EM SÃO PAULO. **PSICOLOGIA & SOCIEDADE**, v.32, 2020.
- CARVALHO, L. S. O ENCARCERAMENTO EM MASSA DA POPULAÇÃO NEGRA, AGENCIADO PELO ESTADO BRASILEIRO, COMO UM MECANISMO DO GENOCÍDIO ANTI-NEGRO. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 16., 2018, Vitória. Anais [...]. Vitória, 2018.
- CERQUEIRA. D.; FERREIRA, H.; BUENO, S. (coord.) **ATLAS DA VIOLÊNCIA 2021** – São Paulo: FBSP, 2021.
- CORRÊA, M. D.; MOURA, L.; ALMEIDA, L. P.; ZIRBEL, I. As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. **Saúde Soc. São Paulo**, v.30, n.2, 2021
- CRITELLI, D. M. **Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica**. São Paulo: EDUC: Brasiliense, 1996.
- DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. 1967. Projeto Periferia, 2003.
- FERREIRA, K. M. M. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA/INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – NOSSA REALIDADE. In: SILVA, L. M. P. (Org). **Violência doméstica contra a criança e o adolescente** - Recife: EDUPE, 2002.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FIGUEIREDO, L. C. **Modos de Subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: EDUC-Escuta, 1995.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Ano 15, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Ano 16, 2022.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 1987. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

GADAMER, H. G. **Verdade e Método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GALTUNG, J. **Violence, peace, and peace research**. Journal of Peace Research, Oslo, v.6, n.3, p.167-191, 1969.

HEIDEGGER, M. **Seminários de Zollikon**. 2.ed. revista. Petrópolis/RJ: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2009.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. 1927. (Trad. M. S. C. Schuback). 15 ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MALTA, R. B. Crise dentro da crise: a pandemia da violência de gênero. **Revista Sociedade e Estado**, v.36, n.3, set./dez. 2021.

MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. **On Decoloniality: Concepts, analytics, praxis**. Duke University Press, 2018.

NEPOMUCENO, V. O MAU-TRATO INFANTIL E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: OS CAMINHOS DA PREVENÇÃO, DA PROTEÇÃO E DA RESPONSABILIZAÇÃO. In: SILVA, L. M. P. (Org.) **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**. Recife: EDUPE, 2002.

OLIVEIRA, A. P. F.; SOUZA, M. S.; SABINO, F. H. O.; VICENTE, A. R.; CARLOS, D. M. Violência contra crianças e adolescentes e pandemia – Contexto e possibilidades para profissionais da educação. **Escola Anna Nery**, n.26(spe), 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Preventing Suicide: a global imperative, 2014 apud Organização Mundial da Saúde (OMS). **RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA 2014**. Tradução: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>.

PIVETA, R. T. A. **ENUNCIADOS DA MÍDIA SOBRE MORTES DE JOVENS DA PERIFERIA: uma análise a partir do jornalismo impresso**. 146 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2018.

POMPÉIA, J. A.; SAPIENZA, A. B. T. DESFECHO: ENCERRAMENTO DE UM PROCESSO. In: **NA PRESENÇA DO SENTIDO: Uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas**. 2 ed. São Paulo: EDUC, p.51 - 68, 2013.

REDE NOSSA SÃO PAULO (Org.). **Mapa da Desigualdade 2020**. São Paulo, 2020.

REDE NOSSA SÃO PAULO (Org.). **Mapa da Desigualdade 2021**. São Paulo, 2021.

REDE NOSSA SÃO PAULO (Org.). **A COVID-19 e as desigualdades**. São Paulo, 2021.

REDE NOSSA SÃO PAULO (Org.). **Mapa da Desigualdade 2022**. São Paulo, 2022.

RIBEIRO-JUNIOR, M. A. F.; NEDER, P. R.; AUGUSTO, S. S.; ELIAS, Y. G. B.; HLUCHAN, K.; SANTO-ROSA, O. M. Estado atual do trauma e violência em São Paulo - Brasil durante a pandemia de COVID-19. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgões**, v.48, 2021.

SACRAMENTO, L. T.; REZENDE, M. M. **Violências**: lembrando alguns conceitos. *Aletheia: Canoas*, n.24, p.95-104, dez. 2006.

SANTOS, G. A. O. Pensamento decolonial e psicologia existencial. In: MELO, F. F. S. de; SANTOS, G. A. O. **PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA E EXISTENCIAL: Fundamentos filosóficos e campos de atuação**. 1 ed. São Paulo: MANOLE, p.101-117, 2022.

SOUSA, L. R. M.; DITTERICH, R. G.; MELGAR-QUINÓNEZ, H. A pandemia de Covid-19 e seus entrelaçamentos com desigualdade de gênero, insegurança alimentar e apoio social na América Latina. **Interface (Botucatu)**, 25, 2021.

SZYMANSKI, H; SZYMANSKI, L. Repercussões do pensamento fenomenológico nas práticas psicoeducativas. In: BARRETO, C. L. B.; MORATO, H. T. P.; CALDAS, M. T. (Orgs). **Práticas Psicológicas na Perspectiva Fenomenológica**. Curitiba: Juruá, 2013.

_____. O encontro reflexivo como prática psicoeducativa: Uma perspectiva fenomenológica. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**. Canoas, v.19, n.1, jan./jul. 2014.

_____. A pesquisa na perspectiva fenomenológica: uma proposta dialógica e colaborativa. In: MELO, F. F. S. de; SANTOS, G. A. O. **PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA E EXISTENCIAL: Fundamentos filosóficos e campos de atuação**. 1 ed. São Paulo: MANOLE, p.241-261, 2022.

SZYMANSKI, L; SZYMANSKI, H; FACHIM, F. L. Interpretação como des-ocultamento: contribuições do pensamento hermenêutico e fenomenológico-existencial para análise de dados em pesquisa qualitativa. **Pro-Posições**. Campinas, v.30, 2019.

TELIS, C.; PRADO, C. N. A.; INGARANO, F. M. S.; SZYMANSKI, L.; FERNANDES, M. CONVERSAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DIALÓGICA ENTRE UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO DA BRASILÂNDIA EM TEMPOS PANDÊMICOS. In: SZYMANSKI, L; BOCK, A. M. B. (Org.). **Relatos de pesquisa em Psicologia da Educação**. 1ed. Campinas: Pontes, v.5, p.241-262, 2021.

TRASSI, M. de L.; MALVASI, P. A. **Violentamente pacíficos:** desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia / coordenadora Ana Mercês Bahia Bock.)

6. Anexos

6.1. Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da
Educação

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – PUC-SP

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(Res. CNS/MS nº466/2012 e Res. CNS/MS nº 510/2016)

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é intitulada como “Violências na Periferia em Tempos Pandêmicos: uma perspectiva fenomenológica”, desenvolvida pela pesquisadora Carolina Telis Garcia, mestranda no Curso de Psicologia da Educação, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof.^a Dra. Luciana Szymanski. O objetivo do estudo é compreender como as pessoas que atuam profissionalmente em equipamentos públicos de educação, localizados na periferia da cidade de São Paulo, vivenciaram e vivenciam as violências derivadas de violações de Direitos Humanos antes e durante a pandemia de COVID-19.

Solicitamos a sua colaboração para coleta dos dados, que ocorrerá por meio de encontros presenciais de duração máxima de duas horas onde serão discutidas situações de violência presentes no seu cotidiano (de forma ampla, como parte da sociedade, e de forma pessoal, como trabalhadora/trabalhador de um equipamento educacional na periferia). Este material será gravado, transcrito e analisado para o presente estudo. Esta transcrição lhe será enviada para a aprovação do material. Além disso, também solicitamos sua autorização para apresentação dos resultados deste estudo para a elaboração e publicação de uma dissertação de mestrado e em eventos da área de Educação e publicação em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da

publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que nessa pesquisa há baixo risco, podendo haver questões de caráter pessoal e subjetivo e desconfortos psicoemocionais na medida em que lidaremos com a memória de situações de vulnerabilidade e violência. Entretanto, em caso de necessidade, a pesquisadora estará atenta e disponível para atendimento individual e/ou interrupção do encontro. Caso você se sinta lesado(a), poderá solicitar acordo de indenização. Não haverá despesas para a sua participação, uma vez que os encontros se darão em seu ambiente de trabalho. Você receberá uma via deste Termo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária, sem qualquer remuneração ou despesa prevista e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Fica estabelecido que o (a) senhor(a) tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem qualquer prejuízo pessoal. A pesquisadora estará à disposição para qualquer esclarecimento ou posteriores encontros caso considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. O uso das informações oferecidas por você está subordinado às normas éticas de pesquisa da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Estas são avaliadas e acompanhadas quanto aos aspectos éticos, envolvendo seres humanos de forma direta e indiretamente, com questões relacionadas aos diferentes contextos, seja culturalmente, socialmente ou atrelado ao meio ambiente. Esta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética da PUC-SP. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Pesquisadora responsável

Orientadora

Nome da/o Participante

Assinatura Participante

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Carolina Telis Garcia, Telefone: (11) 94911-7285, E-mail: carolinelisgarcia@gmail.com. Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC-SP na Rua: Rua Ministro Godói, 969 – Sala 63-C (Andar Térreo do E.R.B.M.) - Perdizes - São Paulo/SP - CEP 05015- 001. Fone (Fax): (11) 3670-8466 e e-mail: cometica@pucsp.br.

6.2. Transcrições

Encontro reflexivo – Direitos Crianças e Adolescentes

27 de setembro – Tema Principal: Violações do ECA

L, F e G: coordenadoras/coordenador – graduanda/o

L: Boa noite, avisando que agora nós vamos fazer a gravação (conforme combinado previamente no grupo de WhatsApp). Para começar vamos explicar o que vamos fazer hoje e atualizamos o pessoal que chega depois. A ideia hoje é seguir um pouco com a discussão que a gente teve na semana passada em relação ao ECA, mas numa dinâmica um pouco mais voltada para a prática. Então vamos trabalhar com uma proposta de divisão de grupos, vamos nos dividir em grupos menores e a ideia é, dentro desses grupos, pensar situações que conheçamos ou vivenciamos, não necessariamente que a gente conheça de perto, mas situações de violação dos direitos de crianças ou adolescentes. A gente falou um pouco sobre isso na semana passada, mas a ideia é que a gente agora tente entrar um pouco mais nessas situações, claro lembrando de não expor as pessoas e principalmente as crianças e adolescentes envolvidas nessa situação. Então antes de dividir quem puder ir pensando e talvez resgatando algumas experiências que vocês tiverem de entrar em contato com alguma situação de violação de direitos da criança e do adolescente. Vamos nos dividir nesses grupos, fazer uma pequena discussão em relação a isso e depois a gente volta aqui para o grupão e a gente faz uma nova discussão. Se alguém ficou com alguma dúvida do que eu falei pode perguntar e nós vamos estar divididos nos grupos acompanhando, também para compartilhar e fazer parte da discussão. Não sei se F e G querem acrescentar algum ponto?

F: Acho que não. Acho que só que cada um de nós vai estar em um grupo, pretendemos fazer três grupos, então se surgir alguma coisa, alguma questão, algo que possamos fazer, discutir juntos, vamos estar à disposição de vocês.

L: Estamos fazendo a dinâmica de divisão aqui e eu já coloco cada um numa sala. Vou fazer três grupos e a gente se encontra lá. Vamos lá e qualquer dúvida que vocês tiverem,

vocês perguntam. Vou abrir as salas e se alguém tiver alguma questão técnica e a gente já se reorganiza.

[As discussões dos grupos não foram gravadas]

L: O pessoal do outro grupo chegou. Eu vou só puxar uma pequena discussão antes de vocês apresentarem discussão que fizeram, que o I trouxe uma questão que acho que atravessa algumas questões relacionadas a temáticas da família, da questão da adoção e uma questão dos adolescentes. Eu acho que ele até pode voltar e retomar a fala dele um pouco para responder a minha pergunta e até para localizar o pessoal que chegou depois e quem mais estava aqui quiser responder também. A minha pergunta é pra gente tentar pensar um pouco, dentro dessas situações quais são os direitos que a gente enxerga como sendo os direitos violados nessas situações e quais são as nossas possibilidades de enfrentamento, reconhecendo que existe uma dificuldade em relação a como lidar com toda a situação e quais são as potências que a gente tem. O I acho que teve alguma questão, ele caiu da chamada, mas eu deixo aqui a reflexão o pessoal que estava no grupo com ele. E se alguém quiser comentar alguma coisa.

F: Acho que se ninguém gostaria de comentar a gente pode trazer um pouco das outras discussões ou até mesmo retomar discussões do grupo que a L estava fazendo parte. Então eu e o D podemos ir depois, porque tem um probleminha na nossa sala estava só nós dois. Se o I quiser retomar a fala dele para todo mundo.

L: Eu não sei se o I me ouviu, eu perguntei a gente conseguia olhar para esses casos que você trouxe e reconhecer o direito que está sendo violado e pensar quais são as nossas impotências e dificuldades de enfrentamento em relação a tudo isso. E quais são as nossas potências, qual é a nossa possibilidade de enfrentamento dessas situações. Então, se você quiser, quando me responder, retomar os pontos que você trouxe pode ser interessante.

I: Então eu falei em 3 situações, casos concretos e contextos. Um deles envolve **guarda informal, onde é comum famílias assumirem a guarda, às vezes sem ter grau de parentesco direto, por conta de situações que em geral envolvem abandono, violência. Há casos em que a criança, por não ter registro, não tem acesso aos serviços básicos.** Por um lado, existe o receio da pessoa que detém a guarda informal em procurar os órgãos públicos quando envolve uma questão legal, quando há o risco de responder uma ação criminal. Por outro lado, a pessoa não querer entregar a criança para um abrigo, há a importância

de se fazer uma mediação. Nós tivemos casos em que conseguimos mediar para que a criança fosse registrada ou recebesse a guarda provisória. Porém, temos também os casos em que a pessoa já está em um quadro de vulnerabilidade e temos que discutir se ela deveria manter a guarda, o risco de perder a criança faz com que a família se isole. Isso acontece com certa frequência. Outro caso é o de pessoas, mães, dependentes químicas que têm filhos e se recusam a entregar para adoção, mas gera uma situação insustentável, entre doar e assumir. E a última situação é a questão da violência. Todo final de semana temos bailes funk, temos crianças e adolescentes que saem de casa, enfrentam a família e vão para o “pancadão”, e se submetem a todos os riscos que possamos imaginar, como o uso de drogas, de bebidas alcoólicas, violência moral e física. Esse também é um contexto gritante, é público, recorrente, nós sabemos quem são muitos dos jovens que passam por isso.

L: Obrigada I. Acho importante comentar um pouco sobre a questão do registro que você trouxe, é uma questão recorrente no país como um todo, de crianças não registradas, isso é uma realidade que impede, em muitos níveis, o acesso aos serviços, como o I falou, de saúde, de educação e diversos outros fica restrito e com isso muitos direitos dessas crianças são violados. E outro tema que eu queria retomar que a B falou no grupo é sobre as violações dos direitos a cultura e ao lazer que eles tem sofrido no território. Vou deixar aberto pra B trazer a discussão.

B: Então, estávamos falando que são tantas violações dos direitos das crianças e dos adolescentes, mas acho que nessa parte de cultura acaba sendo gritante por muitas vezes não existir o conhecimento desse direito e da importância dele, ou acham que é um direito apenas dos outros e não das pessoas do território. Quando temos a oportunidade nós fazemos passeios com eles, antes da pandemia e agora no retorno vamos ver de fazer novos, para que eles tenham conhecimento de outros ambientes, outros locais, para que essa realidade venha a ser parte da vida deles. Eu comentei que alguns que eles mais gostaram foram quando fomos no Beco do Batman, fomos em lugares que eles não conheciam, o SESC parecia algo muito impossível para eles, então isso marcou bastante, tanto que quando estávamos conversando esses dias, eles estavam fazendo uma atividade de entrevista de quando acabasse a pandemia o que a gente iria fazer, a equipe falou que ia passear ou viajar, e eles falaram que gostariam de ir para o SESC de novo, que foi um lugar que eles gostaram muito. Então é a importância que esses passeios tem pra eles, além de ser um direito, muitas pessoas não tem acesso a isso. Como o I trouxe, essa é a

realidade do nosso bairro, é com isso que a gente convive, e a parte do lazer e cultura, por estar muito distante da maioria deles, eles acabam procurando outras formas, se tivéssemos dentro do bairro um ambiente cultural que fosse de fácil acesso pra eles, como não temos eles vão pro baile funk, procura onde tiver algo, onde tiver diversão pra eles. E é onde acontece o que já falamos, que eles fogem de casa porque querem estar e um espaço diferente, não tem noção até do perigo que eles correm, pra eles é um momento de lazer que eles encontram no baile.

L: Eu acho que uma coisa muito potente da sua fala é que você conta já um enfrentamento muito, muito potente mesmo. Eu acho que essa é a palavra. De proporcionar dentro do CCA a experiência de poder conhecer esses outros espaços e de reconhecer que frequentar esses lugares é um direito deles, que mesmo não estando fisicamente próximos, estão ali para disponíveis para que eles possam ocupar de uma maneira mais livre, mais saudável. Então acho um enfrentamento muito potente que vocês fazem com esses passeios.

Cs: O caso que eu queria compartilhar é sobre uma das famílias que nós atendemos no CEI no início da pandemia, quando nós fizemos busca ativa, entramos em contato com as famílias para saber como estavam. Tinha uma criança que a mãe já era falecida e ele ficava com a avó, quando eu entrei em contato com essa responsável e perguntei como estavam, se tinham alguma demanda específica, ela começou a desabafar comigo, disse que estava passando muita necessidade, que não tinha leite para dar pra criança, que ele não queria comer nada, ele só queria o leite, ela não sabia, estava tentando arrumar emprego, mas não conseguia. Então nós, a equipe do CEI, nos juntamos e pedimos doação de alimento, conseguimos bastante coisa, até cestas básicas e caixas de leite, eu fiz as entregas com o meu carro. Quando eu cheguei na casa, ela ficou muito feliz, começou a chorar, e ela me falou que estava considerando até colocar ele para adoção. Ele também estava no processo para ser diagnosticado com autismo, ele era uma criança muito difícil, gritava muito, se jogava no chão. Eu tentei manter contato, procuro até hoje ligar, pergunto como ela está, vejo ela na rua de manhã, acho que conseguiu um emprego, sempre pergunto dele e ela diz que está bem, mas quando aconteceu o retorno às atividades presenciais, a EMEI não quis aceitar ele, ela veio conversar comigo, disse que por conta desse possível autismo a escola não queria receber, ele ficava apenas duas horas e ela era chamada para buscar. Agora parece que essa situação foi resolvida, mas nós ficamos de olho. Essa foi uma das famílias que nós ajudamos lá no CEI.

G: Acho que vale falar que a gente discutiu no grupo menor a violação do direito da educação, frequentar a escola é um direito de toda criança e como isso foi violado, só por, por exemplo, diagnóstico de TEA, por ele ter um comportamento diferente de outras crianças. Isso foi uma coisa muito ressaltada também na nossa discussão.

L: Acho que é interessante a gente pensar quais são as nossas impotências, desafios frente esse tipo de situação, tanto pensando nesse caso específico como em situações semelhantes, e quais são nossos possíveis enfrentamentos, as potências da nossa atuação em rede, em comunidade, parcerias para lidar com esse tipo de violação, como vocês colocaram a violação do acesso à escola. Além de ser uma violação muito marcante, a escola também é um espaço muito importante pro desenvolvimento da criança.

F: Antes de passar pra In compartilhar sobre o caso que nós conversamos, queria ressaltar a potência dos enfrentamentos que a Cs trouxe, foi um trabalho como sociedade civil também, todo mundo passando por uma crise mundial, então como podemos procurar essas soluções, ajudar as pessoas a garantir o básico mesmo na ausência do Estado, nos apoiar como sociedade civil e conseguir nos organizar para garantir a alimentação, que também é um direito. Acho que isso foi muito interessante, essa união da comunidade do território. Também acho legal abrir agora pra In trazer o caso que discutimos, que também foi muito interessante e tem relação com o que a B trouxe da cultura, desse direito que “não é direito”, porque ninguém sabe sobre ele, um direito apagado e esquecido.

In: O que nós discutimos sobre alguns direitos, principalmente o direito à saúde. Que às vezes, inconscientemente, a família acaba negligenciando esse direito. Eu coloquei como exemplo a vacinação, na matrícula nós solicitamos a carteirinha das crianças e por vezes os pais não conseguem levar essas crianças para serem vacinadas, nós temos que insistir com a família para que a criança seja levada ao posto de saúde, e nós sabemos que isso é um direito e que se a criança não for vacinada, ela pode ter consequências ao longo de toda a vida. Eu coloquei também uma realidade aqui do bairro que são as situações em que, pelo fato dos pais precisarem trabalhar, os irmãos mais velhos ficam responsáveis pelos mais novos, e acabam também sendo privados de direitos. Então eu acho que todos os direitos que foram colocados por todos os grupos acabam sendo violados, como o artigo quatro do ECA que foi trago na semana passada, que é dever da família, mas muitas vezes a família não dá conta sozinha, precisa do Estado. É como diz o ditado, é preciso uma aldeia para criar uma criança, então acredito que toda essa rede é necessária pois as

famílias não dão conta sozinha. Acho que é nosso papel também garantir esses direitos para as crianças.

L: A In traz pontos importantes, e já podemos reconhecer na sua fala possíveis enfrentamentos, esse movimento que os equipamentos fazem de olhar a carteirinha de vacinação, fazer esse trabalho com as famílias de conversar e explicar a importância, já é um enfrentamento significativo que tem um papel educativo, para além da relação com a criança que os equipamentos de educação tem, esse é um trabalho educativo com as famílias que também permite essa família de compartilhar com a comunidade, uma fala com a outra, e assim a comunidade fortalece esses direitos.

F: Eu queria retomar um pouco do que foi discutido, que foram pontos excelentes. A começar pelos direitos que a gente notou que foram violados, a In traz o direito à saúde, a Cs traz o direito à educação, a B sobre lazer e cultura, assim como o I que traz a questão da guarda informal que impede acesso à todos esses direitos e outros. Então queria lembrar esses direitos que estamos lutando para garantir e no ECA tem alguns pontos que vão discutir quais são as medidas corretas a serem tomadas, por exemplo a cultura em um ambiente mais controlado. Acho que foram pontos muito interessantes de atuações concretas, de como podemos agir, nós identificamos esses muitos problemas, mas também potencialidades, e acho que isso também é importante de pensarmos juntos. Não acho que tem uma resposta certa definitiva, mas esse também é o papel desse grupo, de refletir quais soluções podemos criar a partir da realidade do território, pensar juntos o que podemos fazer, será que podemos ir atrás de algum órgão público, será que temos esse respaldo, quais ações como sociedade civil como arrecadar cestas básicas, a atuação em rede, será que podemos fazer uma parceria com a UBS e com outros equipamentos? Acredito que esse encontro trouxe pontos muito importantes que valem o nosso olhar, muitas barreiras e muitas soluções que vocês conseguiram manejar.

Cs: Também acho que é muito rico e muito complicado também. Por exemplo, a prefeitura estava mandando cesta básica passa alguns lugares, uma amiga minha disse que na creche dela todo mês eles recebem e na nossa nós recebemos uma vez a cesta saudável e duas vezes entregaram a outra cesta, então é complicado porque a gente não pode esperar, temos que correr e colocar a mão na massa, se for depender da prefeitura eu não sei como essas famílias iam conseguir se virar, e mesmo as famílias é complicado, elas ligam e perguntam “por que o vizinho recebeu e a do meu filho não chegou”, como

se a gente tivesse responsabilidade sobre isso. Eu tive um pessoal da faculdade que conseguiram 70 cestas pra gente e foram entregar na creche, foi o que ajudou, eu nem sabia como agradecer, mas não podemos esperar o Estado, a prefeitura.

L: Sim, acho que você traz uma situação de que algumas coisas não estão ao nosso alcance e nós precisamos fazer ficar ao nosso alcance, isso é uma grande dificuldade e um grande desafio de ter que procurar na nossa rede e aí sim conseguirmos algo, e é importante reconhecer esse movimento e a importância desse movimento, que não necessariamente é a sua função, mas como estamos inseridos nesse meio é muito potente quando conseguimos identificar essas demandas e criar uma mobilização dentro do possível e da maneira possível para garantir esse direito. Acho que a gente se depara muito com essa questão política, no sentido de uma estrutura política que funciona ou não funciona e é inevitável a gente esbarrar nessas coisas, e como você mesma e o F trazem é que às vezes o que deveria ser um facilitador se torna uma barreira, e a gente precisa encontrar meios e formas de enfrentar essas barreiras e fazer com que aquilo seja possível pela necessidade da situação. Nem sempre isso é possível e também precisamos reconhecer quais são os limites, nem sempre conseguimos resolver todas as questões, então quando a gente reconhece esse limite? Quando saber que aquilo não vai ser saudável pra mim, eu não vou dar conta às vezes fisicamente, às vezes psicologicamente, qual é o meu limite e a quem eu posso recorrer? Isso também é importante, a gente ter o conhecimento de quais são as estruturas do território e até além do território, às vezes eu tenho um contato que não é daqui, mas pode dar certo, para que a gente possa expandir as nossas potencialidades sem se sobrecarregar tentando dar conta de demandas que seriam de outras pessoas ou de outros equipamentos, outros serviços, mas que é importante a nossa atuação para que essas crianças e adolescentes não tenham seus direitos violados.

F: Uma fala muito importante que a Cs traz é “não dá pra ficar parado, tem que colocar a mão na massa” em certas situações porque quem tem fome tem pressa, a gente não vai cruzar os braços e esperar por ser uma demanda que seria obrigação da prefeitura, sabendo que as crianças vão passar fome. A gente sabe que a prefeitura é insuficiente e nós precisamos tirar soluções do bolso. Podemos protestar, ir pra rua, tem que ter essa ação também, mas sabendo que o Brasil voltou pro mapa da fome, isso é uma realidade concreta, o protesto não é suficiente. Perante a falta de apoio dos órgãos públicos, a gente tem que se reinventar de alguma forma, precisamos agir e reagir a essas situações do cotidiano.

M: Eu concordo mesmo com a fala do F, eu vi logo no início da pandemia que muita gente perdeu trabalho, e não teve assim de onde tirar, muita gente fechou lojas, fechou seus comércios, foi mandado embora, muita gente estava passando necessidade mesmo e a gente tem que ajudar mesmo. Se a gente olha para as pessoas, vê que está precisando, mas não tem coragem de ajudar. Comecei a pedir para a minha família inteira, consegui fazer quatro cestas básicas e dei para pessoas que estavam precisando, aqui no bairro muita gente precisa de ajuda. Eu vejo crianças aqui na rua, elas ficam correndo, chegam em casa e não tem o que comer.

Cs: Se fosse só alimento, ainda era mais fácil resolver, mas também falta roupa, brinquedo. Quando fizemos as entrevistas com as famílias, uma das mães disse que não tinha nem arroz pra fazer pro filho, não tem como você ouvir isso e não fazer nada. Por esse motivo também que eu movimenteiei o pessoal, e nós conseguimos ajudar muitas famílias. Outra coisa que eu queria falar é que tem famílias que se aproveitam da situação, ou gente que dizia que queria levar pra outra pessoa ou pessoas que eram do bairro, mas as nossas cestas eram só pras crianças que frequentavam o nosso equipamento, não dá pra entregar pra todo mundo. Eu doeiei até roupas do meu filho, que estava começando a perder, calçado, pedi também para outras pessoas.

M: Eu acho que se todo mundo pensasse assim, de ajudar o próximo sempre o mundo seria um lugar melhor. No outro dia passou um carrinho de churros aqui e eu comprei pro meu filho, tinha uma criança olhando, o rapaz até falou que ficava com dó porque toda vez que passava o menino pedia fiado, mas ele não podia dar, então eu comprei um pra ele e só pelo sorriso que você recebe já é gratificante. É complicado porque você adulto sabe que não tem dinheiro pra comprar um churros, você entende, mas como a criança vai entender? Olhar o prato e não ter arroz.

L: Acho que tudo isso que você traz é muito importante de se olhar, pensar e cuidar. Acho que essa última fala marca bastante no sentido de pensar na visão da criança, a gente tá falando nessa questão da fome, mas tem outras diversas situações, a criança tem uma percepção do mundo, mas de que forma ela está compreendendo essa realidade? E como é papel da sociedade como um todo e dos serviços de dar um respaldo pra essa compreensão, retomando como falamos lá no começo da situação de que muitos direitos são violados e nem temos conhecimento de que aquilo é um direito. É papel da sociedade desenvolver essa compreensão de que, por exemplo, ir pra escola é um direito e tem

alguém lutando pra que isso seja garantido, esse é um papel da sociedade e de diversos equipamentos e serviços, apresentar os direitos, a importância e como tem pessoas garantindo isso. Essas foram falas muito importantes, estamos tendo uma discussão muito potente, dá até pena de encerrar, mas temos alguns poucos minutos e acho que hoje conseguimos sair do campo técnico que estávamos na semana passada e trazer pra prática e pra realidade, olhar essas coisas no cotidiano, pensar as barreiras, os desafios e as potências e enfrentamentos, e acho que vocês trouxeram uma realidade com muitos desafios e muitas potências, vocês trouxeram enfrentamentos que já colocam em prática e estão sendo pensadas a todo momento. Num primeiro momento da pandemia o que a gente faz, quando volta pro presencial o que fazemos agora, estar sempre revendo, é muito importante e essencial que todo mundo esteja fazendo esse movimento de reconhecer essas violações e pensar quais formas de garantir os direitos e isso fez esse encontro muito potente. É uma discussão fundamental que permite que a gente olhe de uma maneira diferente.

(Após discutir envio de materiais e a proposta para a semana seguinte, o encontro foi encerrado.)

Encontro reflexivo – Direitos Crianças e Adolescentes

11 de outubro – Tema Principal: Violências

L, F, G e C: coordenadoras/coordenador – graduanda/o e mestranda

F: No nosso último encontro a gente discutiu a questão da violência contra a criança violência contra adolescentes, o I tinha mandado um documento sobre violência letal, então acho que podemos começar a apresentar nesses primeiros momentos o que a gente estava pensando em trazer e a partir disso trazer uma discussão sobre essa questão da violência e como ela está presente principalmente em São Paulo, pra gente ir também discutindo essas questões dos direitos, de preservar a vida dessas crianças e desses adolescentes e arranjando maneiras mesmo de evitar que chegue nesse ponto da violência letal.

L: Pra essa discussão nós partimos do documento que o I enviou no grupo e a gente trouxe também um outro documento que a gente vai colocar aqui para vocês que chama Atlas da Violência, vamos falar um pouco sobre cada um deles e nós fazemos uma discussão depois. Bom como a gente falou, a ideia é fazer uma discussão sobre esse tema a partir do relatório da violência letal e do Atlas da violência de 2021. Vou começar lendo esse slide, a gente procurou apresentar um pouquinho qual é a ideia do relatório, então é um grupo de trabalho sobre a violência letal contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo que foi instituído pela resolução número 143/CMDCA-SP de 2020 com objetivo de realizar o levantamento de informações sobre a violência letal contra a criança e adolescente considerando dados sobre crimes contra as pessoas na cidade de São Paulo bem como estudos de referências nacionais sobre a dinâmica dessas violências. A ideia era elaborar esse relatório para contribuir com a construção de um plano municipal de enfrentamento à violência letal contra crianças e adolescentes, especificamente em relação à cidade de São Paulo, então a ideia é depois compartilhar esse relatório com a população em geral e mandar para todos os poderes, executivo, legislativo e judiciário para atuarem na cidade. Aqui nós trouxemos alguns dados sobre mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo, a quantidade de mortes de zero a 19 anos, é isso que eles consideram como sendo a faixa etária de referência, então considerando as mortes nessa faixa etária por agressão em São Paulo entre 1997 a 2017, houve um pico de mortes no ano de 2000 foram 1239 mortes e esse número veio caindo, o menor índice foi em 2009 com 178 mortes, acho que é importante colocar aqui que esse número ele vem aumentando desde então. No ano de 2020 foi criado um canal de denúncias específico que é esse SP 156, a ideia é que ele é um canal de informação na cidade, uma linha tanto online quanto uma linha telefônica, e a ideia é que seja um canal de denúncias de violência contra crianças e adolescentes e entre maio e junho de 2020 verificou-se um considerável crescimento do número de denúncias de violência e negligência, maus tratos, de crianças e adolescentes comparado ao mesmo período em 2019, esse é um dado que diz especificamente do contexto que a gente está vivendo da pandemia porque demonstra um impacto em relação a essa questão da violência e acho que também o fato de criar esse canal faz também diferença em relação a quantas denúncias chegam, é um meio mais fácil de receber denúncias o que é bem importante. Falando um pouco da tipologia das demandas desse canal: 55% delas foram relacionadas à violência e maus-tratos, 31% negligência e abandono, 7% acesso a direitos e serviços públicos, 5% à exploração sexual e 2% ao trabalho infantil. Trazendo uma análise do

perfil dessas vítimas de violência letal considerando essa faixa etária de zero a 19 anos o que se apresenta é a prevalência daquelas crianças e adolescentes de cor parda, sendo elas 60% das vítimas, e 90% das vítimas pertencem ao sexo masculino. Olhar para esses dados é muito importante, ajuda a compreender melhor a realidade em si, considerando que existem especificidades. De janeiro de 2015 a abril de 2020 houve 553 mortes por intervenção policial, 516 homicídios, 18 latrocínios (que é quando há um roubo seguido de morte) e 5 lesões corporais seguidas de morte, totalizando 1092 mortes.

F: Agora a gente queria abrir e saber um pouco como essas informações chegam pra vocês e como nós, como sociedade civil e agentes da educação podemos elaborar estratégias de enfrentamento nessa realidade, como combater essas violências, principalmente a violência letal, que como a gente mostra nos números metade ocorreram por intervenção policial a outra metade foram homicídios. Então acho mesmo como é que essas informações chegam aos nossos ouvidos, o que a gente sente.

M: Olhando para isso e acompanhando todos esses dados, essas informações que vocês passaram **essa estatística muitas vezes não alcança os bairros mais pobres da periferia, conhecemos pessoas que sofreram tipos de violências que com certeza não foi divulgado na mídia**. Recentemente eu tive a notícia de duas adolescentes de 14 anos que saíram para uma festa de baile funk e desapareceram, as famílias estavam desesperadas em busca dessas adolescentes e com certeza não está dentro desses dados, conheço outras crianças também sofrem violência doméstica e a gente não sabe como fazer para orientar essas famílias para ajudar essas crianças, algumas crianças a gente tem acesso com a educadora do CCA. Conheço crianças que sofrem agressões, sofrem violência dentro das suas casas ou seus familiares e às vezes a gente fica de mãos atadas sem saber o que fazer, se fazemos uma denúncia, se orientamos a família, é muito difícil quando você tem os dados, você vê a estatística os dados, mas quando você vive a realidade é outra, próximo da gente, pessoas que a gente conhece. **A gente fica sem saber o que fazer para ajudar essas famílias ou orientar ou encaminhar, o que fazer, fazer uma denúncia, chamar o conselho tutelar, o que fazer diante de situações como essa?**

G: Achei muito importante isso que você perguntou M porque a gente vê os dados aqui que são números altos e mesmo assim a gente tem que levar em consideração que a maioria deles não são nem reportados, esses são os dados de denúncias, sendo que tem muitos por aí, principalmente de violência policial, que as pessoas que vivem à margem

da sociedade sofrem e que não são contabilizadas. Mais alguém sentiu alguma coisa vendo os dados que a gente trouxe?

L: Muito importante pontuar que acho que a G comentou é que existe sim uma subnotificação e é importante a gente estar sempre atento em relação a isso, quando a gente olha para todas essas estatísticas. Nem sempre os canais de denúncia são um caminho simplificado, muitas vezes traz muito sofrimento denunciar. E existe um ponto que o relatório traz é que em relação principalmente a violência policial muitas fichas são preenchidas sem colocar a idade de quem de quem morreu, então também tem essa questão de que é muito difícil a gente ter acesso real à tudo aquilo que acontece. E acho que de fato M, você traz um grande desafio de pensar como que a gente enfrenta tudo isso realmente, como a gente lida com todas essas situações, como a gente ajuda a criança e acompanha a família, eu acho que sem dúvida são desafios muito grandes e que também colocam pra gente o desafio de olhar para cada caso e partir de cada situação específica e encontrar os meios em cada situação específica, e acho que por mais que seja um desafio olhar cada caso eu também acredito que não é possível não olhar caso a caso, como é importante fazer esse acompanhamento e a gente também vem falando bastante desse trabalho em rede e de como a gente vai encontrando os meios para ir trabalhando com aquela situação que se apresenta pra gente. Um ponto que você traz e que a gente pensou bastante entrando em contato com o relatório é que esse relatório traz dados em relação à violência letal, mas como é que a gente faz para não chegar realmente nesse ponto, porque a partir desse ponto não tem volta, então como como é que a gente vai encontrando estratégias para que a gente não alcance esse nível de violência, vá reduzindo para que a violência seja sempre menor e que a gente não chegue a esse tipo de consequência mais grave da violência.

F: E como você falou M quem que a gente aciona em momentos como esse, será que a gente aciona a polícia, mas a polícia está sendo responsável por mais da metade desses dessas mortes, então como será que a polícia vê aquele jovem negro, como é para eles essa visão. Então acho que são muitos questionamentos que a gente tem mesmo que trazer e debater, e pensar juntos qual será que seria a melhor forma até mesmo como a L falou é importante a gente analisar caso a caso, mas também pensar de uma forma geral, o canal de denúncias é importante, mas acho que é pouco, acho que a gente sempre tem que ficar buscando mais e reivindicando mais.

M: Concordo F com a sua fala, a gente tem um certo receio de acionar logo porque muitas vezes são acionados e a gente não tem respaldo, não tem um retorno. Quando eu trabalhava no CCA, hoje estou no CEI, eu soube de um caso de uma criança que sofria abusos pelo tio, tanto ela quanto a irmã que era menor, e ela nos procurou e desabafou e falou conosco, primeiro nós percebemos que ela estava muito quieta muito calada e às vezes quando ela se explodia ela tinha um comportamento muito agressivo, conversando ela compartilhou a situação que elas estavam vivendo dentro de casa e chamamos a mãe para uma conversa. A mãe sabia do que estava acontecendo e não tomou nenhuma providência, nenhuma atitude, porque era irmão dela. E o caso ficou por isso mesmo, então a gente ficou muito preocupado e muito indignado, a própria mãe não buscou uma alternativa, não tomou um posicionamento, não fez uma denúncia e hoje essas duas crianças estão crescendo, moram com a sua mãe, o tio eu acho que continua morando na mesma casa e nós não temos notícias se isso continua acontecendo com essas crianças. Ela já deve estar agora com 13 anos a mais velha, a mais nova deve ter uns oito anos e a gente não sabe o resultado de tudo isso. Acho que a mãe não fez nenhuma denúncia e a família abafou o caso e convive com essa situação e essas crianças não sabemos como está o desenvolvimento delas e o que que vai acontecer com elas seguramente, qual a bagagem que ela está levando. A gente fica muito preocupado, de vez em quando a gente as encontra na rua e eu fico me questionando em relação a isso, onde está a família hoje. A gente está falando das agressões, de violência que acontece por parte dos policiais, mas a gente fala também de uma violência doméstica que acontece com as nossas crianças dentro de casa e muitas vezes com consciência dos próprios pais ou através de tios, de pais, tem pais que causam muito dano aos filhos. Então fica esse questionamento, o que fazer diante disso, porque a gente chamou a mãe, conversamos e ela não tomou nenhuma providência, nenhuma atitude, o que fazer?

L: Sim, eu acho que são questionamento frente à tudo isso e que são muito importantes e que são muito relevantes perante todos esses casos, principalmente esse caso específico que você traz, sem dúvidas é necessário pensar em cada situação, como a gente mantém esse cuidado quando a gente não reconhece ele nos espaços que a gente aciona e pra onde a gente pode realmente encaminhar, quais são os serviços que estão disponíveis e acessíveis para lidar com esse tipo de situação. A gente tem a continuação dos slides, acho que traz um pouco não sei se uma resposta, porque também as respostas são múltiplas, mas que a gente encaminha para pensar um pouco nos enfrentamentos frente a

tudo isso. E claro estamos falando dos enfrentamentos que esse grupo de trabalho levantou quando estava fazendo o relatório e em que ele tem ali um viés específico, mas que pensa em alguma medida como encaminhar para que não chegue no nível de letalidade.

F: Vale ressaltar mesmo que a Luana falou de que esses enfrentamentos e essas resoluções são algo aquele grupo traz, não tem certo ou errado, às vezes pode estar faltando coisas e é importante se vocês pensarem algo ou quiserem acrescentar, ter mesmo essa reflexão acerca do que eles apresentam nesse documento, eles trazem alguns enfrentamentos que eles pensaram, mas podem ter inúmeros outros e acho que a gente também pode debater sobre esses enfrentamentos que eles trazem. Eles trazem alguns pontos como a análise das características e o contexto da letalidade, como foi a morte e a localização etc. O relatório traz um viés mais preventivo e não punitivo, então a partir disso acabam construindo alguns mecanismos que são territorializados e para superar essas perspectivas punitivista e penal no tratamento dos homens nas periferias. Eles pensaram em implementar um Observatório para crianças e adolescentes com o objetivo de levantar e agrupar dados das secretarias, para monitorar de uma forma mais centralizada e promover políticas públicas e até de direitos humanos para a infância e para adolescência e garantir a comunicação entre todos esses setores trabalhar a violência letal. Vão pensar em uma perspectiva territorial nessa construção das políticas públicas para proteger e para incluir e para buscar uma rede mais eficaz, como eles mesmos eles colocam. As políticas públicas focam em reduzir a evasão escolar e criar oportunidades de uma inserção que seja segura e protegida no mundo do trabalho para essas crianças adolescentes diminuir as taxas de trabalho infantil e evitar que eles tenham que sair da escola para ajudar dentro de casa com a renda. Também é proposto um acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e um diálogo intersetorial com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social que vai anteceder a letalidade. Pensando nisso o documento traz como ele pode ser pensado na realidade do território da Brasilândia, essa questão do diálogo entre os setores e tentar recolher os dados de uma forma que conversem com as diversas secretarias e também de tentar ao máximo garantir que as crianças não precisem sair da escola e nem de ter que trabalhar em serviços precários onde eles serão explorados. Como essas medidas podem ser refletidas no território, se fazem sentido, se condiz com a realidade.

L: Acho que eles também trazem a questão de pensar em prevenção, que tem seus limites claro eu acho que a gente tem que olhar pensando nisso, mas pensar estamos aqui entre pessoas que trabalham e fazem parte de equipamentos educativos, e como a gente pode pensar na educação frente a tudo isso e como esses espaços podem colaborar pensando nesse sentido de prevenção. Como a gente trata desses assuntos dentro dos nossos serviços, dentro das nossas instituições, como a gente abre espaço para falar de certos temas e abertura para que possam vir falar com cada um sobre qualquer nível e tipo de violência que tem acontecido.

M: Eu acredito que um meio que a gente poderia tentar no nosso território seria palestras, nós tivemos um tempo atrás através da parceria com a PUC alguns estudantes de psicologia que faziam estágio no nosso CCA, eles sempre traziam coisas novas, palestras, orientações, eu acho que isso é muito importante para o nosso território, pessoas que tragam orientações porque o órgão que nós temos processo mais próximo é o conselho tutelar, mas a gente não tem essa parceria para que eles venham nas escolas e traga essas orientações, essas informações.

F: Acho que esse contato mais direto, seja com os educadores, seja com as famílias, eu acho que é o que falta bastante nesses enfrentamentos. Essa parte de coletar e analisar dados parece distante, acho que são enfrentamentos distantes. Seria alguém que leu esse documento tem que saber como agir e não condiz com a realidade, a gente tem 1001 funções e tarefas a gente não tem nem tempo de ler, então como tornamos essas medidas algo de fácil acesso, trazendo para discussão e para a compreensão principalmente das famílias, então acho que faz todo sentido M essa conversa. Ficou muito delegado a secretarias e não tem essa interação com a população, fica muito ainda dentro dos escritórios e nas papeladas e não no contato real.

M: Concordo Felipe, eu acho que tem que estar mais próximo da realidade onde vivemos, enquanto você está vendo da forma que está sendo colocado parece que está muito distante, mas as nossas vivências, nossas experiências precisam de pessoas mais próximas para trazer essas informações, essas orientações, esses encaminhamentos, poderia nos ajudar bastante.

C: Eu queria aproveitar que a gente está falando desse tema, a minha ideia é justamente pensar nisso de como nós podemos, enquanto pessoas ativas no território, atuar para

prevenir justamente isso que o pessoal está trazendo aqui e tem um relatório muito legal que foi organizado pela Organização Mundial da Saúde em 2014 que é justamente sobre a situação da violência em todos os continentes e também traz como esses países estão atuando para prevenir os índices de violência, quais são as ações que cada país está tomando. Um dos pontos importantes visto na maioria dos países é justamente a ausência de um levantamento de dados que objetive ajudar a população, existe uma grande subnotificação de dados. E é o que a M pontuou mais cedo sobre o que chega na mídia, são casos já de muita gravidade ou que envolveram pessoas famosas, por exemplo os meninos no Rio de Janeiro que desapareceram e muito tempo depois acharam os corpos e logo em seguida o caso foi esquecido, o menininho que foi assassinado pelo padrasto, que é vereador, e pela mãe que ainda continua na mídia por serem pessoas conhecidas. O caso dos meninos do Rio ainda foi noticiado, mas é uma coisa que a gente não vê normalmente, na televisão eles sempre cobrem os casos que envolvem pessoas importantes ou pessoas ricas, a gente não costuma ver casos de crianças da periferia que acontece alguma coisa horrível com elas e como a M trouxe a grande maioria muitas vezes não vai parar nem as estatísticas da polícia porque a própria população já sabe que a polícia não vai dar atenção, e isso acontece em muitos países. O relatório traz que apesar de muitos países terem ações de prevenção, não são ações que se baseiam nos dados levantados, então são ações que estão fadadas ao fracasso porque não vão dar conta de todas as demandas, primeiro por não terem todos os dados e segundo por ignorarem parte dos dados. É isso o que o pessoal está trazendo, quais ações podemos propor pensando na realidade do território da Brasilândia, por exemplo a construção do parque no Morro Grande é muito interessante porque a gente sabe que é uma região que não tem muito muitas opções de lazer para os jovens. Mas quais outras ações a gente pode levantar? Será que podemos fazer conversas com os pais que a gente sabe que tem algum histórico de violência pra tentar desconstruir essa questão mais estrutural? Será que podemos fazer rodas de conversa com mães que são vítimas de violência doméstica e tentar pensar com elas o que pode ser feito? Acho que são várias opções, apesar de termos muitas limitações até mesmo no sentido de abranger um território nessas proporções e não temos tantas informações de rede, quem e quando a gente aciona, o CRAS, o conselho tutelar, falta informação tanto para nós quanto para a própria população porque às vezes podem ter muitos casos que as equipes dos equipamentos não conseguem pegar, perceber os sinais de violência daquela criança ou adolescente, mas os vizinhos sabem o que está acontecendo, será que se esses vizinhos souberem identificar e souberem o que fazer a

gente não pode ter uma nova estratégia. Pensando que não é apenas a violência física que acontece, tem a violência psicológica, tem o abuso sexual que muitas vezes não deixa marcas em partes do corpo visíveis no dia a dia dos equipamentos, até a questão da polícia como F trouxe, como pedimos ajuda de uma polícia que também está matando as nossas crianças.

L: O que você traz é muito importante e relevante, me marcou o que você fala em relação a um mapeamento das instituições e serviços, quem são as pessoas que a gente pode acionar. Pensando em possíveis palestras, tentar convidar o Conselho Tutelar, ou se o tema for sobre saúde pensar em quem podemos convidar. Quais são as nossas possibilidades de parcerias para construir enfrentamentos, até considerando os nossos limites e que não é nosso papel pessoal nem institucional dar conta de todas as demandas que existem, então até onde a gente consegue ir e até onde a gente alcança a próxima pessoa para que outra instituição ou outro serviço para que a gente tenha força juntos para encontrar soluções ou para chegar mais perto de uma solução. Esse ponto é muito importante que você traz como a gente aciona tudo isso e entra em contato com toda essa rede. Seguindo aqui o resto da apresentação, a ideia agora era ver um pouco sobre o atlas da violência de 2021, não sei se todo mundo conhece esse documento. É uma produção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, para essa edição de 2021 eles contaram com a parceria do Instituto Jones dos Santos Neves. É um documento atualizado todos os anos, então acho que também era interessante ter isso como referência de sempre entrar em contato com ele para dar uma olhada e saber um pouco como as coisas têm caminhado nesse sentido. Busca retratar a violência no Brasil a partir de dados levantados por essas instituições e achei muito interessante colocar também que um diferencial desse ano é que tem duas novas seções que buscam tratar da violência que atinge as pessoas com deficiência e população indígena. Aqui a gente trouxe um dos mapas que eles apresentam que retrata a taxa de homicídio por unidade federal em 2019, São Paulo tem a taxa entre 7.0 e 19.9, e os estados que possuem taxas mais elevadas estão localizados nas regiões norte e nordeste. Aqui temos o número de homicídios por estado fazendo uma comparação entre 2009 e 2019 a cada ano no Brasil e em São Paulo, olhando a variação no Brasil é de menos 12,6% e São Paulo é de menos 48,7% dos homicídios. A gente traz aqui aquela informação que a gente comentou já no primeiro momento da fragilidade dos dados pensando na realidade do estado de São Paulo, porque hoje em dia tem tido uma piora na qualidade da informação,

mas são dados não necessariamente distorcidos. Voltando pro nosso tema específico, aqui tem um momento de especificação em relação à violência contra a Juventude, eles iniciam trazendo a informação de que é um fato global que homens entre 15 e 20 anos são os que mais apresentam risco de serem vítimas de homicídio, no Brasil a violência é a principal causa de morte dos jovens: em 2019 a cada 100 jovens entre 15 e 19 anos que morreram no país por qualquer causa, 39 foram vítimas de violência letal; ocorreram 45.503 homicídios no país, sendo que 51,3% das vítimas eram jovens entre 15 e 29 anos; são 64 jovens assassinados por dia; entre 2009 e 2019, 333.330 jovens entre 15 e 29 anos foram vítimas de violência letal. Lembrando que o relatório que vimos antes trazia dados específicos de São Paulo e o Atlas traz dados do país inteiro. Ainda sobre a violência contra a Juventude, houve uma redução de 2018 para 2019 de 24,3% nos números absolutos de homicídios de jovens, sendo que em 2018 48,4% dos óbitos dos jovens entre 15 e 19 anos foram em decorrência de violência letal e 39,1% em 2019. Novamente retomamos que a característica mais marcante das vítimas é em relação ao sexo masculino, sendo 93,9% das vítimas.

F: Queria ressaltar que sobre a questão da Juventude abrange uma faixa etária diferente, aqui do documento a gente vai até 19 ou até 29 anos, e não inclui crianças. E ainda assim são números muito altos, metade dos óbitos por homicídio foram de adolescentes entre 15 e 19 anos, mas eu acho que é muito chocante que o jovem é quem está morrendo e como esse número ainda que esteja abaixando não deixa de ser um número significativo, porque morrer cerca de 64 jovens por dia é alarmante. Um pouco mais das estatísticas, a cada 100 mil homicídios contra homens no país 85% foram de jovens e em São Paulo foram 22% em 2019, fazendo um recorte racial os negros representaram 77% dessas vítimas de homicídio, uma taxa de 29 de homicídios por 100 mil habitantes, e para os não negros essa taxa é reduzida para 11,2 a cada 100 mil habitantes. Então fazendo esse cálculo, a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes maior do que uma pessoa não negra. Em relação às mulheres, a proporção é que a cada 10 mulheres que morrem, sete são negras, então a taxa de mortalidade é de 4,1 no caso de mulheres negras e 2,5 de não negras. Ao todo a taxa de violência letal contra pessoas negras é 162% maior que entre pessoas não negras.

L: É importante que o próprio documento traz um recorte de gênero e racial, mostrando que existe uma disparidade, e esses dados nos ajudam a olhar para a nossa realidade e pensar nesses recortes sociais, até mesmo pensar nos recortes territoriais, em que bairros

esses homicídios ocorrem mais, é isso que a gente trabalha quando falamos de interseccionalidade, como esses recortes sociais são transversais e se atravessam.

F: Para encerrar essa análise dos dados, tem uma comparação entre os dados do país e aqui em São Paulo, e enquanto nacionalmente tem uma grande disparidade de 77% dos homicídios sendo contra pessoas negras, no nosso estado a diferença é mínima, 51% das vítimas são negras. E retomando o que já falamos sobre a subnotificação, as fichas nem sempre são preenchidas corretamente, fora os muitos casos de desaparecidos ou que não entram como homicídio. Então mesmo que esses números representem a realidade, ainda são reduzidos.

L: A ideia agora é a gente pensar em tudo isso que a gente ouviu, o Atlas traz uma visão mais ampla, e continuar um pouco nessa discussão que a gente vem tendo em relação a como tudo isso repercute na gente, como sentimos tudo isso presente, além de voltar a discussão de enfrentamentos, pensando nesses dados como um disparador. Acho que a violência atravessa a todo momento em diversos ângulos a questão dos direitos e como a gente pode estar presentes para garantir esses direitos e reduzir a violência ao máximo possível dentro nossos serviços e dentro do território, como a gente faz isso como cidadãos e como agentes de educação.

F: Pensando em tudo que a gente trouxe eu queria compartilhar um trecho de uma música do Charlie Brown Jr e da Negra Li que fala sobre essa questão da Juventude, eu acho que é um pouco do que a gente trouxe hoje, ela fala assim: “O que eu consigo ver é só um terço do problema/É o Sistema que tem que mudar/Não se pode parar de lutar/Senão não muda/A Juventude tem que estar a fim/Tem que se unir/O abuso do trabalho infantil, a ignorância/Só faz destruir a esperança/Na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério/Deixa ele viver! É o que liga”. A nossa realidade está impedindo muitos jovens, principalmente jovens negros, de viver, então como a gente enfrenta isso de frente, como a gente luta para que eles possam viver da melhor forma e garantindo que eles possam ter acesso ao que eles tem direito e está previsto no ECA. Acho que um pouco da reflexão que eu tiro de tudo o que a gente a gente discutiu e que a gente pensou, como fazemos essas palestras, essas conversas com famílias. São muitas coisas também para a gente ir pensando e construindo juntos.

M: A C falou sobre rodas de conversa e no início eu tinha falado sobre palestras, eu acho que a gente poderia pensar como estar fazendo essas atividades no nosso território e nos nossos serviços, de que forma a gente poderia abordar esse assunto, convidar a família, eu acho que nós poderíamos pensar sobre isso e quem sabe discutir sobre isso no próximo encontro.

F: Acho que com certeza M, podemos trazer e pensar como a gente pode fazer essa discussão, como a gente planeja rodas de conversa e que sejam formas de entrar em contato com a população, pensar propostas.

(Após discutir envio de materiais e a proposta para a semana seguinte, o encontro foi encerrado.)

Encontro reflexivo – Violências e Justiça

23 de setembro – Tema Principal: Violência Histórica e Social

N e C: coordenadoras – graduanda e mestranda

C: Boa noite pessoal. Quero lembrar vocês de que nós estamos gravando essa reunião, conforme combinado antes, então vocês não precisam ligar a câmera nem o microfone se não quiserem, podem o chat se preferirem. Aproveitando os textos que foram indicados no grupo, a N vai dar um panorama sobre o que é a violência e então podemos fazer uma reflexão em grupo, pensando no nosso dia a dia.

N: Bom, violência tem uma origem do latim, de *violentia*, remete a um caráter violento, emprego de força física. Esse sentido etimológico remete a percepção que se tem do que é um ato violento, a partir também do nosso contexto histórico e cultural. Algo que a C trouxe no nosso primeiro encontro foi a importância de pensar essa contextualização, acho que isso se relaciona bem com os textos propostos por algumas pessoas no grupo. Hoje a violência é compreendida como um problema de saúde pública, Minayo e Souza definem como qualquer ação intencional perpetuada por um indivíduo, grupo, instituição, classe ou nação dirigida a um outro que causa prejuízos, danos físicos, sociais, psicológicos e/ou

espirituais. A violência aparece de inúmeras formas. Na atual conjuntura, com todos os retrocessos e a pandemia, a questão da violência está proeminente, escutamos muito como a violência doméstica aumentou com as medidas de isolamento e as mulheres ficam mais em risco dentro de casa com seus agressores. Temos também um aumento na questão do discurso de ódio, em diferentes formatos, verbal e escrita principalmente na internet. Acho que podemos aprofundar nas questões que vocês acharem mais interessantes, se alguém que leu os textos e quiser comentar.

C: Falando sobre o segundo texto, é uma resenha de um livro[1]²⁰ sobre as raízes da violência na sociedade patriarcal que traz dados etnográficos de pesquisas com detentos, com militantes religiosos. Uma das discussões que acho importante fazer quando estamos falando sobre as raízes da violência é tentar voltar na história o máximo que conseguirmos, e normalmente o mais antigo que conseguimos nos lembrar bem é dos escritos da Bíblia, uma vez que vivemos em um país de maioria cristã, e no antigo testamento Deus é retratado como rígido e punitivo, são inúmeras histórias sobre a humanidade sendo castigada pelos seus atos. E isso é visto em muitas religiões, a mitologia grega, por exemplo. A religião é modeladora da nossa sociedade, muitos preceitos éticos que estão incorporados nas nossas leis e normas sociais vieram da religião, por isso é importante fazer essa análise também. Muitos pesquisadores estudam como a violência parece ter percorrido toda a história, é isso que a resenha e o livro trazem junto com uma discussão de gênero muito importante, pois isso está ligado ao fato de vivermos em uma sociedade patriarcal machista que coloca as mulheres em uma posição de vulnerabilidade. Quando a gente fala da violência no Brasil, não podemos deixar de falar sobre a história desde a colonização, quando falamos da história da América Latina como um todo falamos de um contexto de violência. A colonização foi um processo violento, as populações nativas foram exploradas, primeiro com o escambo, então foram atacadas, escravizadas e dizimadas, e como a gente pode fazer uma comparação com a sociedade de hoje, como o Governo destrata e explora tanto a população nativa quanto as populações em situação de vulnerabilidade. No nosso primeiro encontro, nós falamos sobre a questão de como o atual governo não se preocupa nem mesmo em fazer um “escambo” com a população em geral. Acho que nesse tema podemos também puxar o texto da Marilena Chauí, sobre o autoritarismo como origem e forma da violência no

²⁰ [1] Foi sugerida a leitura de uma resenha pois o livro original é encontrado apenas em espanhol.

Brasil, que a Lc sugeriu para leitura no grupo. No texto a Marilena traz reflexões sobre a efetividade do mecanismo autoritário, sendo uma forma de amansar a população e pra isso, tira-se “privilégios” da população e a deixa sem recursos, por exemplo, nos nossos outros grupos reflexivos estamos discutindo sobre a questão dos direitos, e um ponto importante que debatemos é sobre o fato de não conhecermos os nossos direitos, o ECA, Constituição e o código penal, por eles serem de difícil acesso, utilizam linguagem extremamente técnica que acaba gerando uma elitização desse conhecimento e mantém uma situação de violação de direitos. Um exemplo prático é que nas escolas as questões dos direitos não são passadas pros alunos, não é ensinada a Constituição, como ela funciona, como as questões judiciais funcionam, quais os nossos direitos, um recurso recente do atual governo pra isso foi cortar o ensino de sociologia e filosofia no ensino médio, disciplinas que incentivam o pensamento crítico e o conhecimento do funcionamento da sociedade como um todo, e a pergunta que fica é quais serão as consequências desse tipo de ação, como isso vai impactar nas nossas lutas. Acho que seria legal vocês, que estão em contato com o território trazer algumas experiências que vocês tiveram, reflexões ou ações de enfrentamento dos equipamentos sobre essa questão da violência.

Lc: Oi gente, boa noite. Queria fazer a minha contribuição, o texto que fala sobre o autoritarismo como forma de violência, e se a gente parar para pensar, hoje é reproduzido o que vem do passado, não tem como desvincular um do outro, nós vivemos o autoritarismo como raiz de uma violência do Brasil dos nossos antepassados, parece um ciclo vicioso. **As pessoas que reproduzem a violência estão reproduzindo o que aprenderam, a sociedade aprendeu dessa forma.** Acho que podemos pensar por esse caminho, na questão da reprodução, hoje é a falta de investimento na educação a forma que o nosso governo usa para violar a população, parece que a história se repete.

C: Acho que é exatamente isso, é um ciclo vicioso. E o Estado, quem está no poder, sempre busca recursos para manter a classe trabalhadora sob controle, na época da ditadura por exemplo era mais incisivo, eles sequestravam as pessoas e faziam o que queriam, hoje talvez por haver uma represália mais efetiva eles buscam formas que não causem uma comoção pública. Então para controlar a população a tática básica é tirar o conhecimento.

I: Enquanto eu estou ouvindo vocês e do que eu li, estou fazendo aqui umas anotações agora e aquilo que eu venho refletindo a partir dessa discussão é que o processo de exclusão social é muito violento, pegando a fala da Lc, é muito autoritário. Via de regra, as elites, os dominadores, **agem com violência é muitas vezes disfarçada e o quanto às vezes explícita, é disfarçada quando negam os direitos mais fundamentais da pessoa como alimentação, habitação digna, trabalho digno, o acesso à cultura, à educação, o acesso à informação**, essas oportunidades são negadas e eu vejo como uma forma de violência bem disfarçada. Vai gerando aí uma reprodução por muitas vezes, como foi colocado no texto, nós não conseguimos decifrar essa o que acontece, pegar o fio da meada, como se dá esse processo de massificação de negação do outro. Por outro lado, há uma violência explícita, que é o ataque diário e a pressão que fazem quando alguém da classe oprimida se revela, quando as lideranças e as pessoas que começam a incomodar a partir de uma ação coletiva são violentadas brutalmente e explicitamente. Podemos ver como quantas pessoas são presas, são assassinadas como a Marielle, são praticamente esquartejadas como no tempo antigo e colocadas em espaços públicos para impactar e causar um terror e o medo da rebelião. É uma estrutura que vai sendo construída geração após geração que se mantém até hoje. As leituras também apontam como o caminho é estudar, é ler, como foi colocado o texto como podemos pegar esses fios e vamos fazendo parte dessa teia que muitas vezes não é compreendida por grande parte da população e o interesse público passa a ser colocado em último lugar, é negado o tempo todo. Nós na periferia não conseguimos decifrar tudo isso e fazer uma leitura da política, das lutas, do comando do país e da humanidade, é muito dinâmico, as estratégias são muito bem arquitetadas e dificulta o entendimento delas. Muitas vezes as pessoas são forçadas, e eu vejo isso como uma violência, por não terem acesso à informação, a reproduzir as violências e fica nesse ciclo vicioso como a Lc colocou. E é o que mais interessa, a meu ver, a essas elites, que são violentas por natureza, é que esse ciclo vicioso para que o trabalhador continue se voltando contra o trabalhador. Pra mim essa é uma leitura muito delicada e difícil de se fazer, mas é a realidade, e então cabe a nós fazer nosso trabalho de formiguinha, com as ações e a nossa dedicação para ir protestando e tentar reverter esse quadro estrutural. Nós vivemos uma conjuntura extremamente violenta que não permite a nós, classe pobre trabalhadora, a conseguir sair desse sufoco diário, percebemos aí até a dificuldade de encontrar um tempo para estudar, para ler, para descansar, **a carga e a jornada de trabalho são pesadas propositalmente para dificultar acesso aos nossos direitos. E a importância de espaços como esse para tentarmos minar essa estrutura pouco a pouco.**

Lc: Pensando nessa questão do ciclo vicioso e da reprodução, me leva a pensar também no sistema capitalista que na verdade forma um ciclo do trabalhador, que ele trabalha, trabalha, nunca fica rico e está sempre ali enriquecendo as grandes empresas. O sistema como um todo, a sociedade e o governo fazem com que os filhos dos trabalhadores aprendam a ser a mão-de-obra, eu fico pensando sobre o tanto de oportunidades e como são oferecidos para os jovens, por exemplo para os jovens da periferia, cursos técnicos de mão-de-obra onde ele aprende desde cedo a trabalhar para que o sistema do capitalismo não pare, transforma o jovem na mão-de-obra para que as grandes empresas continue nesse ciclo onde quem nasce na classe trabalhadora nunca saia dela. Acho que vale pensar nessa linha do sistema capitalista.

C: Acho que vocês dois trouxeram pontos bem importantes, ao mesmo tempo que como o I falou em uma exclusão, é negado a nós, principalmente aos moradores da periferia, negado certos conhecimentos que a elite detém, também existe uma popularização de certos conhecimentos da classe trabalhadora como a Lc falou, aqueles conhecimentos técnicos de como levantar uma parede, de fiação e essa parte de força física, mas não intelectual. O conhecimento dado às “minorias” é um conhecimento da população mais pobre e os conhecimentos científicos, literários, críticos são mantidos para a elite. Eu acho que uma coisa muito importante é a gente pensar também como nós fazemos para lutar contra esse sistema, não apenas o sistema capitalista, mas o sistema patriarcal, o sistema racista. Essas discussões abrem pra gente refletir como violência gera violência, mas de maneiras diferentes, a violação de um direito que exclui uma parte da população pode gerar uma violência física.

V: Reforço as palavras da Lc, o pobre cada vez mais pobre, acredito para continuar sempre subalterno aos ricos.

Lc: Não sei se vocês acompanharam ou viram sobre o ministro da educação, sempre fala em entrevistas e discursos desmerecendo o diploma universitário, um tempo atrás em uma entrevista ele disse que com um curso técnico de informática a pessoa conseguiria um emprego porque tem uma demanda muito grande, ele tenta passar nas falas dele desmerecendo o diploma do ensino superior. Ele acaba reforçando para os jovens da periferia que é melhor fazer um curso técnico para ser mão-de-obra, isso vindo do ministro da educação, então isso é um exemplo de como esse governo tenta manter os espaços universitários pertencentes à elite.

C: Faz muito sentido essa reflexão que você traz até porque, a gente espera, que a universidade vai propor pensamento crítico além da formação profissional e desperte nas pessoas o desejo de mudar a sociedade. E tirando dos jovens a vontade de cursar o ensino superior, eles podem sucatear as políticas públicas que facilitam o ingresso nesses espaços, sendo que pra maioria já é um sonho distante e esse pensamento de que diploma universitário é inútil já está no imaginário coletivo, muitos pais preferem que os filhos trabalhem e ajudem a colocar comida na mesa ao invés de ir “perder tempo”. São vários atravessamentos que tem como objetivo fazer com que as classes mais baixas continuem nesse lugar e garantir que o conhecimento para mudar a realidade não chegue.

D: Essa conversa e o momento que estamos vivendo me fez lembrar muito de Paulo Freire, se estivesse vivo fisicamente completaria 100 anos, e acho que o pensar de Paulo Freire é transformador em todos os sentidos, ele realmente é o patrono da educação Brasileira no sentido de que traz consigo a reflexão de um modo de pensar que é da classe trabalhadora, então eu acho muito bom pensar sobre esse desejo de mudança que a gente tem, de transformação social e a educação é transformadora. **A educação é freiriana quando ela entende a classe e a realidade do educando e eu acho que esse deveria ser o nosso rumo, entender que as coisas só vão mudar quando trocarmos o nosso olhar pro mundo por um emancipatório e libertador**, e é um desafio porque isso requer repensar todo um sistema educacional, mas também as nossas atitudes pessoais. Freire nos apresentou formas novas de pensar a educação e a filosofia que agregam muito aos anseios que a gente tem de uma sociedade diferente, de que o pobre possa chegar na universidade, de preferência, pública, gratuita, universal, mas que não seja em uma lógica de apenas adquirir o conhecimento e aplicar no mercado para o interesse secundário, mas entender que a partir da educação e do conhecimento é possível transformar a realidade. Eu sinto que esse tem que ser o nosso objetivo, o sistema diz que a gente deva acordar, trabalhar, voltar pra casa e pensar cada um em si, quando a nossa sociedade é coletiva, o capitalismo e o neoliberalismo individualizam tudo, então se você não tem um bom desempenho, não está na faculdade, é porque você não é bom o suficiente, mas na verdade é porque o sistema marginaliza como você é visto pela sociedade, seu trabalho, sua família, com muitos recortes de raça, de classe, de gênero. Acho que nesse nosso objetivo, Paulo Freire deixou muitas reflexões de como podemos fazer uma sociedade diferente, ele trouxe um pensar muito diferente do nosso, do que é reproduzido nas escolas e nas famílias, principalmente da política. Essas reflexões são acessíveis para nós no sentido de

que é da nossa classe, feita por nós, porque ele era m de nós, nordestino de origem pobre, mas que pensou junto com pessoas como nós, é um modo de ver que precisamos ter hoje em dia, que infelizmente não temos.

C: É uma contribuição muito importante D, Paulo Freire foi uma pessoa que saiu da nossa classe, adquiriu conhecimentos e conseguiu trazer de volta, ele conseguiu educar muitas pessoas, alfabetizar muitos trabalhadores e pensou um formato de educação que ele não precisa ser limitado a alfabetização, podemos levar o método dele para qualquer tipo de educação, para ensinar qualquer coisa, pensar na população e quais recursos estão disponíveis. Infelizmente o nosso sistema educacional hoje não funciona dessa maneira, é até o que a gente está propondo aqui nos nossos grupos de reflexão, pensar a partir das experiências de vocês, a partir do que vocês vivenciam como podemos entender a realidade e como podemos mudar, a ideia é que a partir das experiências seja possível proporcionar mudanças efetivas e permitir que as gerações possam mudar ainda mais. Acho que hoje nosso encontro foi bem produtivo, nós conseguimos discutir a questão das origens da violência, do autoritarismo, a exclusão, como a violação de direitos é uma estratégia para manter a população em uma situação de vulnerabilidade e como esses espaços que nós criamos, os grupos de direitos da criança e do adolescente, das mulheres e esse, são espaços potentes para ter essas discussões.

(Após discutir envio de materiais e a proposta para a semana seguinte, o encontro foi encerrado.)

Encontro reflexivo – Violências e Justiça

30 de setembro – Tema Principal: Violência Policial

N e C: coordenadoras – graduanda e mestranda

N: Boa noite. Acho que a gente pode ir começando o encontro de hoje. Lembrando que a gente está gravando, como já conversamos anteriormente, para caso alguém não consiga vir e queira ver depois, para o material estar aqui, as discussões que a gente está trazendo como um grupo se propagarem para outras pessoas que também tenham interesse. Mas

caso vocês se sintam confortáveis para abrir a câmera seria interessante, mas também a gente entende quem prefere ficar com a câmera fechada. Bem, a gente pensou inicialmente em propor uma atividade, como na semana passada vocês mencionaram que tinham interesse de a gente discutir um pouco sobre violência policial, sobre os subtemas que estão envolvidos nesse tema da violência policial, a gente vai trazer alguns dados interessantes para promover uma discussão, mas o nosso intuito é não ficar se estendendo tanto na fala, mas de promover esse espaço de troca. Também a gente gostaria de propor uma nuvem de palavras que vem em mente quando se pensa na polícia militar e seria interessante se vocês pudessem colocar no chat, a gente ir comentando um pouco mais como atividade inicial pra gente aquecer um pouco como um grupo pra gente já começar e pensando no tema em questão. Quem puder começar a escrever, ia ser interessante.

C: A Lc trouxe algumas palavras bem legais pra gente começar a pensar, aqui no chat: abuso de autoridade, racismo, preconceito. Acho que essas são palavras bem fortes que, ao mesmo tempo, resumem bastante toda a questão.

N: O Le também trouxe “repressão à classe mais pobre”, bem marcante também. A gente pode então, a partir dessas palavras ir pensando também. Boa noite, D, que bom que você pode entrar. A gente está aqui no chat promovendo um espaço para falar palavras, frases vem em mente quando se pensa na polícia militar, né? Como uma atividade, uma dinâmica inicial aqui, se você também quiser colocá-los. A Lc colocou abuso de autoridade, racismo, preconceito. O Le colocou repressão à classe mais pobre. Lc colocou agora medo também. Com essas palavras a gente já pensa, já vai juntando com todo o repertório que a gente vê tanto na mídia quanto no boca-a-boca do quanto a ação da polícia militar é violenta, é muito seletiva também, diante do espaço em que se ocupa e em que eles estão. Eu vou começar a falar um pouquinho da história da polícia militar no Brasil, foi uma das pesquisas que a gente fez pra trazer para vocês, acho que é interessante que a gente comece introduzindo essa perspectiva mais histórica. Basicamente a polícia é uma organização administrativa da sociedade politicamente organizada que tem por atribuição impor limitações da liberdade, tanto individual quanto coletiva. Tem sido mais discutido o abuso da polícia militar com principalmente, pessoas da periferia, pessoas pobres. Que é o que eu também tinha mencionado anteriormente, que é muito seletivo. A violência tem raça, tem cor e gênero. Mais tarde, a gente vai trazer também alguns gráficos atuais, importantes, para ilustrar um pouco a discussão que a gente vai ter. Mas basicamente, a polícia está para proteger a população tentar impor essas limitações, indivíduo tem que

respeitar o outro e a polícia está aí para intervir nesse meio, de proteger o coletivo. A história da polícia no Brasil é marcada por uma herança escravocrata, clientelista e autoritária que a gente vê claramente que a polícia desde sempre esteve cumprindo os interesses privados e interesses do Estado, que nem sempre são os interesses da sociedade civil toda, como um todo. O que nos faz pensar, de que forma uma simples operação policial promove esse tratamento diferenciado, de acordo com o extrato social a qual esse cidadão pertence e é algo muito discutido na literatura sobre segurança pública no Brasil. Então, temos como marco inicial da atividade policial aqui no Brasil no período imperial, na qual eram instituições policiais que basicamente respondiam as lideranças locais, respondiam as pessoas com dinheiro. E era muito marcada pela sociedade conservadora de base escravista, como eu já mencionei, então a gente vê que o período colonial marca o Brasil até hoje de diferentes formas, inclusive na nesse âmbito da polícia militar. É algo importante da gente resgatar sempre, o período histórico de tudo, inclusive nesse sentido. Na primeira República, também temos uma continuidade desse regimento bem conservador no âmbito da polícia que até então não era, no período colonial, basicamente, as atribuições eram investigar crimes e a captura de criminosos, principalmente de escravos fugidos. Ao falar da primeira República, a gente vê que se mantém esse lugar da polícia militar de seguir as diretrizes dessas lideranças locais. Até que na era Vargas, houve a construção de um regime autoritário no qual Getúlio Vargas, para se preservar no poder, usa o corpo da polícia militar para ter um controle de grupos políticos distantes e suprimir a voz deles e se manter firme durante alguns anos. No regime militar a gente percebe uma mudança, se vê uma continuidade da repressão, principalmente política, de dissidentes e tudo mais, mas no regime militar tem um a mais: essa repressão da participação política dissidente está vinculada também a um vínculo maior da polícia militar com as forças armadas, que se mostrou muito forte nesse período de regime militar pela doutrina de segurança nacional, na qual se buscava o inimigo comunista. As polícias nesse período estavam sob mesmo domínio das forças armadas, que estiveram fortemente atrelados ao regime militar. E para complementar todo esse cenário existiu um aparato repressivo no qual se instaurou a lei de segurança nacional detalhando vários crimes contra a segurança nacional. Nisso tudo a polícia militar estava sendo também cobrada para atuar nessa perseguição política, serviu muito também aos interesses dos militares, e muito do que se instaurou no regime militar se perpetua até hoje em zonas mais periféricas com a população mais pobre de forma muito violenta, com abuso de autoridade, como foi bem mencionado no chat. Era isso que eu queria trazer sobre esse

contexto histórico de como a segurança pública no Brasil desde a sua formação se vê pautada por ideais da elite, protegendo esses interesses privados e do Estado que nem sempre batem com a sociedade civil. Com a Constituição de 1988 se garantiu uma mudança na polícia militar ao menos na teoria, na prática não é tanto que a gente vê, porque até hoje vemos um abuso de autoridade, a polícia devia estar para proteger a população, mas o que a gente vê é muita morte, é muita violência contra a população periférica. E é um tema que está sendo estudado, só que não se vê muita mudança, o comportamento dos policiais militares e o próprio treinamento não se mostra o ideal para esses profissionais protegerem a população da melhor forma.

Le: Primeiro assim, falar da polícia militar ou de qualquer instituição que seja de segurança no Brasil hoje é você ter que ir lá atrás e relembrar, reviver o tempo da escravidão, porque a polícia que hoje é que nós temos é o mesmo Capitão do Mato de ontem que ia buscar negro no nato porque negro era mercadoria dos senhores da Casa Grande. Hoje nós temos no Brasil duas polícias, nós temos a polícia que serve o branco, o empresário da ponte para lá, e nós temos uma polícia que massacra, maltrata, reprime, é totalmente preconceituosa com o povo que mora da ponte pra cá. Porque olha, eu sou periférico. Eu, minha vida toda foi residir na periferia. Minha vida toda foi acompanhar noticiários, e eu nunca ouvi dizer que houve algum tipo de represália, repressão em um bairro nobre da cidade, nenhum que seja, mas todo dia, se você abrir a as páginas dos noticiários, você vai ver que o pobre ele apanha vindo do trabalho, ele apanha dentro do coletivo. E de uma polícia medíocre, de uma polícia que é treinada todo o dia para nos violentar psicologicamente, fisicamente, de uma forma que é totalmente desumana. Você tocou num ponto que é a Constituição de 1988, todo dia ela é rasgada dentro do Congresso, do Senado e dentro das viaturas, ao sair dos batalhões para vim fazer suas rondas dentro da periferia. Quando o policial ele sai para fazer uma ronda num bairro, como aconteceu tempos atrás, que nós vimos aquele grande empresário humilhando um policial e o policial simplesmente com a mão para trás e a outra policial que foi chamada de vaca, de p***, calada, certo? Nós não vemos essa mesma pacificação deles quando é na periferia que o jovem ele só fala, não, eu não uso droga e eu sei os meus direitos. São duas polícias, são dois pesos e duas medidas. São coisas que eu fico olhando e procuro entender, queria saber o porquê, entendeu? Você tem um policial que fica parado num cruzamento do Jardins, dando bom dia, boa tarde, boa noite para um menino que vai à escola. Você tem um policial que ele fica parado na esquina escondido numa tarde de

sábado com um cabo de enxada na mão ou um cacete dando cacetada e dando cabada de enxada em pobre que passa de moto. Entendeu? A mesma moto que circula no Jardins, ela circula aqui. A diferença são as cilindradas e os valores. E por que lá ninguém apanha por andar de moto?

N: Muito importante a sua fala, esse espaço para a gente discutir isso, e discutir algo mais ao fundo também, com reflexões que vocês queiram trazer. É muito violento mesmo, toda essa notícia, essa mídia sensacionalista que retrata o jovem ou o criminoso infrator, com toda aquela carga classista, racista, além disso toda essa violência e essa disparidade de comportamento dos policiais, são totalmente dois pesos, duas medidas, como você disse. É muito bom ouvir você falando porque é isso. É esse diálogo que a gente está trazendo mesmo, essa minha breve pesquisa foi mesmo só para disparar toda uma reflexão sobre a violência policial, que é tão persistente no nosso país, em todo todos os municípios. Mais tarde a gente vai trazer esses dados. Tudo muito impactante. E a gente não sabe o porquê de isso acontecer. Na verdade, a gente sabe pelas origens coloniais, tudo mais, só que é diferente.

D: Boa noite, pessoal. Eu fiquei pensando sobre essa história da origem. Eu fiquei pensando várias coisas na verdade, eu acho que é importante a gente refletir, a gente precisa ser muito honesto, ser bem sincero assim, com qual que é a finalidade da polícia, das polícias? Porque então existe a civil, a militar, principalmente, também a federal. E qual que é a finalidade delas? E não é como está na lei, pra defender as pessoas. Por exemplo, aqui em São Paulo a polícia militar tem mais de 100000 homens, não é? Eu acho que hoje deve passar o efetivo número de pessoas assim que são ligadas, e a gente, ninguém sente segurança. Porque eu vejo que as polícias no final elas estão para reprimir a classe trabalhadora, isso é uma realidade. Porque não existe segurança para nós. A polícia não combate o crime, tendo ou não uma polícia na periferia, uma unidade da polícia, tendo antes ou depois do baile, o que seja, eles ali fazendo a ronda antes ou a noite, isso não traz segurança. Eu acho que o que a gente precisa refletir muito aqui, tipo, que modelo de segurança pública a gente quer pra nossa sociedade? Ele não passa pelo policiamento, porque a polícia não traz segurança para ninguém. Não traz assim, são pouquíssimas as vezes que a gente vê um caso de um que um policial fez, salvou, evitou. Do contrário, as pessoas sentem medo da polícia. Sejam elas trabalhadoras ou não, sejam elas pessoas que estão portando alguma coisa, lícita ou ilícita. Assim, não deveria caber a polícia julgar a pessoa, porque isso deveria ser papel da justiça, mas a justiça também

tem cor, tem classe, defende e favorece uma raça e um grupo social que não é o nosso. E a gente precisa ter em mente muito isso para não acreditar em falácias, para não acreditar em mentiras de que assim a polícia traz segurança, que o policiamento é necessário. Não, porque se a polícia trouxesse segurança, porque a gente tem tanta polícia, por exemplo, no estado de São Paulo, segundo os índices, é a polícia militar melhor do Brasil, é considerada a melhor do Brasil. Só que a polícia que mais mata e a polícia que mais morre. Então a gente vê aí que a nossa sociedade é atravessada para um problema de segurança pública que persiste e deve persistir porque não existe nenhum cenário de mudança estrutural nesse sentido. Eu acho que é sobre isso que a gente tem que se refletir assim, essa lógica de segurança pública não pode continuar, porque somos nós que estamos sofrendo.

N: Sim, exatamente. Essa sua fala de que a polícia está ali para reprimir a classe trabalhadora me fez ter vários estalos de o quanto a polícia ocupa esse lugar de repressivo, tipo de um arsenal repressivo, agindo sob as ordens do Estado ou da burguesia opressora sobre a classe trabalhadora, enquanto eles estão lá no bem-bom, sendo como acho que o Le trouxe o policial está lá no Jardins tranquilo, enquanto ele tem uma atitude totalmente diferente na periferia. Mas eu vou deixar o espaço aberto também para quem quiser falar. Sinta-se à vontade.

D: Assim é que é difícil, mas a gente tem que enfrentar algumas coisas, algumas mudanças na sociedade, eu acho que é para aí que a gente tem que pensar. O que, como mudar os problemas que a gente enfrenta? Então a gente vê que os políticos não nos representam, que o mercado de trabalho nos exclui, porque é essa a realidade, a gente não consegue entrar na universidade, quando consegue tem que trabalhar só para pagar a universidade, às vezes, enfim. Eu acho que na questão de segurança pública é o mesmo. E é um problema muito grande a questão da segurança pública no nosso país. Mas o que eu acho é que existem medidas que podem ser cobradas, que podem ser exigidas na realidade, que podem caminhar para uma mudança estrutural, sabe assim, eu acho mesmo e é uma ideia muito diferente, mas o que a gente precisa ter uma sociedade sem polícia, eu acho que é possível. Acho que faz muito sentido quando a N vem **falando da história da polícia e como surgiram as primeiras polícias, você vai percebendo que ela sempre foi para defender um grupo específico, um grupo muito escasso de pessoas**. No Brasil colonial não eram os milhões de escravizados, era um grupo dominante, era uma elite, eram os portugueses, isso se reproduz hoje, porque nós, na periferia, temos medo da

polícia. E quem disser que não, tá exagerando no mínimo, porque ninguém se sente seguro quando vê uma viatura à noite na periferia, o que não acontece com as pessoas da classe média, por exemplo, ou do Morumbi? Eu acho que isso é um reflexo muito grande como essa instituição, e isso é importante, a polícia é uma instituição que tem que ser cobrada, corrigida, investigada, precisa ser desmantelada, porque não funciona, a polícia tem escândalos de corrupção. A polícia não promove segurança, promove abuso e eu acho que esse é o caminho e cobrando. Eu acho que não é cobrando mais polícia que gente vai se sentir mais seguro, não é pedindo um maior policiamento. Eu acho que é investir em cultura, educação. Porque eu acho que se tiver emprego para todo mundo, vaga nas universidades, apoio mental e saúde para quem precisa, tem um problema com droga, coisa do tipo eu acho que os índices de violência vão diminuir muito mais do que com maior policiamento e número de pessoas com armas assim.

Lc: Eu sempre gosto de citar exemplos para a gente colocar na prática mesmo como que é essa questão do que a gente tá discutindo, e um dos exemplos que eu queria dar é uma abordagem que eu presenciei de um jovem que eu conheço, ele mora na rua de cima da minha casa e é trabalhador, um jovem que a gente vê que trabalha, conquista as coisas dele. Ele tinha uma moto, uma Falcon, e uma vez eu tava aqui na quebrada, na numa rua próxima, e eu vi uma viatura de polícia abordou ele que estava vindo com a moto, a polícia já colocou a arma na cara dele, já mandou ele descer da moto, deitar no chão no meio da rua e ele ficou ali. Ele tem um filhinho e ele passou por essa situação de vergonha. Então a polícia abordou ele dessa forma porque por ele ser negro, talvez por estar na quebrada, por estar numa moto que é considerada uma moto grande. E a polícia já colocou a arma na cara dele e mandou ele deitar no chão com a mão na cabeça. Todo mundo começou a olhar. A polícia verificou os documentos dele da moto, viu que estava tudo bem e falou “vaza, vaza” e liberou o menino. Então, naquele dia eu até levei esse exemplo para discussões que na época eu trabalhava com jovens, porque a forma que o policial aborda o jovem quando está na periferia, é uma forma violenta, quando eu falo de abuso de poder é em relação a esse tipo de abordagem. E eu lembro que quando eu levei essa discussão para o grupo de jovens que eu atuava, uma pessoa que era da Secretaria de Direitos Humanos indicou para trabalhar com jovens uma cartilha de bolso que, não sei se vocês já viram, eles entregam pros jovens para falar sobre os direitos deles durante uma abordagem policial, e essa cartilha não condiz com realidade porque entre os vários direitos diz que o policial não tem o direito de abordar as pessoas na rua que não seja um

suspeito. Quando eu trabalhava com os jovens aqui na periferia eles falavam assim “como é que um policial vai falar comigo e eu vou falar para ele sobre meus direitos? Eu vou levar um tapa no meio da cara”. É isso que acontece. Ontem eu participei de uma reunião que tinha um policial, um investigador, e ele falou assim “hoje em dia o jovem não se espelha mais no policial, ele olha o policial, ele não quer ser um policial, ele se espelha no delinquente, no bandido, em outras pessoas”, e eu fico pensando, é lógico, é óbvio, porque os meninos da quebrada veem uma polícia opressora, uma polícia que eles falam “o papel da polícia é proteger, mas a gente não se sente protegido”. Os jovens da periferia não se sentem protegido com a polícia. Eu hoje em dia não frequento o baile, mas na minha juventude eu ia e quando chegava a polícia todo mundo corria, causava alvoroço só pela presença deles lá. É complicado que aquelas pessoas que são responsáveis por nos proteger, para garantir a nossa segurança, são as pessoas que a gente mais tem medo. A Juventude tem medo desse tipo de polícia. O meu filho hoje tem 14 anos. Antigamente, quando ele tinha 9 e 10 anos, ele falava “mãe, meu sonho é ser polícia”, agora chega nele hoje com 14, ele já conseguiu identificar algumas coisas, tem uma construção de identidade, já está construindo a sua identidade. Hoje ele sabe que a polícia é mal vista na quebrada. Quando vocês falam sobre a questão de que a polícia hoje atua para proteger certo tipo de pessoas, certas classes sociais, é verdade, a gente vive isso aqui na periferia. Então eu queria só deixar esses exemplos, que é a questão do exemplo do meu filho que queria ser polícia com 10 anos hoje não quer mais e dessa abordagem que eu cheguei a presenciar e também da cartilha de bolso que não é viável. Não tem como um jovem ser abordado e falar dos direitos dele para a polícia, ele leva um tapa no meio da cara. É assim que acontece.

N: Importante as falas de vocês. Me remeteu muito ao que a gente tinha planejado de expor alguns gráficos com dados do anuário brasileiro de segurança pública de 2021.

C: Eu só queria retomar que esse anuário junta dados de todas as secretarias de segurança do país e aqui nós vamos focar nas mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil desde 2013, que foi quando começou a publicação deste anuário, até 2020. Eu acho importante trazer ele por ter esse foco, mas ele também tem algumas falhas. Ele por exemplo não traz quais as classes sociais mais afetadas, coisas que a gente já deu uma comentada. Esse é o primeiro gráfico (Imagem 1) que a gente achou importante, porque ele mostra o número de mortes decorrentes de intervenções policiais no Brasil desde 2013 até o ano de 2020, e como vocês podem ver é uma curva bem acentuada e mesmo que

nos últimos anos a subida tenha diminuído, ele está quase em um padrão de estabilidade, a curva que teve entre 2015 e 2018 foi muito acentuada, praticamente 1000 mortes a mais cada ano, causados por intervenções policiais. Essa tabela (Imagem 2) traz os 50 municípios brasileiros com maiores números totais de morte. Por que que a gente não faz aqueles que vem com porcentagem, porque as porcentagens variam de acordo com a quantidade de pessoas que vivem em cada município. Então, por exemplo, no Rio de Janeiro o número total de vítimas por intervenção policial só no ano de 2020, foram mais de 400 pessoas. É uma taxa de mais ou menos seis mortos a cada 100.000 habitantes, mas é um número bem alto. E é claro que em segundo lugar está São Paulo, com número também super alto de 390 mortes.

Le: Havendo então um dado que é bastante interessante a gente discutir aqui é que no Brasil nós não temos pena de morte. Se você pegar um país como a China, que tem pena de morte, eles matam em torno de 1000 pessoas por ano. E se você pegar o Brasil e comparar o índice de letalidade da polícia brasileira está mais de 4000 mortos por ano. Nós temos a polícia que mais mata, nós temos a polícia que mais prende. E quando você vai ver as prisões feitas por esses policiais mais de 70% são pessoas negras, jovens, periféricos, que são pego com menos de 10 g de maconha, por exemplo. **Então nós não temos um critério de aprisionamento e de encarceramento, você vê nitidamente que o intuito é prender e encarcerar pessoas negras e periféricas.**

C: Acho que é bem importante isso que você fala, nós não temos uma pena de morte, ela é considerada inconstitucional aqui no Brasil. Mas a nossa polícia é a que mais mata. Então é realmente um ponto bem importante. Eu vou pedir para N passar os dados no gráfico, porque eu quero trazer mais um ponto. São Paulo e Rio de Janeiro são cidades com mais mortes e também são as cidades que têm o maior número de favelas. Esse é o segundo gráfico (Imagem 3) no ano de 2020, 98,4% das vítimas de intervenções policiais eram do sexo masculino. E aqui (Imagem 4), o que não é surpresa para ninguém, quando a gente pega a cor das vítimas 78% eram negras, 20% eram brancos e indígenas e amarelos teve bem pouco, não dá pra ver direito no gráfico. Então é isso que o Le trouxe, a polícia tem um foco muito maior nos homens negros e como a gente vai ver no próximo gráfico (Imagem 5) a faixa etária das vítimas, a maioria, quase 50%, das vítimas têm entre 18 e 24 anos, a segunda faixa etária é de 25 a 29, então todos jovens. E como a gente pode perceber pelos outros gráficos são jovens negros do sexo masculino. Então a gente pode ver que há um padrão. A gente não precisa que esteja em um gráfico pra gente saber qual

é classe social da maioria desses jovens, tanto o Le quanto a Lc trouxeram eles são muito mais agressivos com a população da comunidade e até um pouco desconcertante, porque quando você vai ver, muitos desses policiais também vieram da favela, também vieram dessa classe social que é oprimida. Então, o que que acontece enquanto esse jovem está na academia da polícia, que faz ele se voltar contra a própria classe à qual ele pertence. Depois vamos mandar esse anuário e também alguns outros documentos, que eu acho que são bem legais pra gente conversar depois. Um deles, o Atlas da violência, traz diferentes índices, o desse ano já saiu referente aos dados de 2019, então ele ainda não abarca a pandemia, mas ele traz alguns dados bem interessantes sobre violência contra os povos nativos e violência contra a Juventude, contra a pessoa com deficiência. Então, são dados bem legais. E aqui em São Paulo a gente tem também o mapa da desigualdade que ele traz dados referentes só a nossa cidade e traz dados como a diferença de mobilidade, então quanto tempo em média as pessoas passam no transporte público, diferença de renda, a diferença do nível de escolaridade. São todos arquivos que a gente vai passar depois.

Le: Olha, eu queria só saber, esses últimos dados que você falou, onde eu posso encontrá-los? Onde estão disponíveis?

C: Eles estão todos disponíveis no Google, mas a gente tem os PDFs e vamos mandar no grupo assim que encerrar, o Atlas da Violência e esse que a gente mostrou que é o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, eles são feitos pelo governo. Então, são disponibilizados pelo próprio governo. E o mapa da desigualdade é feito pela Rede Nossa São Paulo, são dados, eu tenho quase certeza que ele tiram esses dados de fontes governamentais. Mas são dados bem interessantes. Eu vou mandar eles no grupo. Acho que foi bem importante o que a Lc falou sobre essa questão dos jovens, como a gente vai ensinar para eles que “você tem esses direitos durante uma abordagem policial”, sendo que a gente sabe que eles não ter uma abertura para serem ouvidos. E o quão difícil é, porque ao mesmo tempo que a gente não quer que os jovens que [CT1] sejam violentados pela polícia, a gente também sabe que a situação vai ser muito pior se a gente falar para eles reagirem, dá mais medo dele de reagir contra a polícia do que reagir, por exemplo, durante um assalto. Você não sabe quais são as chances maiores de você acabar levando um tiro.

Le: Então, o que eu queria falar é sobre quando a C estava fazendo o comentário dela, ela cita que os jovens policiais também são periférico e faz uma pergunta, o que acontece quando eles entram lá e por que que ele sai revoltado com a periferia? Isso é meio que é

plantado nas nossas mentes todos os dias. Porque a grande mídia, ela tem o poder de colocar a periferia contra a periferia mesmo. Isso é o que nos aprisionam todos os dias. Nós somos aprisionados por isso. Na periferia o povo não é unido, então é pobre contra pobre. Enquanto Datena, o Bacci e a mídia sensacionalista descreve “todos lutando pelo pobre”, eles estão colocando na sua cabeça que o seu vizinho, ele é seu inimigo tanto que hoje na periferia nós temos um grande problema, um gigante, que são os chamados pancadão, os bailes funk, as festas clandestinas. Isso vem dividindo a periferia no extremo, porque enquanto uma metade que não tem nenhuma ação do governo direcionada para eles com relação à cultura, entretenimento e lazer, que são negados à periferia todo o dia, se vocês ou quem quer que seja vir na periferia aqui no meu território e perguntar pra 10 crianças, quantas das 10 foram num teatro? Eu arrisco te dizer que você vai encontrar uma ou duas que já foi num teatro, uma ou duas que tem acesso ao cinema, muito poucas delas vão ao parque. O que acontece, quem não tem condições de ir lá acaba se arranjando por aqui. É como a questão da moradia, eu não tenho condições de morar numa casa digna, porque a Constituição, ela me reserva o direito de uma habitação digna e uma habitação digna constituiria uma casa que teria no mínimo um quarto para cada pessoa da família. Hoje você tem sete pessoas na periferia morando dentro de uma casa que tem 2 quartos, um é a suíte do pai e da mãe e os cinco filhos dormem no mesmo quarto, amontoado um em cima do outro. Basta você ver que nessa pandemia o ficar em casa nunca funcionou para o pobre, porque se ele fica em casa, ele morre, porque ele não tem outro direito constitucional assistido, que é o direito à alimentação. E nisso a grande mídia vai plantando na sua cabeça **se você não tem é porque você não trabalhou, se você não tem é porque você não lutou, aquele que está ali aparecendo na televisão, de repente cometendo um crime ou um ato infracionário é tido como inimigo da periferia, mas não, é só mais uma vítima do estado, é só mais uma pessoa que o Estado negou o direito.** Quando o Estado te nega a educação, a alimentação, a moradia, e em contra proposta soltam os seus cães, que são a polícia, dentro da periferia, só para conter os famintos, eles soltam os cães só para a periferia não atravessar e pular a cerca dos seus palácios. Então, o que que acontece? É feito uma lavagem cerebral dentro da cabeça desse policial que todo mundo da periferia é vagabundo, “quem não chegou onde eu cheguei não faz parte dos meus”, numa meritocracia barata, sem vergonha. Porque você pega muito periférico dizendo “não, eu tenho um carro, eu tenho uma casa”, não, você tem um canto para dormir, descansar e ir servir o patrão e você tem um meio de locomoção, o qual eles permitam que você tenha para servi-los mais rápido, porque

quem tem o carro de verdade é quem tem a Mercedes, quem tem a Ferrari, quem tem a casa, na verdade, que atende os padrões, é quem tem os tríplices e o que sobra para nós é a subserviência, certo? E quando você por uma luz divina, você recobra a consciência, resolve lutar por isso, o que eles mandam? Eles nunca vão mandar a educação pra periferia, eles vão mandar sempre a polícia. Todo ato feito por estudantes é contido com a chegada da polícia. Eu nunca vi um apoio ao ato de estudante ou a uma briga de professor por melhores salários, mas eu vejo todo ato dessa espécie acabando emborrachada, bala de borracha, muita gente presa. A criminalização da classe mais pobre e isso não muda, é sempre assim, desde a repressão do tempo da escravidão, nada mudou.

I: Essa violência toda a meu ver tinha origem no sistema, que é o sistema desumano. A pessoa é valorizada pelo que ela tem, não pelo que ela é. Então, já na base desse modelo social nosso o pessoal olha para ver o que o que a outra tem, os bens que ela tem, a roupa que ela veste. Nós em cima dessa base construímos uma hierarquia, uma pirâmide social onde a grandíssima parte da população está a serviço da burguesia, está a serviço da elite. Ponto. Não são consideradas como sujeito de direitos, elas são servidoras dessa elite que controla as instituições, controla a economia, controla a comunicação, controla a política, controla a religião. E não é de hoje. Então, o único caminho é trabalho de formiguinha para tentar acessar a informação. Ao acesso à informação, acesso à educação, acesso aos bens, à saúde, é esse é o grande desafio. Muitos não acreditam que pela democracia será possível. Estava conversando com militante da frente de luta por moradia, dizia se não tiver uma revolução não vamos conquistar, não vão deixar, você vai conseguir migalhas. Então, mal nós conseguimos migalhas para sobreviver, essa é a realidade. Esse modelo aí praticamente força a massa popular, a população a reproduzir aquilo que a elite cria lá em cima e vende com uma imagem para todos nós, como se fosse os valores maiores. Então a polícia militar, nada mais é do que cão de guarda dessa elite aí. E ponto, então esse é a realidade. Agora, como sobreviver nesse contexto? Como tentar minar essa estrutura? Esse é o desafio para mim e para toda a população trabalhadora. Nós estamos sempre vivenciando os sintomas, os reflexos dessa estrutura. Quem se rebela de alguma maneira, quem se manifesta contra ela corre risco, principalmente se for na periferia, se for da classe base da pirâmide. Amanhã mesmo sábado estaremos lá na Avenida Paulista, misturando a direita e a esquerda. É a chamada “conciliação de classe”. É impossível as classes, a direita e a esquerda, ou seja, aquelas trabalhadoras e a elite, caminhar de mãos dadas, isso é falso, não tem como, a proposta é diferente. A elite quer manter e vai manter

com todas as forças, com toda a violência que for necessária. Para a elite nós somos lixo, puro lixo. E a polícia militar reproduz, está aí para reproduzir isso. E a grande mídia, a religião, está aí para socar na nossa cabeça a ideologia dele. Isso é uma dura realidade. A violência maior está na base da estrutura de nossa sociedade. E o mais, é tudo reflexo. Somente pelo acesso à informação que é possível decifrar quem são nossos adversários e tentar uma estratégia para enfrentá-los, se nós não tivermos acesso à informação, nós não conseguimos decifrar quem são esses adversários que promovem a violência, a violência de base. Onde nós somos vistos pelo que nós temos, não pelo que nós somos.

N: Concordo com muitos pontos que você trouxe, acho que é uma fala muito necessária nessa discussão que a gente está propondo aqui e inclusive na fala do Le, quando ele tá falando sobre esses policiais que vem da periferia e acabam depois contra a periferia, me veio uma frase do Paulo Freire, a frase famosa “quando educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”. Freire sempre com ótimas pontuações, me veio muito essa frase também com a fala do I que está dizendo a gente precisa de informação, a gente precisa ir contrário a essa lógica que as elites instauram de sobrecarregar a classe trabalhadora ao ponto de estar tão cansada que não conseguem, quer dizer várias pessoas conseguem, mas a que custo, de um cansaço e sobrecarga mental, física, psicológica em muitos sentidos. E informação é a base de tudo e educação é base de tudo. E é muito importante essa discussão que a gente vai fazendo aqui.

In: Eu me senti muito contemplada na fala da Lc e Le, que é a nossa vivência da realidade aqui da periferia, onde na abordagem policial que os nossos jovens sofrem diariamente e com bastante frequência nos finais de semana por conta do bairro que a gente mora e dos fluxos que acaba acontecendo. Mas assim, quando o Le colocou essa questão do policial que veio da periferia e que acaba trazendo essa realidade também me veio essa frase de Paulo Freire, porque infelizmente o sonho do oprimido é ser o opressor. Infelizmente nós vivemos na periferia onde a grande maioria dos jovens não quer ser policial e quando querem alguma coisa nesse sentido é em uma realidade muito dura que nos remete exatamente a essa frase do Paulo Freire. É muito triste a realidade que nós vivemos, e buscamos e tentamos colocar nos nossos jovens que a única saída é realmente a educação, não tem para onde correr. A gente precisa incentivar nossos jovens para ele estar ocupando todos os espaços possíveis de educação, os cursos, precisa estar ocupando esses espaços para que futuramente esses jovens venham ter um diferencial. Nós somos maioria e eu acredito que com a educação a gente pode sim, fazer a diferença. Eu só queria colocar

que a minha fala foi bem contemplada na fala da Lc e do Leandro. E fechando para a frase do Paulo Freire que você falou exatamente, eu tava pensando quando Le estava trazendo essa questão do policial que vem da periferia, que depois toda essa revolta dentro dele.

N: Fico feliz com a sua fala aqui nesse final, acho que é isso a gente também está buscando meios, e a educação é um desses meios. É difícil falar sobre esse tema da violência, porque é um tema delicado, é um tema recorrente. Acho que nunca tão recorrente assim por vir de todos os lados, até mesmo do Estado que de que para sempre esteve em falta com a população, mas a gente vê aqui, agora é o pior dos cenários. Tudo está muito mais exacerbado e parece pior, acho que a gente tem que pensar em saídas mesmo, é o caminho que está aparecendo aqui nas reflexões, possibilidades.

(Após discutir envio de materiais e a proposta para a semana seguinte, o encontro foi encerrado.)

Imagens utilizadas no encontro

Figura 1

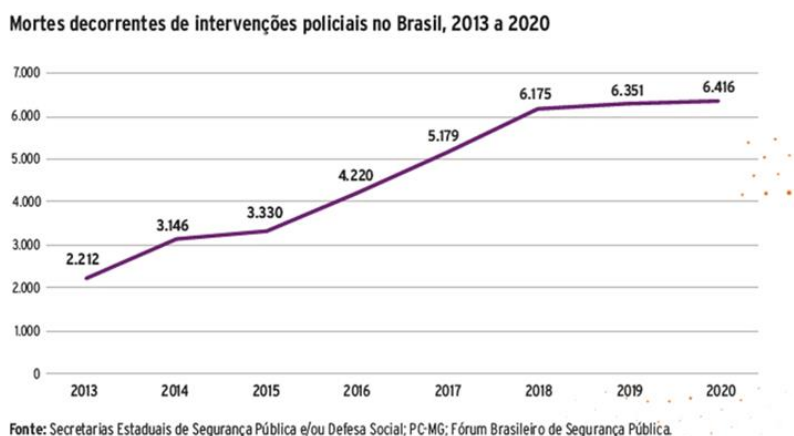


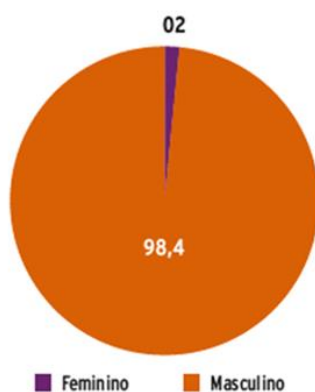
Figura 2

50 municípios brasileiros com maiores números absolutos de mortes decorrentes de intervenção policial – 2020

UF	Município	Nº de vítimas	População	Taxa por 100 mil hab.
RJ	Rio de Janeiro	415	6.747.815	6,2
SP	São Paulo	390	12.325.232	3,2
BA	Salvador	381	2.886.698	13,2
RJ	São Gonçalo	199	1.091.737	18,2
GO	Goiânia	135	1.536.097	8,8
PR	Curitiba	104	1.948.626	5,3
RJ	Duque de Caxias	83	924.624	9,0
AP	Macapá	80	512.902	15,6
AM	Manaus	78	2.219.580	3,5
PA	Belém	71	1.499.641	4,7
RJ	Belford Roxo	71	513.118	13,8
RJ	São João de Meriti	58	472.906	12,3
CE	Fortaleza	57	2.686.612	2,1
PR	Londrina	57	575.377	9,9
RJ	Nova Iguaçu	52	823.302	6,3
RN	Natal	50	890.480	5,6
RJ	Niterói	48	515.317	9,3
BA	Feira de Santana	47	619.609	7,6
SE	Aracaju	44	664.908	6,6
RJ	Angra dos Reis	40	207.044	19,3

Figura 3

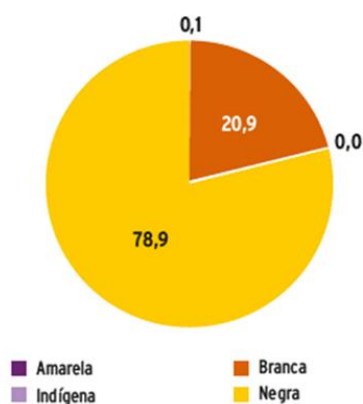
Sexo das vítimas de intervenções policiais
com resultado morte
Brasil (2020)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; PC-MG; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Figura 4

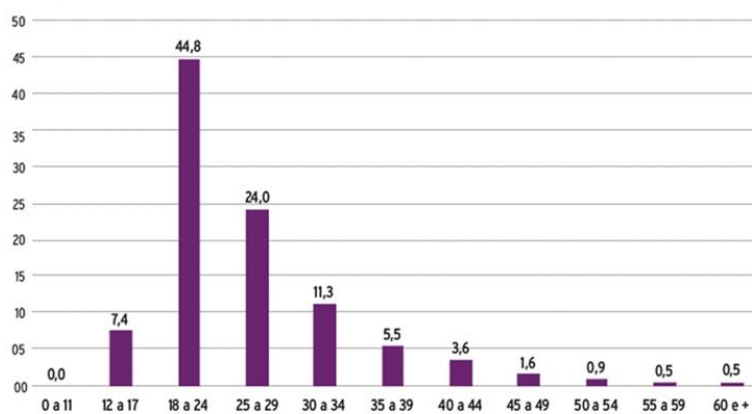
**Raça/cor das vítimas de intervenções
policiais com resultado morte**
Brasil (2020)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; PC-MG; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Figura 5

Faixa etária das vítimas de intervenções policiais com resultado morte
Brasil (2020)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; PC-MG; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.